



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

AFINAL DE QUE AGRICULTURA FAMILIAR ESTAMOS
FALANDO? UM ESTUDO SOBRE AS FAMÍLIAS AGRICULTORAS
DO SÍTIO SERRA DO MARACAJÁ – PUXINANÃ - PB

EMILLY DE ASSIS MARQUES

CAMPINA GRANDE – PB
2015



EMILLY DE ASSIS MARQUES

AFINAL DE QUE AGRICULTURA FAMILIAR ESTAMOS
FALANDO? UM ESTUDO SOBRE AS FAMÍLIAS AGRICULTORAS
DO SÍTIO SERRA DO MARACAJÁ – PUXINANÃ - PB

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (PPGCS/UFCG), como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Ramonildes Alves Gomes

CAMPINA GRANDE – PB
2015

M357a Marques, Emilly de Assis.
Afinal de que agricultura familiar estamos falando? um estudo sobre as famílias agricultoras do sítio Serra do Maracajá – Puxinanã-PB / Emilly de Assis Marques. – Campina Grande, 2020.
145 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2020.
"Orientação: Profª. Dra. Ramonildes Alves Gomes".
Referências.

1. Sociologia Rural. 2. Agricultura Familiar. 3. Políticas Públicas.
I. Gomes, Ramonildes Alves. II. Título.

CDU 316.334.55(043)

EMILLY DE ASSIS MARQUES

AFINAL DE QUE AGRICULTURA FAMILIAR ESTAMOS FALANDO? UM ESTUDO SOBRE AS FAMÍLIAS AGRICULTORAS DO SÍTIO SERRA DO MARACAJÁ – PUXINANÃ – PB

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (PPGCS/UF CG), pertencente à linha de Sociologia e área de concentração em Sociologia Rural, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Aprovada em: 24/02/2015

<i>MEMBRO DA BANCA</i>	<i>TIT.</i>	<i>ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO A QUE PERTENCE</i>	<i>ASSINATURA</i>
Ramonildes Alves Gomes	Dra.	PPGCS/UF CG	<i>Ramonildes</i>
Angela Maria Cavalcanti Ramalho	Dra.	MDR/UEPB	<i>Angela Maria Cavalcanti Ramalho</i>
Luis Henrique Hermínio Cunha	Dr.	PPGCS/UF CG	<i>Luis Henrique Hermínio Cunha</i>

<i>LOCAL</i>	<i>HORA/DATA</i>
Campina Grande - PB	10:00 HORAS - 24/02/2015

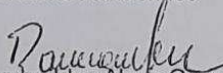
CAMPINA GRANDE (PB)
2015

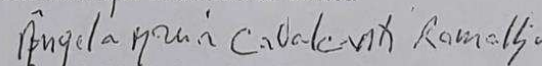
Ata da 324ª Sessão Pública de defesa de Dissertação de Mestrado da aluna Emilly de Assis Marques do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

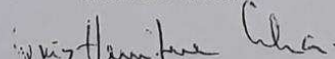
Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quinze, às 10:00 horas, na Sala 204 – CH/UFCG, campus de Campina Grande, reuniu-se, na forma e termos dos artigos 63, 64 e 65 do Regulamento Geral dos Cursos e Programas de Pós-Graduação "Stricto Sensu" da UFCG, Resolução nº 02/2006 da Câmara Superior de Pós-Graduação da UFCG, a Banca Examinadora, composta pelos professores: Dra. Ramonildes Alves Gomes – PPGCS/UFCG, na qualidade de Presidente da Banca, Dra. Ângela Maria Cavalcanti Ramalho – MDR/UEPB, como examinadora externa e Dr. Luis Henrique Hermínio Cunha – PPGCS/UFCG, como examinador interno, todos na qualidade de Membros Titulares, para julgamento da Dissertação de Mestrado da aluna Emilly de Assis Marques, intitulada "Afinal de que Agricultura Familiar estamos Falando? Um estudo sobre as famílias agricultoras do Sítio Serra do Maracajá - Puxinanã-PB". A sessão pública foi aberta pela professora Dra. Ramonildes Alves Gomes. Após a apresentação dos integrantes da Banca Examinadora, a candidata iniciou a exposição do seu trabalho, sendo este seguido das arguições dos examinadores. A professora Dra. Ramonildes Alves Gomes convidou a professora Dra. Ângela Maria Cavalcanti Ramalho para iniciar a arguição e o professor Dr. Luis Henrique Hermínio Cunha prosseguiu com a arguição. Em seguida, a banca examinadora solicitou a retirada da Assembléia para, em sessão secreta, avaliar a candidata. Após análise da Banca Examinadora foi atribuído o conceito APROVADA, conforme o artigo 65 da Resolução 02/2006 da Câmara Superior de Pós-Graduação da UFCG. Nada mais havendo a tratar, eu, Rinaldo Rodrigues da Silva, Secretário, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada, assino juntamente com os demais membros da Banca Examinadora.

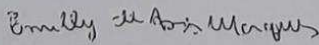
Campina Grande, 24 de fevereiro de 2015

Rinaldo Rodrigues da Silva
Secretário Acadêmico


Dra. Ramonildes Alves Gomes
Orientadora/Presidente da Banca


Dra. Ângela Maria Cavalcanti Ramalho
Membro Titular


Dr. Luis Henrique Hermínio Cunha
Membro Titular


Emilly de Assis Marques
Aluna

Trabalhos assim são como tecidos, construídos fio a fio diante de uma série de etapas no tempo e no espaço. Agradeço a todas as mãos que direta ou indiretamente teceram esses fios junto comigo.

RESUMO

O Ministério do Desenvolvimento Agrário apoiado em dados do IBGE, afirma que a agricultura do tipo familiar seria responsável pela produção de uma média de 70% dos alimentos que chegam à mesa da população brasileira. A imagem da agricultura familiar que vem sendo construída e, de modos diferentes, reforçada, apresenta o agricultor familiar como um sujeito autônomo economicamente, empreendedor, capaz de assumir responsabilidades para com o futuro das gerações, um ator preocupado tanto com a preservação do meio ambiente, o uso racional dos recursos naturais, como com o compromisso de produzir de maneira saudável os alimentos que compõem a dieta básica do brasileiro. Considerando as diferenças de modos e estratégias produtivas e as formas particulares de reprodução social acreditamos que a agricultura familiar da qual estariam tratando às estatísticas e o governo não se apresenta como uma. Desconfiamos que a descrição dada mais acima não corresponde a uma maioria dos agricultores familiares do Brasil, e principalmente do Nordeste, para os quais a realidade da seca, das constantes privações e, no limite, da fome não são apenas meras estatísticas, mas um dado que exige enfrentamento político. Supondo que os dados estatísticos não estão revelando todos os elementos da realidade que envolve a diversidade da agricultura familiar no Brasil e que essa mesma agricultura tem sido tomada a partir de uma única definição, ou seja, “trata-se de uma agricultura produtiva e consolidada”. Ante a essa premissa este trabalho de dissertação tem como objetivo analisar, a partir de evidências empíricas, quais estratégias são desenvolvidas pelos agricultores residentes no Sítio Serra do Maracajá – Puxinanã-PB, de forma a possibilitar uma analogia entre o perfil desses agricultores e as características da agricultura familiar difundidas nas mídias oficiais, buscando verificar a relação entre o rendimento familiar, a produção agropecuária e a dieta básica das famílias agricultoras.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Políticas públicas. Sítio Serra do Maracajá – Puxinanã-PB.

ABSTRACT

The Ministry of Agrarian Development supported by the IBGE says that family type of agriculture would be responsible for producing an average of 70% of the food arriving at the table of the population. The image of family farming that has been built and in different ways, enhanced, features the family farmer as an economically autonomous subject, entrepreneur, able to take responsibility for the future generations, a concerned actor with both the preservation of the environment the rational use of natural resources, such as the commitment to produce healthily foods that make up the basic diet of the Brazilian. Considering the differences in modes and productive strategies and the particular forms of social reproduction believe that family farming which would be dealing with statistics and the government does not appear to unite. We suspect that the description given above does not correspond to a majority of family farmers in Brazil, especially in the Northeast, for which the reality of the drought, the constant hardships and, ultimately, hunger are not just mere statistics, but a given it requires political confrontation. Assuming that the statistical data is not revealing all the elements of reality that involves the diversity of family farming in Brazil and that this same agriculture has been taken from a single definition, ie "it is a productive and consolidated agriculture ". Faced with this premise this dissertation aims to analyze, from empirical evidence, which strategies are developed by resident farmers in Sitio Serra do Maracajá - Puxinanã-PB, in order to enable an analogy between the profile of farmers and characteristics family farming spread in the official media, in order to verify the relationship between household income, agricultural production and the basic diet of farming families.

Keywords: Family farming. Public policy. Grange Serra do Maracajá - Puxinanã-PB.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Feira de Gado do município de Puxinanã - PB	58
FIGURA 2 - Feira Central do município de Puxinanã - PB	58
FIGURA 3 - Feira de Troca do município de Puxinanã - PB	58
FIGURA 4 - Tanque sobre pedra (1)	65
FIGURA 5 - Tanque sobre pedra (2).....	65
FIGURA 6 -Residência de Agricultor no Sítio Serra do Maracajá Edificada Sobre Pedras.....	66

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Produção de mandioca no município nos últimos cinco anos.....	59
GRÁFICO 2 – Faixa etária da população (em anos)	71
GRÁFICO 3 - Habitantes por domicílio no Sítio Serra do Maracajá.....	72
GRÁFICO 4 – Infraestrutura para atividade pecuária.....	84

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Principais atividades produtivas desenvolvidas no Sítio Serra do Maracajá.....	86
TABELA 2 – Alimentos considerados saudáveis.....	103

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Perfil dos Interlocutores - Famílias Entrevistadas.....	30
QUADRO 2 - Produto Interno Bruto do município de Puxinanã no ano de 2012 (em reais).....	57
QUADRO 3: Produção de mandioca (em toneladas) no município de Puxinanã por tipo de produção.....	60
QUADRO 4 – Lavoura Temporária (em toneladas) – Puxinanã (PB).....	60
QUADRO 5 - Lavoura Permanente - Itens mais produzidos (toneladas).....	61
QUADRO 6 - Atividade Pecuária no Município nos Últimos 05 anos (cabeças).....	62
QUADRO 7: Motivação para morar no Sítio.....	74

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE I – Questionário Geral.....	118
APÊNDICE II – Fotos.....	128

LISTA DE ANEXOS

ANEXO I – Questionário EBIA.....	129
----------------------------------	-----

LISTA DE SIGLAS

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

Conab – Companhia Nacional de Abastecimento

DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf

EBIA – Escala Brasileira de Insegurança Alimentar

Emater - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

Fida – Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDMH – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

ONU – Organização das Nações Unidas

ONGs – Organizações Não-Governamentais

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PAPP – Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural

Pnae – O Programa Nacional de Alimentação Escolar

PGPAF – Programa de Garantia de Preços da Agricultura familiar

PIB – Produto Interno Bruto

Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SEAF – Seguro da Agricultura Familiar

SPSS - Statistical Package for the Social Sciences

UFMG – Universidade Federal de Campina Grande

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
-----------------	----

CAPÍTULO I

DO PRONAF AO CENSO AGROPECUÁRIO DE 2006.....	32
1.1 – A institucionalização da agricultura familiar no Brasil.....	33
1.2 – Agricultura familiar no debate acadêmico: implicações teóricas.....	41
1.3 – Pobreza e instabilidade: outras facetas das agricultura familiar.....	49

CAPÍTULO II

CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PUXINANÃ E DO SÍTIO SERRA DO MARACAJÁ – <i>LÓCUS</i> DA PESQUISA.....	55
2.1 Características da microrregião.....	55
2.2 Características do Município.....	55
2.2.1- Produção agrícola do Município.....	59
2.2.2- Atividade pecuária no Município.....	61
2.3 Caracterização do Sítio Serra do Maracajá.....	62
2.3.1 Infraestrutura dos domicílios e das áreas produtivas.....	67
2.4 – Perfil das Famílias Agricultoras do Sítio Serra do Maracajá: sociabilidades e características.....	69
2.4.1 Agrupando os agricultores da Serra do Maracajá.....	75

CAPÍTULO III

“A GENTE AINDA PLANTA UMA COISINHA” – ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS DOS AGRICULTORES FAMILIARES NO SÍTIO SERRA DO MARACAJÁ – PB.....	79
3.1 – Estratégias produtivas dos agricultores familiares no Sítio Serra do Maracajá: cenários de trabalho	79
3.1.1 – Caracterização dos estabelecimentos familiares e das condições de produção.....	80
3.2 – O cenário das estratégias produtivas e de geração de renda.....	86

3.2.1 – Formas de cultivo.....	89
3.2.1.1 – Produtos cultivados.....	89
3.2.2 – A atividade pecuária na Serra do Maracajá.....	90
3.3 – Trabalho, braços e renda.....	92
3.3.1 – Comercialização dos produtos.....	96
3.3.2 – Rendas não agrícolas.....	97
3.4 – Produção e consumo.....	98
3.5 – Acesso à serviços, assistência técnica, crédito e formas de associação.....	99
3.6 – Dieta básica e segurança alimentar.....	101
3.6.1 – Descrição dos alimentos que compõem a dieta básica.....	104
3.6.2 – Relação entre produção e consumo.....	106
3.6.3 – Consumo e acesso aos mercados.....	108
CONCLUSÃO.....	110
BIBLIOGRAFIA.....	112
APÊNDICES.....	118
ANEXOS.....	129

INTRODUÇÃO

A importância da agricultura para o mundo é um debate que ganha mais força a cada ano e estimula os mais diversos pesquisadores a desenvolverem suas pesquisas tendo como foco a agricultura e os agricultores. No Brasil, O Censo Agropecuário de 2006 afirmou que o agricultor familiar seria peça chave para a segurança alimentar nacional, com um índice de produtividade próxima aos 70% dos alimentos básicos consumidos pelo brasileiro. No entanto, o debate não se restringe mais à preocupação em consumir alimentos em quantidade e com qualidade satisfatória, com o debate da agroecologia a preocupação alimentar ganhou novas proporções, e passa-se a se preocupar também com os agentes não visíveis que podem estar contaminando os alimentos, causando problemas de saúde e afetando a qualidade de vida dos indivíduos. Como símbolo dessa luta a favor da segurança alimentar nacional, de uma vida sustentável e contra os agrotóxicos surgem os agricultores familiares. Símbolos das produções agroecológicas em um contexto em que predominam os grandes produtores rurais e as grandes empresas fabricantes de insumos, os agricultores familiares foram erguidos sob um pedestal e o futuro da humanidade foi posta em suas mãos.

No entanto, não nos é permitido esquecer que a fome é um problema que ainda assola o mundo, uma mão forte que nos arrasta para os cenários mais desoladores e preocupantes e que também afeta os agricultores familiares. Os mesmos agricultores familiares que, em tese, deveriam ter acesso a pelo menos uma alimentação digna, encontram-se também em situação de miséria e de insegurança alimentar grave. Diante de duas situações tão contraditórias, de um lado o agricultor que promove uma agricultura agroecológica suficiente para garantir a reprodução de seu grupo familiar e aquele que cuja reprodução nem sequer é possibilitada pela agricultura, supomos que os dados estatísticos disponibilizados sobre os agricultores brasileiros não estão revelando todos os elementos da realidade que envolve a diversidade da agricultura familiar no Brasil e que essa mesma agricultura tem sido tomada a partir de uma única definição, ou seja, “trata-se de uma agricultura produtiva e consolidada”. A importância em verificar as condições de ambos os cenários da agricultura familiar está em fazer com que aqueles agricultores familiares fragilizados e estigmatizados possam sair debaixo do véu que recobre os mais bem-sucedidos e assim, mostrar os problemas reais que os mesmos vêm enfrentando.

*

O diálogo que vem sendo travado sobre a agricultura familiar no Brasil (Gazolla e Schneider, 2004) corrobora para a ideia de que se deve valorizá-la, não apenas porque ela garantiria a produção de alimentos do país, mas também pelo fato de que manteria a população rural no campo, evitando o inchaço das cidades e o agravamento da pobreza urbana. Fortalece-se um discurso de que a agricultura familiar seria responsável pela manutenção de um setor importante da economia nacional, a produção de alimentos. Nesse discurso as demais facetas relacionadas à realidade da agricultura familiar são deixadas de lado, esquecendo-se que uma grande parte dos habitantes que vivem no chamado mundo rural enfrentam diferentes formas de privações. Segundo critérios da CEPAL e do Programa Bolsa Família, entre os anos de 1990 e 2009 a população rural apresentou índices de redução de pobreza¹ de 32% para 19%, um dado relativamente maior que os índices encontrados para a população urbana. Na região Nordeste do Brasil, considerando os indivíduos que sobrevivem com até ¼ de salário mínimo, ou seja, a pobreza urbana totaliza 5.771,958 e a rural 5.506,096 (IICA, 2012: 41), já o número de pessoas com renda familiar igual a zero nas áreas urbanas totalizam 772.247 e nas áreas rurais 333.441. A imagem da agricultura familiar que vem sendo construída e reforçada pelos dados do Censo agropecuário de 2006 informa que os agricultores familiares constituem um grupo independente economicamente, empreendedor, criativo e capaz de assumir responsabilidades para com o futuro das gerações, tomando a questão ambiental como prioridade e o compromisso de produzir especialmente os produtos que compõem a dieta básica do trabalhador brasileiro e, além disso, produzem com qualidade e livre de agrotóxicos. Mas de quê agricultura familiar estamos falando?

Desconfiamos que esta descrição não corresponderia em tese aos agricultores familiares do Nordeste, para os quais a realidade da seca, da fome e da morte não são uma mera estatística, mas realidades adversas que exigem enfrentamento diário, a exemplo dos pequenos agricultores familiares encontrados no Sítio² Serra do Maracajá – Puxinanã/PB, *locus* da pesquisa no presente trabalho. Dessa forma, o objetivo desta dissertação é identificar, através das práticas e estratégias desses agricultores, possíveis

¹ Para efeito deste trabalho adotaremos a referência de ¼ de salário mínimo de renda familiar per capita para caracterização da pobreza. Para saber mais sobre o tema ver: A Nova Cara da Pobreza Rural: desafios para as políticas públicas, vol 16. IICA. Brasília – maio 2012.

² Entendemos por Sítio um conceito similar à Gomes (2005), que se refere à uma categoria analítica que significa espaço de trabalho e vida na roça e que é propriedade do grupo doméstico que a habita, além disso dispomos aqui que a utilização de sítio para denotar cada lote de terra, e de Sítio, iniciando a palavra com letra maiúscula para denominar o conjunto de sítios que formam a área denominada de Serra do Maracajá.

correspondências e intersecções entre o perfil desses agricultores e as características da agricultura familiar, difundida pela literatura especializada e pelos documentos governamentais que orientam o planejamento das políticas públicas.

Levando em conta que há grupos de agricultores que se encontram em situações distintas daquelas que informam sobre a agricultura familiar como atividade próspera e comprometida com a subsistência. Os agricultores familiares alvos da nossa pesquisa possuem lotes de terras diminutos, com solos fracos e terrenos muitas vezes cobertos por rochas, cuja produção agrícola é insuficiente para prover a segurança alimentar³ e a reprodução do próprio grupo familiar. Onde em 100% dos domicílios visitados as famílias afirmam adquirir os produtos básicos de sua alimentação, com exceção do feijão, nos mercados e supermercados locais. Dessa forma a presente pesquisa tem por objetivo geral identificar refletir sobre as semelhanças e diferenças entre o modelo hegemônico, oficial⁴ de agricultura familiar, que vem sendo considerado para formulação das políticas públicas e a agricultura familiar praticada do Sítio Serra de Maracajá, enquanto situação exemplar de agricultura familiar, cuja face diverge do discurso publicizado, visto que os mesmos discursos apresentam significativo potencial performativo e múltiplos usos. Além disso, o exercício de verificação também possibilitar analisar a questão da (in)segurança alimentar na vida desses grupos familiares como um contraponto ao que vem sendo dito sobre esses agricultores, de forma que possamos perceber como esse conceito se conecta ao discurso de uma agricultura familiar sustentável e comprometida com a soberania alimentar nacional.

No entanto, para compreender os aspectos que envolvem o mundo rural nas sociedades modernas é preciso deixar de lado o isolamento social como uma questão crucial, o rural é muito mais do que um lugar espacial que abriga culturas diversas, é antes de tudo um lugar de vida e de trabalho (WANDERLEY, 2009). Quando nos referimos ao rural, estamos tratando da ligação dos seus habitantes com a natureza, da mutabilidade do espaço e das relações de interconhecimento, dito de outro modo, quando falamos no rural não estamos nos referindo a um espaço cuja essência é imutável, mas sim a um espaço em constante transformação e cuja população faz, sim, parte da sociedade

³ Segurança alimentar segundo a SAN é “(...) a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis” (trecho fornecido durante a II Conferência Nacional de SAN, Olinda, 2004. Apud MALUF, Renato S. (2011). Segurança Alimentar e Nutricional, Editora Vozes, 3ª Edição.

⁴ A lei que caracteriza a agricultura familiar é nº 11.326, denominada de Lei da Agricultura Familiar.

englobante. O espaço rural deixou de ser exclusivo para uso da agricultura e passou a representar um espaço de fuga das cidades, voltado para o lazer temporário e ocasionalmente para moradia permanente. Esse novo atrativo do rural a outras categorias sociais de origem urbana denota uma nova face desse espaço: agora viver no mundo rural é também uma escolha pessoal. Dessa forma, tentamos fugir das concepções que consideram a diminuição do campo como um sinal do desenvolvimento do país e que reduz o rural ao agrícola.

Não é novidade que o rural brasileiro passou por mudanças ao longo das últimas décadas, não apenas em relação às dinâmicas agrícolas, mas também tecnológicas e aos insumos utilizados. As mudanças também adentraram a dimensão social. A concentração fundiária e a substituição da produção familiar por agriculturas extensivas são fatores que também estão presentes na atual realidade do campo brasileiro (NEDER, FILHO, MUNIZ, 2014). Os habitantes do meio rural não são mais os mesmos e nem reclamam mais os mesmos direitos, nesse sentido, e o Censo Agropecuário de 2006 é importante já que apresenta novos dados, originados do corte classificatório entre os estabelecimentos familiares e aqueles que não o são. Essa divisão foi executada tendo por base a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, denominada de Lei da Agricultura Familiar e é um instrumento importante na produção dessas percepções, façam elas jus, ou não a realidade.

A definição do que é o rural ultrapassa os conceitos que abordam os espaços e as territorialidades, este não é um lugar apenas das atividades mercantis, mas que envolve atividades econômicas, consumo e produção, modos de vida e culturas. O rural não abriga mais puramente o agrícola, mas é também o lugar onde se encontra o artesanato, o lazer e uma infinidade de modos de ser e de viver.

Há, no entanto uma nova realidade a que essa visão tradicional não adere mais hoje, no meio rural de praticamente todos os países, há uma grande diversidade de ocupações, serviços e atividades produtivas, novas funções não exclusivamente produtivas (residência, paisagem, esportes, lazer), maior interação com o entorno urbano e uma revalorização do rural (pelo turismo, artesanato, etc) que pode inverter o movimento de uma fração da população em direção às áreas rurais.” (KAGEYAMA, 2008, p. 20)

No Brasil, esses novos atributos são fruto da forma como o ambiente rural se desenvolveu, já que esse processo não foi único e uniforme, mas sim complexo,

multidimensional e marcado por diferentes ocupações históricas ao longo de todo o território brasileiro. Diante desse contexto, espera-se que os personagens desse ambiente sejam também complexos e multidimensionais, cuja generalização na maioria das vezes acaba por se tornar retrato de um contexto específico. Além disso, a diversidade de contextos e paisagens agrárias muito distintas favorece a diferenciação das agriculturas familiares⁵ ao longo do território brasileiro.

As décadas de 1960 e 1970 são marcadas pela Modernização da Agricultura⁶, que pretendia modernizar as áreas e estabelecimentos agropecuários, através da capitalização do campo. Esse momento de intervenção Estatal produz resultados positivos para uma parcela da agricultura, entretanto, as camadas mais pobres do campo continuam a margem das melhorias técnicas e estruturais. Já na década de 1980 a iniciativa Estatal cria projetos que pretendiam atender essa parcela marginalizada da agricultura, chamada ora de agricultura de subsistência ora de pequena produção rural, através do Projeto Nordeste e do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor, o PAAP, a finalidade, entre outras, era de incentivar a comercialização desses agricultores através de assistência técnica e acesso à recursos hídricos (GRISA, 2010).

O debate sobre o desenvolvimento rural no Brasil se aprofunda em meados dos anos 1990 e esse grupo se torna realmente alvo das políticas agrícolas. Até então não havia uma denominação consensual para os “pequenos produtores”, esses indivíduos eram chamados ora de produtores de subsistência ou mesmo como produtores familiares. Entre os fatores que influenciaram a ascensão da agricultura familiar, tanto como expressão temática quanto como categoria política, estão o fortalecimento do movimento sindical dos agricultores familiares ligados à CONTAG logo após o fim da ditadura militar, o movimento desencadeado pelas Ligas Camponesas e a divulgação do estudo realizado pelo FAO/Incrá no ano de 1996 que fornece elementos concretos para se tratar

⁵ Estamos adotando a categoria agricultura familiar no plural com intuito de deixar claro que, nesse debate, há diferentes tipos-ideais de agricultura familiar, os quais podem ser identificados a partir da intensidade das relações com o mercado, do uso da mão de obra, das estratégias produtivas adotadas etc. Sobre este assunto ver: Lamarche (1993).

⁶ A Modernização da agricultura no Brasil, também denominada de Modernização Conservadora foi implantada durante a Ditadura Militar, tendo surgido nas décadas de 1960 e 1970 diante do debate acerca do atraso do modelo de produção agrícola brasileiro e tinha como intuito modernizar com insumos e implementos agrícolas a agricultura brasileira. Entretanto, apenas uma parcela dos agricultores já bem sucedidos foram beneficiados e progrediram, de maneira geral essa modernização provocou dependência tecnológica, degradação socioeconômica e ambiental, dependência financeira por parte daqueles agricultores que não podiam sustentar esse modelo de desenvolvimento agrícola e um aumento significativo da desigualdade econômica e social no setor. (SOUZA, 2011)

dessa categoria. Esses indivíduos passam a ser reconhecidos enquanto categoria política, seu desenvolvimento passa a ser observado pelos gestores, que iniciam, mais esquematicamente, formulações de políticas públicas para atender suas necessidades (CASSOL, 2013).

A década de 1990 é marcada por uma reestruturação econômica, onde são adotadas políticas de substituição das importações, ao invés das políticas de industrialização. Outra mudança importante é a origem dos recursos destinados às políticas agrícolas, que antes eram apenas estatais passam a contar com recursos de bancos privados, por ordem estatal, fazendo com que as taxas de juros sejam agora positivas, o que leva a uma equiparação de juros em relação aos demais setores. O Plano Real, fruto dessa década, produz um cenário de estabilidade econômica através do controle da inflação, beneficiando de várias maneiras à agricultura familiar.

A principal política pública formulada para esse segmento da sociedade foi o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), uma vez que criou um espaço político instigante para pensar questões como segurança alimentar, reforma agrária, modo de vida e produção sustentável. Até então as políticas voltadas para esse grupo abarcavam puramente questões de assistência técnica, estabilização de preços e inovações científicas, com o surgimento do Pronaf os incentivos passam a envolver temas como comercialização e acesso à mercados, temáticas que eram requeridas pelos movimentos sindicais na década de 1990. Questões nunca antes tocadas como gênero e agroecologia, agora passam a ter presença constante nos debates políticos. Outras políticas para esse segmento da agricultura surgem no contexto do Pronaf, como o Seguro da Agricultura Familiar (SEAF), Programa de Garantia de Preços da Agricultura familiar (PGPAF), Programa Garantia Safra, entre outros (GRISA, 2010).

Tais políticas surgem num momento em que o estado está dirigindo seus esforços para a promoção do desenvolvimento nacional, dessa forma ganha reforço a ideia de que os agricultores familiares deveriam se tornar lucrativos. Para os formuladores das políticas públicas isso seria possível visto a capacidade produtiva a baixos custos na qual se fundava a agricultura familiar brasileira, o que ficava evidenciado no fato da mesma assegurar a oferta de alimentos para o mercado local. Essa capacidade produtiva a baixos custos seria imperativa para a diminuição dos preços dos alimentos, influenciando econômica e socialmente todo o território nacional. Tais políticas foram construídas tendo a orientação mais básica da nossa economia, o princípio de que os investimentos bancários precisavam ter retorno, por isso o incentivo aos negócios de maior rendimento,

a exemplo da criação de gado, tornou-se comum nos primeiros anos do Pronaf. Tornar o agricultor familiar moderno e produtor de excedentes para o mercado, o mais racionalizado possível é a orientação guia do capitalismo agrário, nesse contexto:

Não obstante a diversidade de interpretações e perspectivas entre estudiosos acerca das novas feições da política social pós-Constituição de 1988, parece permanecer o consenso de que a política econômica adotada por sucessivos e diferentes governos desde então, mantêm-se fiel a uma matriz política de extração conservadora e neo-liberal, a favor do crescimento econômico como paradigma de desenvolvimento, em detrimento do paradigma do desenvolvimento com justiça ou com equidade. (MÜLLER, 2007, p. 16)

Desde então, as políticas públicas elaboradas para a agricultura familiar são as responsáveis não só por sua legitimação no campo político mas principalmente pela exaltação da sua importância no âmbito econômico e social no país. Criou-se, a partir de dados do Censo Agropecuário, em especial o de 2006, o consenso de que os estabelecimentos em que predominam a agricultura familiar seriam mais eficientes produtivamente em relação aos estabelecimentos patronais em função da forma como os familiares são geridos. Porém, o que é possível inferir a partir dos dados do Censo é que os pequenos estabelecimentos tendem a ser mais produtivos que os grandes e que, via de regra, os estabelecimentos familiares tendem a ser pequenos, mas quando essa diferença de tamanho é controlada a superioridade da agricultura familiar deixa de existir. (HELFAND, MOREIRA, JUNIOR *et al*, 2014).

É interessante perceber que dados assim fortalecem as intenções do Estado de investirem nas políticas públicas que fortaleçam a agricultura familiar, já que a mesma é conhecida pela plantação de gêneros alimentícios, a lógica é simples e direta, se é de alimentos que necessita o país, a solução está no investimento em quem planta tais gêneros. Entretanto surgem duas questões fundamentais, que nos inquietam, muito embora não sejam objetivo de investigação do presente trabalho. A primeira: será que a plantação de alimentos é capaz de tirar todos os tipos de agricultores familiares pobres da miséria em que se encontram? E segundo, se toda agricultura familiar deve tender obrigatoriamente para a plantação de alimentos, o que acontece com os outros agricultores familiares que decidem plantar gêneros não alimentícios para o mercado?

A lógica que surge nesse contexto é a de uma agricultura familiar responsável e catalizadora do desenvolvimento nacional. Criando-se a ideia de que a mesma deve, impreterivelmente, contribuir para a conservação da paisagem e para a geração de postos de trabalho. Nesse sentido o segredo para a estabilidade e desenvolvimento do rural brasileiro é o incentivo da agricultura familiar, como se a simples presença da agricultura familiar fosse suficiente para alavancar o desenvolvimento rural, entretanto, o maior exemplo de que essa afirmação não é válida é a Região Nordeste, que abriga não só a maior porcentagem de agricultores familiares, mas também os piores índices de pobreza rural (KAGEYAMA, 2008).

Em se tratando do Nordeste, a agricultura familiar ocupa, frequentemente, os espaços geográficos “pouco atrativos” para os grandes empreendimentos agropecuários. Constata-se, portanto, segundo dados do Censo Agropecuário de 2006 que apenas 12,35% dos estabelecimentos enquadrados no grupo B afirmaram ter obtido recursos financeiros do Pronaf. A maior parte da produção agropecuária não teve como origem os estabelecimentos familiares mais pobres, na verdade, esse setor é responsável por apenas 5,3% dessa produção⁷. Visto que esses dados foram obtidos em anos sem estiagem pode-se deduzir que em anos de seca as condições ficam ainda piores.

Em outras palavras, mesmo que toda a produção animal e vegetal produzida pelos agricultores empobrecidos fosse convertida em dinheiro, o valor auferido por produtor, individualmente, nem de longe alcançaria a média da agricultura familiar nacional e regional. (Aquino, Ramdomsky, Spohr *et al*, 2014, p. 95)

O Nordeste, região que abriga a maior parte do Semiárido brasileiro, é marcado pelo fenômeno das secas. No Semiárido as temperaturas médias ficam entre 20° e 28°C. Apesar de ter uma média pluviométrica razoável, até 800mm por ano, na Caatinga, bioma predominante no Semiárido, a temperatura do solo pode chegar até 60°C no verão, levando a uma evaporação rápida das chuvas que caem. Além disso, a baixa umidade relativa do ar (50%), a elevada disponibilidade de radiação solar, somada a ventos fortes e secos terminam por contribuir para altas taxas de evaporação.

Segundo Josué de Castro (2011), o Nordeste passa por surtos agudos e periódicos de fome. Aqui a seca ocorre em ciclos, sejam eles curtos, com secas ditas leves ocorridas

⁷ AQUINO, RAMDOMSKY, SPOHR *et al* (2014)

a cada 5 anos, moderadas, a cada 10 anos, ou severas, a cada 50 anos. Apesar disso, não se sabe com exatidão quando e em que gravidade será a próxima seca. Com isso é importante perceber que a instabilidade climática da qual sofre a região Nordeste não é a causa principal da miserabilidade sofrida por seu povo, mas sim fruto da forma como se constitui a estrutura social nessa região.

Muito mais do que a seca, o que acarreta a fome no Nordeste é o pauperismo generalizado, a proletarização progressiva de suas populações, cuja produtividade é mínima e está longe de permitir a formação de quaisquer reservas com que seja possível enfrentar os períodos de escassez – os anos das vacas magras, mesmo porque no Nordeste já não há anos de vacas gordas. Tudo é pobreza, magreza, é miséria relativa ou absoluta, segundo chova ou não chova no Sertão. Sem reservas alimentares e sem poder aquisitivo para adquirir os alimentos nas épocas de carestia, o sertanejo não tem defesa e cai irremediavelmente nas garras da fome. (CASTRO, 2011. Pg:242)

A luta contra a fome na verdade não é puramente a luta contra a seca, mas sim contra o latifúndio, a monocultura, a exploração agrária e social, o feudalismo e a subcapitalização. Tendo em vista que 59% do Nordeste das terras são possuídas por 3% dos proprietários, sem contabilizar aqui os minifúndios improdutivos, não se pode dizer que o rural nordestino pertence à população pobre (CASTRO, 2011), mas é certo sim, que a maior porta dos pobres do Nordeste sobrevive nas áreas rurais. A seca não é um problema novo para a população nordestina e nem pode ser considerada como a culpada absoluta pela miséria urbana e rural dessa população, já que algumas partes do Nordeste tem precipitação pluvial superior a 1000mm por ano e nem por isso encontram-se em melhor situação. Contudo, tais incertezas climáticas tornam a agricultura um empreendimento de alto risco, principalmente para aquelas populações cuja situação econômica é mais frágil. No Nordeste a maior parte da agricultura familiar subsiste no contexto das rupturas e dos limites ecológicos, econômicos, técnicos, sociais e políticos do modelo agrário dominante, o latifúndio.

A existência de uma população rural vulnerável, suscetível às crises econômicas revelam que essa população possui relações de dependência extrema do mercado, não como vendedores, mas como consumidores, desejosos de produtos básicos que compõem

sua dieta alimentar⁸. Mesmo assim os dados do Censo Agropecuário de 2006 revelam que esse grupo é responsável por cerca de 70% dos alimentos que chegam à mesa do trabalhador brasileiro e pelo emprego de aproximadamente 75% da mão de obra ativa na agricultura. De acordo com o mesmo Censo, os agricultores familiares somam 84,4% do total de estabelecimentos identificados e ocupam apenas 24,3% da área total destinada à agricultura, ou seja, é essa agricultura que responde pela segurança alimentar do país (IBGE, 2006).

Tais afirmações são conflitantes quando se leva em consideração o baixo nível de tecnologia empregada na maior parte dos estabelecimentos em que se encontram os agricultores familiares no Brasil, principalmente no Nordeste, que além dos problemas da concentração de terras e renda, da ausência ou insuficiência de políticas específicas, ainda convivem com as secas periódicas e com a concentração de poder das elites políticas e agrárias, cujas práticas estão fortemente entranhadas no tradicionalismo político, através das gerações que as sucedem. A luta diária da maior parte dessa população não é apenas contra as dificuldades para assegurar a alimentação e garantir a reprodução social das famílias, mas contra o patrimonialismo, a impunidade e o velho e arraigado clientelismo. Diante de tantas adversidades como poderiam essas mesmas famílias agricultoras garantirem a produção do alimento básico consumido pela população brasileira? No Nordeste, a agricultura familiar é predominantemente pobre, cerca de 72%, esse número aumenta para 81% no que concerne aos estabelecimentos entre 0 e 5 ha. Os motivos para isso são vários, além do baixo índice de tecnificação, pouco ou nenhum uso de insumos, assim como também o pouco uso de sementes selecionadas e em alguns casos até mesmo escassez de mão de obra, sem mencionar os problemas climáticos, políticos e econômicos. (HELFAND, MOREIRA, JUNIOR *et al* 2014).

Durante fóruns⁹ sobre comunicação política e segurança alimentar e nutricional especialistas que se dedicavam ao tema da fome e agricultura familiar chegam a conclusão de que:

“(...) a interpretação de que a fome é a expressão biológica das causas sociais, econômicas e políticas; o dimensionamento e o mapeamento da fome no Brasil; a constatação de que, além da produção agrícola, o acesso dos

⁸ Segundo Antônio Candido (1989) a dieta alimentar é um elemento base para compreender como se constroem as relações entre os indivíduos. As formas de aquisição, distribuição e consumo dos alimentos informam não apenas como ocorre a satisfação de uma necessidade, mas indicam principalmente, quais as estratégias produtivas que são lançadas, as relações de poder em jogo e acesso à recursos.

⁹ Campanha Nacional de Combate à Fome (1993). I Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (1994); Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (1998).

alimentos é uma dimensão fundamental para a agricultura familiar.” (GRISA, 2010, p. 102)

Ironicamente a insegurança alimentar é um problema cotidiano para 15,6% da população rural brasileira que, teoricamente, deveria ter condições de suprir suas necessidades alimentares mais básicas através da sua produção, esse dado revela uma pequena parte das desigualdades sociais vividas por uma parcela da agricultura familiar (Amostra por domicílios 2009). Esse dado põe em cheque a relevância da agricultura familiar na promoção da segurança alimentar e nutricional em um contexto ambíguo onde uma parcela da mesma padece de déficit nutricional.

Isso posto, partimos do pressuposto que as políticas públicas voltadas para apoiar a agricultura familiar não têm conseguido perceber a heterogeneidade e multiplicidade de lógicas que informam sobre este segmento da agricultura no Brasil. Nesse sentido, a aproximação que fizemos com as famílias do Sítio Serra do Maracajá, no município de Puxinanã-PB produziu elementos que permitiram refletir sobre uma agricultura familiar com características muito diversas, para as quais viver ainda é uma condição de insegurança. Entendendo segurança alimentar como a realização ao direito de uma alimentação em quantidade e com qualidade de acordo com elementos culturais e ambientais, trabalhamos com essa dimensão de maneira tangencial, ou seja, como mais um indicador que possibilita entender de que forma os agricultores familiares alvo dessa pesquisa organizam suas estratégias produtivas considerando também o discurso segurança alimentar e nutricional.

No Sítio estudado podemos observar as características desses indivíduos enquanto agricultores familiares, permitindo refletir sobre como a apropriação do conceito de agricultura familiar pelos poderes estatais tem um poder performativo, que ora funciona como uma camisa de força, presos a estereótipos de fracos, perdedores, incapazes, simples, sem ambições etc; ora legitimando uma crença de que se trata de agricultores em vias de consolidação, prósperos, cujas políticas públicas têm sido capazes de impulsionar o seu dinamismo econômico. Entretanto o objetivo desta pesquisa não é promover uma generalização do conceito de agricultura familiar, a partir do perfil dos sítiantes pesquisados, mas sim informar sobre o caráter multifacetário das agriculturas familiares no Brasil, afirmando com isso que a mesma não pode ser homogeneizada sob o manto de uma extensa coberta.

Desenho da pesquisa

O trabalho de dissertação teve como objetivo analisar, a partir de evidências empíricas, quais estratégias são desenvolvidas pelos agricultores residentes no Sítio Serra do Maracajá – Puxinanã-PB, possibilitando estabelecer uma correspondência entre o perfil desses agricultores e as características da agricultura familiar difundidas pela literatura especializada. A reflexão sobre as correspondências e implicações do conceito de agricultura familiar gerado para – e pelas – políticas públicas e as condições reais das famílias agricultoras permitiu perceber as aproximações e os distanciamentos produzidos pela formulação de tal conceito.

Para alcançar esse objetivo buscamos analisar a relação entre a produção agropecuária desses agricultores e o que é adquirido, por outros meios, para assegurar a manutenção das famílias, assim como analisamos a relação entre a renda familiar autodeclarada, a produção agropecuária e a dieta básica das famílias. Compreendendo de que forma a definição/caracterização/tipo ideal de agricultura familiar, que vêm sendo considerada para a formulação das políticas públicas para o desenvolvimento rural, em especial para apoiar a agricultura familiar visualizam concretamente a diversidade destes indivíduos. Buscamos perceber como - e se - o debate que cria o repertório da segurança alimentar vem afetando esses agricultores.

A pesquisa foi realizada no Sítio conhecido como Serra do Maracajá, área rural do município de Puxinanã, que é formado por 80 propriedades e um total de 94 famílias. O Sítio Serra do Maracajá está localizado no município de Puxinanã que fica entre as cidades de Campina Grande e Pocinhos, no estado da Paraíba. Em relação à empiria, traçamos um perfil sócio-econômico das famílias agricultoras residentes no Sítio, de forma a construir um banco de dados que demonstrasse a capacidade produtiva dessas famílias, mapeando inclusive os alimentos que compõem sua dieta básica.

A pesquisa foi dividida em dois momentos, segundo os instrumentos de pesquisa escolhidos: a aplicação de questionários e a realização de entrevistas. O questionário aplicado nessa primeira fase foi organizado em dois blocos de questões, o primeiro deles com questões mais gerais (ver apêndice I), cuja finalidade era traçar um perfil das famílias e obter informações que possibilitassem conhecer, definir e caracterizar o tipo de agricultura familiar no qual esses agricultores se inserem e um segundo bloco de questões, que buscava informações relativas à insegurança alimentar daquela população. Para este

último utilizamos o mesmo questionário adotado pelos gestores públicos para medir a escala nacional de segurança/insegurança alimentar, denominado de Escala Brasileira de Segurança Alimentar (EBIA). O questionário EBIA (ver anexo I) soma 14 questões e sua aplicação é feita da seguinte maneira: caso o entrevistado responda *não* as quatro primeiras questões, e no domicílio não haja menores de idade, o questionário se encerra ali. Caso responda *sim* a uma das quatro primeiras perguntas o questionário se estende até a oitava questão. As questões de nove a quatorze são respondidas pelos domicílios em que há menores de idade, independente do que foi respondido nas questões anteriores.

Considerando que o EBIA sugere uma aplicação por domicílio decidimos que o questionário geral também deveria seguir este padrão por dois motivos: primeiramente porque não seria viável aplicar dois questionários com formatos diferentes, assim fizemos uma junção dos dois instrumentos e realizamos apenas uma sessão de perguntas. E em segundo lugar, por questões mais objetivas no que diz respeito à validade da pesquisa, pois não seria possível fazer correlação e cruzamento de dados em questionários que não tivessem exatamente o mesmo universo em termos quantitativos. Por esse motivo foram aplicados 81 questionários, destoando do número de estabelecimentos que é de 80, e do número de famílias 94, visto que, em alguns casos, em um mesmo estabelecimento havia mais de uma residência, e em algumas residências mais de uma família.

Depois de revisada e avaliada sua aplicabilidade pudemos, enfim, iniciar a pesquisa em campo. Importa ressaltar que em 07 domicílios não foi possível aplicar o questionário, ou porque os proprietários haviam mudado para outra localidade, deixando os domicílios vazios, ou pelo fato de o proprietário residir permanentemente em outro local, utilizando-se do sítio apenas para momentos de lazer, férias, data comemorativas, etc. Em ambas as situações a aplicação do questionário foi inviabilizada. Em outros dois domicílios depois de três tentativas e sem conseguir encontrar os moradores em casa terminamos por desistir. Aplicamos um total de 81 questionários.

A primeira etapa iniciou-se dia 18 de setembro de 2013, dividindo-se em três viagens ao Sítio Serra do Maracajá. Meu pai, que também é sitiante na Serra do Maracajá há seis anos, foi um grande facilitador, abrindo portas e pedindo passagem em casa de estranhos - os agricultores do local. Ele não só conhecia cada morador do Sítio, como também sabia se localizar por dentro dos emaranhados e trilhas que levam às residências e nesse sentido sua experiência de anos como agente de saúde foi de grande ajuda. Não houve sequer uma casa onde pelo menos um morador não o conhecesse, ou tivesse um amigo em comum com meu pai, e, por isso, era ele quem introduzia a conversa me

apresentando como sua filha que estava fazendo uma pesquisa para a Universidade Federal de Campina Grande, e que eu faria algumas perguntas sobre a atividade que desenvolviam, depois de devidamente apresentada eu complementava a explicação sobre a pesquisa e iniciava as perguntas.

Saíamos de moto sempre as 7:00h da manhã, retornando por volta das 11:30 para o almoço e recomeçando a tarde por volta das 13:00h indo até as 17:30. Ao contrário das expectativas as manhãs eram sempre mais produtivas, já que o dia começa muito cedo para aquelas pessoas. As tardes nem sempre acompanhavam esse ritmo e não poucas vezes acabamos tirando alguém do seu cochilo da tarde para responder às nossas perguntas. Em média conseguimos aplicar dez questionários por dia, e dependendo do dia atingimos o número de 14.

Fomos muito bem recebidos na maior parte das residências, algumas famílias eram tão acolhedoras que mesmo sem nunca tê-las conhecido antes eu me sentia “de casa”. Em outras residências fomos recebidos com mais receio, que vinha acompanhado sempre de algumas perguntas sobre quem eu era e sobre a finalidade da pesquisa, mesmo assim minha impressão geral era que apesar das enormes mudanças ocorridas no campo, sejam eles econômicas ou culturais, a hospitalidade ainda prevalece, principalmente quando se trata das famílias mais pobres.

Pudemos encontrar de tudo durante o período de aplicação dos questionários, de famílias vivendo situações de pobreza extrema até famílias vivendo com condições financeiras equilibradas, com renda mensal superior a 5 salários mínimos. Não foi incomum encontrar famílias associando atividades agrícolas e não-agrícolas na composição da renda familiar, sitiantes que trabalhavam como mão de obra alugada nos sítios vizinhos e pequenos empreendedores. A realidade identificada em campo permitiu inferir que não se pode falar em agricultura familiar no singular, mas sim em agriculturas que apresentam e incorporam faces. Uma variedade de modos de ser agricultor familiar, cujas dificuldades para garantir a sobrevivência do grupo os obrigam a lançar mão de múltiplas estratégias para obtenção dos meios de subsistência.

No segundo momento da pesquisa optamos pela realização de entrevistas. De posse dos questionários pudemos adotar critérios para escolher os indivíduos que seriam entrevistados, quais sejam: alguém que tenha se mostrado mais empreendedor, famílias numerosas, que tivessem pouca terra ou formada por pessoas jovens. Utilizamos questões semiabertas com um roteiro semiestruturado. Essa fase foi iniciada no dia 29 de novembro de 2013 e foram realizadas seis entrevistas curtas, com duração de 10 minutos a 01 hora.

A primeira dificuldade nessa etapa foi a de conseguir fazer com que os entrevistados falassem mais abertamente, as conversas em alguns casos não tiveram retorno e tivemos que nos adaptar estendendo as entrevistas para outras famílias mais comunicativas e que possuíam aspectos similares aos requeridos inicialmente. As entrevistas foram realizadas sempre nas residências dos entrevistados. A recusa inicial à concessão da entrevista ocorreu em alguns casos, sempre com o argumento de que não iriam conseguir responder as perguntas, mas depois de explicado quais seriam os pontos abordados, os entrevistados tomavam coragem para responder.

Uma das questões que chamou atenção durante a execução dos questionários foi a fraca presença do plantio de mandioca, mesmo existindo no Sítio duas casas para a fabricação de farinha e sendo esse um produto sempre presente na alimentação daquela população. Atentando para esse fato encaixamos em algumas entrevistas posteriores o questionamento acerca do abandono do plantio de mandioca, e passamos a buscar os moradores que ainda plantavam mandioca com esse intuito.

A entrevista seguiu um roteiro semiestruturado orientado por temas com a seguinte ordem: A) trajetória de vida do entrevistado e da família; B) dificuldades encontradas na vida no campo; C) plantio e consumo de gêneros alimentícios; D) segurança alimentar e dependência de mercados.

A partir da tabulação dos dados no SPSS pudemos organizar as respostas de forma sistemática, fornecendo também correlações de dados para que pudéssemos obter a base para a construção do trabalho, dessa forma foram geradas 254 respostas possíveis, no entanto, haviam questões que não se aplicavam a todos os estabelecimentos, a exemplo das questões sobre pecuária para as famílias que não exerciam essa atividade.

Após a aplicação dos questionários e a realização das entrevistas optamos pela construção do perfil de alguns interlocutores que apresentaram características bastante singulares.

Quadro 1: Perfil dos Interlocutores - Famílias Entrevistadas

Luan Jonh da Silva (21 anos) e Cleane Vidal da Silva (23 anos/esposa). Casal jovem que possui uma filha de 4 anos. Possui um lote de terra de 2,5 hectares, o chefe da família trabalha no turno da noite na Alpargatas. Exerce a agricultura durante o dia, a área na qual reside é de propriedade dos seus avós. A renda familiar autodeclarada¹⁰ é de um salário-mínimo.

Severino Pereira Barbosa (62 anos) e Nalí Pereira Barbosa (57 anos/esposa). O casal possui quatro filhos, dois adultos e uma adolescente (todos solteiros). Criam uma neta de 08 anos filha de outro filho casado e que reside em outra área. O sítio possui 4,5 hectares. O casal é aposentado e, apesar da idade e dos problemas de saúde, ainda trabalha na agricultura. Severino também trabalha “alugado”, nas propriedades vizinhas e é meeiro em uma propriedade próxima. Quando jovem trabalhou em indústrias na região sudeste. Herdou o sítio de seus pais. Recebem Bolsa família e Seguro Safra. A renda autodeclara da família é pouco mais de dois salários-mínimos.

José Araújo (57 anos) e Isaura Pereira Barbosa (52 anos/esposa). A família é composta por quatro filhos (sendo dois adultos casados e dois adolescentes), dois netos e um sobrinho adolescente. O sítio possui um hectare. Vivem da agricultura e recebem assistências governamentais a exemplo do Seguro Safra e do Programa Bolsa Família. José Araújo herdou o sítio de sua mãe, onde exercem a agricultura há mais de 40 anos. A renda autodeclarada da família é de aproximadamente de 700,00 reais.

Raul Idalino (53 anos). A família é composta por sua esposa e sua mãe. O sítio possui 1,5 hectare. Possui uma pequena “venda”, onde dispõe dos produtos básicos da alimentação local, como feijão, arroz e outros, além de bebidas. Tem uma criação de aves mais organizada para o comércio. A renda autodeclarada da família é de aproximadamente três salários-mínimos.

Antônio de Araújo (54 anos). A família é composta por sua esposa, cinco filhos, (sendo um casado) e três netos. O sítio possui 04 hectares. Trabalha como “alugado” quando essa oportunidade aparece. O sítio não é de sua propriedade, mas de um parente. Recebem Bolsa família e Seguro Safra, e a renda autodeclarada da família é de 800,00 reais.

Antônio José Araújo (67 anos). Sua família é composta por sua esposa e filho. A propriedade possui 3 hectares. É aposentado e exerce a agricultura há mais de 40 anos. Herdou o sítio de seus pais. É um dos últimos moradores que ainda planta mandioca para a fabricação da farinha. A renda mensal autodeclarada da família é de dois salários-mínimos.

¹⁰ Há discordância entre a renda autodeclarada e a renda real de algumas famílias em virtude da dificuldade desses indivíduos de quantificar, em critérios mensais, a renda advinda das atividades agropecuárias. Foi percebido, durante a aplicação dos questionários, que a produção voltada para o consumo não é considerada de fato como renda nesse sítio. A raridade em que ocorrem tais transações ajuda a justificar tal fato.

O texto da dissertação foi dividido em três capítulos. No primeiro capítulo trouxemos as questões referentes aos conceitos que definem a agricultura familiar. Procurando compreender quais são os sujeitos que esta categoria identifica segundo o discurso oficial e que tipos ideais a literatura acadêmica produz. Esse debate possibilita perceber, de modo panorâmico o que vem sendo dito sobre a agricultura familiar no Brasil, assim como o surgimento dessa agricultura, enquanto categoria política, e o desenvolvimento das políticas públicas criadas para esse ator.

O segundo capítulo aborda os aspectos geográficos da microrregião e do município no qual está situado o Sítio Serra do Maracajá, seguido de uma caracterização do município, o que permitirá analisar a produção agropecuária mais geral do município e a produção do Sítio. Finalizamos o capítulo com uma apresentação do Sítio, ilustrada com dados que permitiram construir um perfil genérico dos agricultores familiares.

No terceiro e último capítulo trouxemos reflexões sobre os resultados da pesquisa divididos em seis tópicos, o primeiro traz uma descrição das unidades produtivas, através de uma caracterização dos estabelecimentos familiares e das condições de produção. No segundo tópico foram tratadas o cenário das estratégias produtivas e de geração de renda, formas de produzir, produtos cultivados e outras atividades desenvolvidas. No terceiro tópico são trazidas as formas de organização do trabalho, a quantidade de braços disponíveis para o trabalho, comercialização dos produtos e as rendas não agrícolas das famílias. No quarto tópico apresentamos as questões de produção e consumo. No quinto tópico são trazidas as questões de acesso à serviços, assistência técnica, crédito e formas de associação. O sexto e último tópico debate sobre dieta básica e segurança alimentar, esse dividido em três subtópicos: o primeiro contendo a descrição dos alimentos que compõem a dieta básica, seguido de uma análise acerca da relação entre produção e consumo das famílias agricultoras e, por fim, um subtópico discutindo a relação entre consumo e acesso aos mercados.

O formato do texto tem a pretensão de evidenciar o descompasso entre o tipo de agricultura familiar identificado na pesquisa de campo e os conceitos difundidos, em especial os discursos produzidos pelas diferentes interpretações dos dados do Censo Agropecuário de 2006, tentando perceber tanto os limites enfrentados pelos agricultores reais enquanto interlocutores na relação que estes mantêm com o mercado como produtores e consumidores, quanto os limites do próprio conceito.

CAPÍTULO I

DO PRONAF AO CENSO AGROPECUÁRIO DE 2006

Com essa dissertação pretendemos refletir sobre as aproximações e os distanciamentos existentes entre o conceito de agricultura familiar, institucionalizado pelo Estado desde o surgimento do Pronaf no ano de 1996, assim como seus desdobramentos nas políticas públicas, o conceito de agricultor familiar tratado pela literatura acadêmica e os tipos concretos de “agriculturas” familiares, tendo como referente empírico os agricultores do Sítio Serra do Maracajá. Buscamos analisar até que ponto a imagem criada para a agricultura familiar no Brasil deixar de abranger a heterogeneidade dos agricultores familiares e considera apenas uma parte deles. Ao abranger apenas parcelas dos classificados como agricultores familiares, as políticas se tornam ineficazes, uma vez que operam com lógicas gerais e homogeneizadoras, que contradizem a tese de que haveria uma diversidade de agriculturas familiares.

A reflexão que será feita repousa sobre o conceito de agricultura familiar que é fundamente às políticas públicas, aos Censos Agropecuários, ao debate acadêmico, à pauta dos movimentos sociais etc. Nesse capítulo revisitaremos a literatura que discute o conceito de agricultura familiar, pensando os usos desta categoria, as implicações recentes, trazidas pelo Censo Agropecuário de 2006. Para esse fim o capítulo é dividido em três tópicos: o primeiro denominado *A institucionalização da agricultura familiar no Brasil*, fazendo referência à trajetória e ao contexto em que surge a agricultura familiar, enquanto categoria política, através da criação do Pronaf e da Lei da Agricultura Familiar, assim como as implicações dessa institucionalização; *Agricultura familiar no debate acadêmico: implicações teóricas*, um segundo tópico que se apoia mais no debate acadêmico sobre a agricultura familiar produzida por autores como, Guilherme Delgado, Delma Peçanha, Angela Kageyama, Ricardo Abramovay entre outros, buscando apresentar as consequências e ambiguidades que envolvem esse conceito e, para finalizar o capítulo abordaremos a discussão sobre, *pobreza e instabilidade: outras facetas da agricultura familiar*, em que discorreremos sobre as faces diversas da agricultura familiar em diferentes lugares do mundo, diante da sua heterogeneidade e utilizando, entre outras referências, a contribuição de Nazareth Wanderley, Mazoyer e Roudart.

1.1–A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

A origem das explorações familiares no Brasil é entrecortada por ambiguidades e discordâncias, seguindo a linha de pensamento de Alberto Passos Guimarães (1963) os posseiros e intrusos foram aqueles que iniciaram a agricultura do tipo familiar no Brasil, esse tipo de agricultura era denominado de camponesa em face da sua semelhança com as agriculturas familiares, nascidas em meio ao campesinato europeu. Diferentemente de Passos (1963), autores como Ciro Cardoso (1979) consideram que os primeiros traços desse modelo de agricultura teriam surgido muito antes, com a chamada “brecha camponesa no sistema escravista”¹¹. Maria Yedda Linhares e Francisco Carlos Texeira da Silva (1981) afirmam de igual maneira que os escravos teriam sido os primeiros camponeses no Brasil, enfatizando a importância do plantio de mandioca no período colonial como as primeiras plantações voltadas para a agricultura de subsistência¹².

Esse modelo de agricultura vem sendo denominado de diferentes maneiras e englobando diferentes sujeitos. Agricultura camponesa, de subsistência, pequena produção familiar, agricultura de lavoura, são diversas as denominações atribuídas a esse modelo de agricultura (SCHMITZ e MOTA, 2006). No entanto, o vazio epistemológico de termos como “pequena produção” não demonstrava a importância conceitual adequada por tratar-se de um grupo que representa bem mais do que apenas o tamanho de suas propriedades.

É fato que o Brasil é uma potência agrícola, entretanto, a afirmação de que seria a agricultura familiar a responsável pela segurança alimentar não estaria camuflando a parte pelo todo? Estariam recortando uma pequena parte bem sucedida dessa agricultura para

¹¹ A brecha camponesa no sistema escravista se refere à afirmação de que os escravos teriam sido os primeiros camponeses no Brasil, enfatizando a importância do plantio de mandioca no período colonial como as primeiras plantações voltadas para a agricultura de subsistência, essa era realizada dentro dos quilombos e das grandes propriedades, sendo caracterizada pela autorização, em alguns casos até mesmo a obrigação, de um dia ou dois dias livres por semana para que os escravos cuidassem de uma pequena roça para a sua sobrevivência, e a concessão de diminutos lotes de terra onde se encontravam suas pequenas plantações e onde constituíam família, fato que era encorajado pelos Senhores e pela Igreja (CARDOSO, 1979).

¹² Agricultura de subsistência é aquela que visa garantir à subsistência do grupo familiar, geralmente é composta pelos gêneros básicos consumidos por esses indivíduos, o que Garcia e Heredia (2009) denominam de *lavoura para o gasto*. No entanto o enquadramento de uma plantação como para subsistência é de difícil realização, já que a decisão se ela será consumida, ou comercializada é definida pelo contexto no qual o grupo familiar se encontra no momento da colheita, dessa forma, antes de realizada a colheita e escolhido o destino, não é possível afirmar em que situação se encontra tal produção.

caracterizar todo o resto que a compõe? A agricultura familiar tão exaltada pelo poder público seria um objeto concreto, ou apenas uma ideia-força que legitimaria a presença de atores no embate político?

O primeiro trabalho publicado no Brasil que trazia esboços a respeito de uma diferenciação entre o tipo de agricultura baseada no trabalho familiar em contraposição ao tipo de agricultura cuja base do trabalho é assalariada foi intitulado *Agrobusiness in the Americas*, dos norte-americanos Roger Burbach e Patricia Flynn (NEVES, 2006). No Brasil, os trabalhos de Veiga (1991), Abramovay (1992), Lamarche e Wanderley (1993) influenciaram, no círculo acadêmico, a substituição do conceito de “pequena produção” pelo conceito de “agricultura familiar”. As primeiras tipologias sobre a agricultura familiar surgem em 1994, ancoradas na parceria INCRA/FAO, entretanto os primeiros dados oficiais são lançados apenas em 1996 com os estudos divulgados por essas mesmas instituições, quando o uso dessa categoria tem seu primeiro auge. Esse estudo visava desenvolver critérios diferenciadores entre a produção patronal e aquela cujo trabalho é predominantemente familiar. Os dados apresentados sobre esse modelo de agricultura traziam a denominação de agricultura familiar. Essa expressão ganha ainda mais força no Brasil quando do seu reconhecimento pelo Pronaf ainda em 1996.

O Pronaf, que surge em 1996 durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, através do Decreto nº 1.946, de 28 de Junho de 1996, tendo como referência experiências internacionais, principalmente francesas, onde a agricultura familiar de pouco a pouco se tornou um modo de produzir valorizado na pauta da gestão pública, entre outros aspectos por ser este um modelo que abrigaria a maior parte da população ativa no campo e por agregar valores como, preocupação com o meio ambiente, uma gestão atenta em produzir segundo os critérios de segurança alimentar do país, entre outros. No contexto brasileiro em que surge o Pronaf a concentração de terras e a ausência de uma política de crédito para a agricultura familiar se constituem em problemas crônicos a serem enfrentados. Segundo Guanzioli (2007: 2) no Pronaf:

O argumento central era que os produtores familiares, descapitalizados e com baixa produtividade, não estariam em condições de tomar recursos a taxas de mercado para realizar os investimentos em modernização e elevação da produtividade. Pelo menos na etapa inicial do processo de acumulação, seus investimentos não seriam rentáveis nem viáveis se avaliados pela taxa de juros de mercado; seus rendimentos também não seriam compatíveis nem suficientes

para reembolsar empréstimos tomados em condições comerciais.

Desde a formulação do Pronaf até o Censo Agropecuário de 2006 a lei que regulamenta e caracteriza o que é a agricultura familiar vem sofrendo mutações até chegar na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, quando de forma resumida, a agricultura familiar passa a ser definida da seguinte maneira:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

§ 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais.

§ 2º São também beneficiários desta Lei:

I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;

II - agricultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;

III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e fiscoadores;

IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente. (Censo Agropecuário de 2006).

É a Lei nº 11.326 que serve de base para definição dos agricultores familiares que deverão ser enquadrados nas principais políticas públicas surgidas e redefinidas a partir

de 2006, além disso, a Lei nº 11.326 definiu a categoria analítica de agricultura familiar adotada para as finalidades de realização do Censo Agropecuário de 2006, o primeiro a trazer dados específicos sobre a agricultura familiar e a não familiar tendo uma classificação legal para tanto. Tal definição agrega vários modos de fazer agricultura familiar e ser agricultor familiar, tanto silvicultores quanto pescadores, ou mesmo extrativistas, todos são considerados e enquadrados sob os princípios de julgamento e assistência. Estes indivíduos, em toda a sua diversidade de ser e viver satisfazem suas necessidades sob a mesma ótica, e as políticas públicas teriam por finalidade atender a todos de igual maneira. A agricultura familiar, segundo essa definição, parece fazer referência a um grupo uniforme, mas as contradições que decorrem desse olhar enviesado influenciam a formulação de políticas públicas, encobrando uma realidade heterogênea e diversa.

Até o ano de 2011, segundo a definição legal, o agricultor deixa de ser familiar quando obtém 51% de sua renda fora do seu estabelecimento. É apenas em 2011 que esse requisito é substituído e, ao invés de uma renda majoritariamente agropecuária passa-se a admitir que o agricultor tenha pelo menos um “(...) percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo¹³”. Ao mesmo tempo, que serve de delimitador o conceito de agricultura familiar, em certos contextos, é demasiadamente amplo, essa ambiguidade, nos dois extremos, expõem as fragilidades da fabricação dessa categoria socioeconômica para o cenário político.

A proposta inicial do Pronaf era financiar, através do crédito setores da agricultura até então invisibilizados pelas políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural. A expressão agricultura familiar visava, então, distinguir os agricultores em dois grupos (grandes e pequenos). A partir deste momento o uso exclusivo da categoria, a ligação entre a política e a expressão leva ao erro da superficialidade, pois só serão considerados agricultores familiares àqueles nomeados pelo Estado.

No entanto, passada a euforia do reconhecimento da agricultura familiar pelo PRONAF, vê-se então que logo em seguida a própria política dá visibilidade aos agricultores marginais, àqueles excluídos da própria agricultura familiar uma vez que não são atendidos pela política:

¹³ Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12512.htm#art39. Acessado em: 27/09/2013

“(...) o padrão de organização da produção privilegiado pelo Pronaf e a sua função social no desenvolvimento econômico do país estão sustentados, implicitamente, nas noções de produtividade e na rentabilidade crescentes, o que resultaria, segundo os formuladores desse programa, em uma contribuição do setor para a competitividade da economia nacional” (CARNEIRO, 1997, p. 71)

Esta lógica produtivista, na qual se valoriza o saber-fazer mediado pelo uso de tecnologias, visava não apenas a melhoria do rendimento daqueles agricultores privilegiados, mas principalmente o retorno dos investimentos públicos. Mesmo que desconsideremos toda essa camada de agricultores familiares postos de lado pelo Pronaf, e passemos a observar apenas os “capazes” de promover o desenvolvimento dessa outra agricultura, é inevitável refletir sobre todos os problemas gerados por essa política, a exemplo de como seria possível a essa agricultura familiar aumentar seus rendimentos sem expulsar boa parte da mão-de-obra ativa, num contexto em que há um limite para sua área de exploração? Nesse sentido Maria José Carneiro aprofunda a discussão afirmando que:

(...) não se explicita, no contexto da heterogeneidade própria da agricultura brasileira, qual a forma de produção familiar que teria a capacidade de realizar absorção de mão-de-obra, mantendo ao mesmo tempo a competitividade na economia. Parece contraditório atribuir ao produtor a meta de aumentar a produtividade esperando, simultaneamente, que ele amplie a oferta de emprego, o que nos leva a algumas indagações. (CARNEIRO, 1997, pg. 74)

Essa política pública passou por diversos estágios desde seu surgimento em 1996, um dos primeiros problemas nos anos iniciais do Pronaf foi a concentração dos recursos em alguns estados, assim como também a concentração de renda nos grupos de famílias mais bem estruturadas, tanto econômica como produtivamente, esses indivíduos já estariam bem integradas ao mercado, e produziriam quantitativa e qualitativamente boa parte dos artigos da produção familiar de todo o país, além disso, os produtos financiados para esses agricultores familiares seriam aqueles que as instituições bancárias consideraram economicamente rentáveis. Nesse momento o Pronaf ainda financiava majoritariamente a aquisição de insumos e tecnologias voltadas para as produções consideradas como responsáveis pela fragilização da agricultura familiar, a exemplo da soja (MÜLLER, 2007).

Com o desenvolvimento do Pronaf ao longo dos anos passa-se a admitir que são familiares aqueles estabelecimentos que possuem até dois empregados contratados, em 1999 o Pronaf passa a incluir também assentados de reforma agrária e aqueles agricultores familiares de menor renda, sendo dividido em cinco categorias de acordo com a renda, denominadas de A, B, C, D e E. Os investimentos do grupo A foram destinados aos agricultores dos assentamentos rurais, para o estabelecimento familiar ser considerado como pertencente ao grupo B a renda não poderia ultrapassar os R\$ 3 mil ao ano, esse grupo é mais numeroso e também o mais empobrecido grupo da agricultura familiar brasileira, sendo que 64,89% desses indivíduos encontram-se no Nordeste (IBGE, 2006). Já em 2008 o Pronaf promove outras mudanças em suas diretrizes e extingue os grupos C, D e E. Segundo Aquino, Ramdomsky, Spohr *et al* (2014):

Os 1.810.458 estabelecimentos potencialmente enquadráveis no Grupo B do PRONAF localizados na região Nordeste e em Minas Gerais eram dirigidos, em sua maioria, por homens de idade avançada, 20% dos quais com mais de 65 anos, que apresentavam um elevado índice de analfabetismo e pouca participação em entidades de classe e cooperativas. Estes produtores foram historicamente marginalizados e, no limiar do século XXI, enfrentam várias barreiras socioambientais para continuar vivendo e trabalhando no meio rural. (p. 87)

Os Pronafianos do tipo B na Paraíba possuem o quarto pior índice do Nordeste em relação à área dos seus estabelecimentos, uma média de 7,9 hectares por estabelecimento:

Neste contexto, além das externalidades climáticas e das características naturais adversas dos ecossistemas locais, infere-se que o produtor familiar que habita os espaços territoriais pesquisados é limitado ou por não possuir terra ou pela pequena quantidade disponível deste ativo indispensável para desenvolver suas atividades produtivas. (Aquino, Ramdomsky, Spohr *et al* 2014, p. 87)

A maioria dos indivíduos desse grupo não são vistos como capazes de produzir, mas para que o sistema capitalista possa funcionar eles têm que ser capazes de consumir, como bem coloca Sabourin (2007):

Esses enfoques (previdência, aposentadoria rural, bolsa- alimentação, bolsa-família) reduzem o econômico ao princípio do acesso das populações rurais pobres (*rural poors*) ao mercado capitalista e mantêm sua dependência dos supermercados e das firmas agroalimentares, já não como produtores, mas como consumidores. (p. 739)

Entretanto, a solução do problema não está em inviabilizar o acesso às políticas assistenciais, muito pelo contrário, esses indivíduos necessitam de políticas que permitam sua reprodução social e econômica, políticas sem as quais sua sobrevivência estaria em risco, em virtude das condições difíceis que esse grupo enfrenta para se manter, produzir e reproduzir. Nesse sentido Aquino, Ramdomsky, Spohr *et al* (2014: 101) relatam, mais especificamente sobre a agricultura familiar presente no semiárido nordestino, que:

Esses agricultores desenvolviam suas atividades em propriedades minúsculas e com acesso precário a fontes fixas de água. Nelas estava ocupado um contingente expressivo de 4,8 milhões de pessoas, a esmagadora maioria com um nível educacional extremamente baixo, que, sem tecnologias de produção, sem crédito adequado e sem assistência técnica, dispunham apenas do braço e da enxada para explorar suas “terras cansadas” após sucessivos anos de uso sem descanso. O resultado, como não poderia ser diferente, vai ser uma baixa produção e produtividade agropecuária registrada em um ano bom de inverno, pondo em xeque a validade do argumento que procura atribuir à seca toda a culpa pela pobreza rural vigente no Semiárido brasileiro.

O fato é que, com pouca ou nenhuma produção para comercializar no mercado, os agricultores do Grupo B se tornam totalmente dependentes de outras fontes de renda para sobreviver, com especial destaque para as receitas monetárias originárias das aposentadorias rurais e dos programas sociais do governo. A partir desta constatação básica, os dados do censo revelaram que existe dentro do segmento uma fração de produtores vivendo em situação mais precária que a média: agricultores familiares pobres sem-sem (sem terra, sem aposentadorias, sem programas sociais, sem educação, sem assistência técnica, sem crédito etc.).

As chamadas *tecnologias de convivência*, a exemplo da irrigação, que poderiam ampliar as possibilidades de produzir e entrar no mercado, para os agricultores do semiárido, é ainda uma realidade distante. No Nordeste Semiárido, nem todos os ditos pequenos produtores se encontram em condições de acessar o crédito do Pronaf, muitos ainda necessitam do básico para sobreviver. Ademais, nem sempre essas agriculturas

familiares se pretendem competitivas em relação ao mercado, não por falta de ambição, mas por serem essas agriculturas, em alguns casos, uma forma de reprodução social que está intimamente ligada ao modo de ser e de viver que lhes fora herdado. Nem todo agricultor familiar busca o lucro em primeiro lugar, mas todos eles buscam formas que possibilitem a reprodução de seu grupo familiar, é importante ter em mente que os estabelecimentos familiares são ao mesmo tempo unidade de produção e consumo e que devem ser tratadas como tal. Além disso, na própria lógica do crédito é importante registrar a diferença entre o recurso acessado e as verdadeiras necessidades produtivas dessa população. Segundo Neves (1997) o estabelecimento familiar não pode ser simplesmente reduzido a um empreendimento econômico, de forma que o simples fato de existir, mesmo que não seja economicamente produtivo aos moldes capitalistas, já o torna um importante investimento para as políticas públicas.

Portanto, a reprodução simples do patrimônio agrícola pode muitas vezes se apresentar como solução racional ao investimento em várias frentes, de modo que a família não seja reduzida aos interesses da unidade de produção agrícola. (p. 15)

Não se deve negar que algumas famílias agricultoras desejam participar do mercado de forma competitiva, mas essa característica não deve, em nenhum momento, ser generalizada. O lucro não deve ser entendido como o objetivo, e sim, como um dever necessário para a lógica de reprodução desses grupos familiares, já que um aspecto comum às agriculturas familiares é a sua luta incansável pela garantia da reprodução social do extenso grupo, mesmo quando o lucro não está presente. Nesse sentido:

(...) enquanto o estabelecimento familiar pode sobreviver por longos períodos na ausência do lucro (veja-se o caso dos minifúndios nordestinos), voltando-se para a produção do autoconsumo ou mantendo a terra como local de residência e vivendo de outras ocupações não-agrícolas, o empreendimento patronal-assalariado não sobrevive se não for minimamente competitivo nos mercados em que opera. (KAGEYAMA, 2008, p.130)

1.2 – AGRICULTURA FAMILIAR NO DEBATE ACADÊMICO: IMPLICAÇÕES TEÓRICAS

Sobre o conceito de agricultora familiar, Wanderley (2003) afirma que esse seria a junção entre unidade produtiva e consumidora. Para a autora trata-se então de uma profissão, contrariamente ao conceito de camponês que estaria relacionado a um modo de vida particular em uma sociedade com singularidades. Entretanto, os agricultores familiares são sujeitos que guardam traços do campesinato, como a adesão a uma lógica produtiva, voltada para as necessidades do grupo familiar, tentando se ajustar às exigências do mercado. Poder-se-ia dizer que essa ideia justifica a tese de que em cada agricultor familiar haveria um camponês adormecido, sem que, com isso, os agricultores familiares estejam fadados à reprodução do campesinato tradicional, o fundamental para a autora é considerar que o agricultor familiar mantém alguns aspectos da lógica camponesa, enquanto outros são próprios do ser agricultor. O camponês clássico produz apenas para garantir a subsistência familiar, enquanto os agricultores familiares modernos levam em consideração também o mercado. Enquanto o camponês clássico valoriza e enfatiza o passado e as tradições, o agricultor familiar moderno se concentra no futuro.

Dessa forma, para Wanderley (2003) a agricultura familiar moderna passa a assumir uma racionalidade diferente do campesinato clássico, algumas vezes o mundo rural deixa de ser um espaço parcial e se torna totalmente integrado à sociedade nacional. Esses novos personagens são resultado de um *continuum* que, segundo Wanderley (2009), coloca em polos distintos o camponês clássico e o moderno agricultor familiar que produz com vistas ao mercado, entre esses há uma infinidade de sujeitos que se afastam ou se aproximam dos camponeses “puros”.

Já segundo a percepção de Maria José Carneiro (1997), desde seu surgimento a agricultura familiar vem sendo relegada a um segundo plano, sobrevivendo em meio à competição de recursos que em geral terminam por favorecer a grande produção. Para Delma Pessanha Neves (2005) a categoria agricultura familiar é algo que surgiu de um rápido consenso tanto da academia, funcionários públicos, trabalhadores rurais, quanto da comunicação midiática. A utilização desta expressão visava acabar com a constante dúvida em relação à nomenclatura de pequenos produtores mercantis e camponeses. A utilidade desta expressão estaria em oferecer aquilo que a autora denomina de *seguro porto semântico*, pois criava a possibilidade de uma categoria classificatória, que forneceria a distinção de outras categorias nominais como empresário rural e

agronegócio. Segundo a autora as falhas relacionadas à agricultura familiar, enquanto conceito e forma de classificação são inúmeros, uma vez que os segmentos envolvidos por esta classificação não são homogêneos, a começar pelo próprio termo familiar que leva a pensar prioritariamente a família nuclear, desconsiderando outras formas de famílias. Para Neves (2005):

A lógica formal argumentativa do modelo desprezou as explicações a partir das relações dos elos e das interligações. Mesmo assumindo que a categoria denota a diversidade, por vezes reconhecida pela advertência do uso no plural – agriculturas familiares -, foram desprezadas as interpretações sobre as múltiplas situações pelas quais a atividade produtiva e as condições de integração são vividas e concebidas por quem as sustenta e reproduz. (NEVES, 2002, p. 2).

Nesse sentido, a autora afirma que a utilização da expressão agricultura familiar teria como função ser uma categoria descritiva e um classificador político. Seria meramente um conceito operacional, com vistas à ação estatal através do enquadramento desses sujeitos, a exemplo do Pronaf. Mesmo que sua utilidade enquanto categoria emancipadora seja válida, ainda assim apresenta limites, porque cristaliza modos de fazer a agricultura familiar e por isso mesmo um tipo de indivíduo “merecedor” de inclusão em projetos governamentais, além de generalizar todos os agricultores familiares sob uma mesma expressão. Segundo a autora, para que se torne objeto sociológico à agricultura familiar, enquanto categoria descritiva deve passar por desconstruções e desnaturalizações, de forma a “revelar os significados que inerentemente os objetos do projeto político e da tipificação generalizante o fazem encobrir.”.

Já para Ricardo Abramoway (2007) mesmo com a variedade de formas de agricultura familiar é possível elencar características comuns aos diversos tipos. Segundo ele a principal característica é o uso conjunto e familiar da terra, no entanto, deve-se deixar de lado o tipo ideal de agricultura familiar, que comumente trata esses agricultores como camponeses. Em relação aos conceitos citados anteriormente afirma que é possível estabelecer uma distinção conceitual tanto para a agricultura familiar, quanto para a agricultura camponesa, a solução seria separá-los por um gradiente de possibilidades, deixando-os em dois polos distintos. No entanto, essa diferenciação conceitual que abrange a agricultura familiar só seria possível se fossem priorizadas as questões sociais,

econômicas e culturais, já que, segundo o autor, a racionalidade do grupo familiar isoladamente não é capaz de definir isso.

No tocante a antinomia entre trabalho familiar e trabalho assalariado, mesmo que o trabalho familiar seja uma característica marcante no que diz respeito ao conceito de agricultura familiar, ele não pode ser considerado intocável na definição dos atores rurais. O trabalho assalariado contém em si muitos significados simbólicos, entre eles o de preservar a hierarquia familiar, já que é possível poupar a família ao colocar o assalariado para realizar os trabalhos mais pesados e árduos. Abramovay (2007) resolve os problemas classificatórios em relação à diferenciação social dos produtores agrícolas afirmando que:

“Uma das formas de se resolver esse problema está em renunciar ao peso, senão exclusivo, ao menos decisivo que a abordagem lenista atribui ao trabalho assalariado e montar uma somatório de critérios que incluiriam não só o pagamento de salários, mas também a propriedade da terra, as formas de gestão do estabelecimento, as diferentes situações demográficas, os elementos tecnológicos, etc.” (p. 150)

Esse trabalho assalariado em muitos casos não é considerado sob esse termo, mas sob a terminologia de ‘ajuda’, o que separa sob diferentes ângulos aquele trabalho que é familiar e aquele que não é (WOORTMANN, 1990). O trabalho assalariado temporal se torna mais frequente nos tempos de colheita, principalmente nos casos em que a mão de obra familiar já não é mais suficiente. No Nordeste, por exemplo, no período de chuvas o trabalho é mais ameno, já na estiagem é mais duro e penoso para a esmagadora maioria que não possuem máquinas, e mesmo quando existe o trabalho assalariado, esses sentam-se a mesa junto com a família na hora das refeições, revelando o caráter não capitalista das relações. (LAMARCHE, 1993)

Em Abramovay (2007) a agricultura capitalista apoiou-se na “empresa familiar” para se consolidar, tanto por se apropriar de sua força de trabalho quanto dos recursos estatais. Para Delgado (2005) as formas de agricultura familiar no Brasil são fortemente marcadas pela força do agronegócio¹⁴, que termina por apropriar-se de uma boa parcela das terras propícias para a agricultura e é responsável pelo processo de refluxo da renda da terra, o que aprofunda a distância econômica e social entre o agronegócio e as formas

¹⁴ Para Delgado (2005) o agronegócio é: “(...) uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária.” (p. 13)

de agriculturas não integradas nos processos do mesmo. Esse processo de marginalização das formas familiares de agricultura acarreta uma volta da economia de subsistência no meio agrário brasileiro. Nesse sentido há uma clara oposição entre as formas familiares de exploração agrícola e aquelas em que prevalece os processos capitalistas de produção e que operam com estratégias tipicamente capitalistas. Quanto maior for a expansão do agronegócio mais relegado estará o papel da agricultura familiar, dessa forma:

Observe-se que quando muda a conjuntura agropecuária e a renda do agronegócio começa a crescer, puxada pela nova prioridade às exportações, não ocorrerá simultaneamente expansão da agricultura familiar e da ocupação da força do trabalho rural. E isto para ser melhor esclarecido requer que caracterizemos essa “expansão estrangida”, que o é não apenas da economia agrária, mas do conjunto de economia nacional. (DELGADO, 2005, p. 15)

Essa retração da agricultura familiar pelo agronegócio é explicada por características próprias da estrutura fundiária brasileira, que é enraizada na desigualdade social e caracteriza pela “(...) ‘frouxidão da política fundiária’ sua relativa incapacidade em fiscalizar e regular o mercado de terras no que diz respeito à aplicação do princípio da função social da propriedade fundiária.” (DELGADO, 2005, p. 18). Além disso, Delgado explica que a incompatibilidade entre essas duas formas de exploração agrícola da seguinte maneira:

Observe-se que a incompatibilidade com o desenvolvimento que estamos deduzindo é bem peculiar. É aquela que se apoia na estrutura agrária intocada e na rede de condições que relançam na atual conjuntura as estratégias do agronegócio brasileiro. Pois esta é uma forma peculiar de expelir o campesinato brasileiro pela estratégia de expansão do agronegócio. (DELGADO, 2005, p. 17)

E mais adiante em relação a incompatibilidade do desenvolvimento do agronegócio com um tipo de desenvolvimento nacional:

Conquanto a estratégia do agronegócio detenha uma soma desproporcional de recursos de poder para promover seus interesses, seu projeto de expansão, inserido no “ajuste estrangido”, do qual ganha poder de impulsão, é por isto mesmo incompatível com um projeto de desenvolvimento

nacional. É também impotente para a geração de produção e do emprego potenciais no setor rural, capazes de enfrentar os dilemas atuais da Questão Agrária e da crise do desemprego no conjunto da economia. (DELGADO, 2005, p. 23)

Segundo Garcia e Heredia (2009) o entendimento, e por isso mesmo enquadramento, dessas formas de agricultura familiar é um processo complexo e não pode ser feito através da simples soma de todas as transformações pelos quais ela passou, como também não pode ser feita considerando-se apenas uma de suas transformações. As tendências autárquicas devem ser deixadas de lado pois segundo esses autores “(...) o vínculo familiar não implicava ausência de laços mercantis mantidos pelo grupo doméstico, muito pelo contrário.” (p. 220). No entanto, o que deve ser enfatizado são os feixes de relações e os modos de operação dessas famílias, assim “(...) ressalta-se a indissocialidade entre a unidade de produção e a de consumo, pois tanto uma como a outra fazem apelo aos mesmos membros da família e estão regidos pelos mesmos padrões de autoridade doméstica.” (p. 223). A explicação dada por esses autores para a sublimação em relação a propriedade da terra está no fato de que ela dá, a esses sujeitos, a possibilidade de serem donos de seu próprio corpo, assim como de seu tempo, pois significa a garantia de autonomia em relação à construção de suas próprias regras, tanto na produção quanto na vida.

Zander Navarro e Maria Thereza M. Pedroso (2011) avaliam a dificuldade de analisar empiricamente estabelecimentos rurais sob gestão devido à diversidade social, apontando para o vazio analítico de termos como camponês e agricultor familiar, segundo ele não existiria o camponês ou o agricultor familiar, mas sim tipos e classes deles. A principal questão levantada por eles é que, no Brasil, a expressão agricultura familiar é tornada lei, deixando de caracterizar aquilo que ela representa, mas sim o que deveria representar, provocando um questionamento acerca da saturação desse termo. Segundo Carneiro (apud NAVARRO e PEDROSO, 2011) estaria se desenvolvendo no campo uma nova racionalidade diante de novos contextos no meio rural, a exemplo da monetarização da vida social, o novo e importante papel do mercado, que passa a ser visto como uma realidade externa e objetiva, que estaria modificando as práticas da população rural.

A diversidade de agriculturas familiares é, em grande medida, ocasionada pelo contexto de privações e dificuldades em que se veem esses agricultores familiares, é nessas situações que esses indivíduos recorrem a diversas formas de estratégias que garantam a sua sobrevivência. Segundo Caron e Sabourin (2003) a diversidade de

agriculturas familiares em todo o mundo, mas principalmente do Nordeste, são explicadas como um mecanismo de sobrevivência que lhes possibilitou a reprodução de seus modos de vida ao longo dos séculos “(...) as mutações constituem, ao mesmo tempo, respostas às transformações do meio ambiente e formas originais e inovadoras de organização, implementadas por agricultores familiares, na maioria pequenos camponeses.” (p. 23). Nesse contexto entender e interpretar tais mutações leva o pesquisador a adaptar-se também, aceitar sua diversidade e especificidade é o primeiro passo para entender sua complexidade de formas. Apesar de colocados todos esses problemas não há fundamento algum na afirmação que a agricultura familiar e acumulação de riqueza não possam andar juntas, configurando um mesmo grupo de indivíduos, da mesma forma que o agronegócio não configura exclusivamente os estereotipados empreendimentos gigantescos, modernos e cujo trabalho é puro e simplesmente o assalariado. Todo empreendimento agrícola, seja ele pequeno ou grande, fortemente mecanizado ou não, pode ser uma empresa agrícola familiar, a depender de sua gestão.

Em relação à heterogeneidade da agricultura familiar, a pesquisa de comparação internacional que fora organizada por Hughes Lamarche buscou identificar a dispersão geográfica das formas familiares da agricultura em países como Brasil, Tunísia, Polônia e Canadá, entre outros, a fim de determinar as características comuns a agriculturas familiares tão diversas. Com essa pesquisa foi possível perceber que a exploração rural do tipo familiar está presente em todo o mundo. Para Lamarche (1993) “A exploração familiar, tal como a concebemos, corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão iminentemente ligados à família.” (p.15).

Na Europa o passado feudal possibilitou o surgimento do campesinato, mas isso não é um fator obrigatório para a formação de uma base camponesa em outros lugares do mundo, na Tunísia o modelo camponês se dá sobre o *modelo do tipo colonial*. Lamarche afirma que no campesinato existe uma base comum denominada de “modelo original”, mas outros modelos surgem a partir dele. O modelo ‘familiar’ tem como objetivo a garantia de reprodução da família e não necessariamente da unidade da produção. Já o modelo de ‘subsistência’ visa à sobrevivência do grupo familiar, enquanto o modelo do tipo ‘empreendimento agrícola’ objetiva a exploração agrícola organizada, com a utilização de mão-de-obra assalariada, tendo em vista a otimização dos ganhos. Modelos de funcionamento e classe social definem cada tipo de exploração, assim como grau de interação na economia de mercado. São dois os fatores que organizam as estratégias dessas explorações: memória de sua história e ambições para o futuro.

No período entre guerras, na França, boa parte dos pequenos camponeses desaparece. O fim da exploração camponesa na França não significa, entretanto, o fim das explorações do tipo familiar. O sistema permaneceu e adquiriu outras características. Nesse país é forte a relação entre a atividade da agricultura e a propriedade fundiária, assim como a noção da terra como um instrumento de trabalho ou como valor do patrimônio fundiário. Mesmo assim os projetos fundiários têm prevalência sobre os projetos individuais. Faz-se presente, também, uma relativa indiferença no que diz respeito à dinâmica fundiária em relação ao estatuto jurídico, o modo de acesso à fazenda pouco importa para esses grupos. Possuem um sistema de produção diversificado, com grandes culturas, mas sem deixar de lado a policultura e a criação de gado, sob os sistemas forrageiros extensivos e criação em cercados. Lamarche verificou a existência de sistemas semi-extensivos intensivos, semi-intensivos e extensivos. Segundo suas observações, nesse país, os sistemas semi-extensivos são mais bem sucedidos. Mais o que restaria de camponês no explorador francês? Lamarche estabeleceu alguns tipos de representações sociais que podem se aproximar ou se afastar do campesinato tradicional. O tipo ‘comunitário’ autodenomina-se como camponês ou agricultor, mas nunca como chefe de departamento, sua solidariedade é baseada no inter-relacionamento. O ‘conflitante’ não se autodenomina nem como camponês nem como produtor, é um indivíduo neolocal e o único a colocar suas receitas a frente. O ‘deslocalizado’ recusa a cidade em detrimento do campo e assemelha-se ao modelo de empreendedor rural. De forma geral, Lamarche percebe uma busca por mecanismos que levam em conta a sociedade global.

Nesse estudo comparativo sobre as explorações agrícolas de tipo familiar Lamarche (1993) percebe a existência de algumas tendências no Canadá, dentre elas a importância dada ao valor estratégico de adaptação aos preços agrícolas, valorização de estratégias no aumento dos investimentos e no acesso ao crédito e, para alguns empreendedores, a ideia de que recorrer ao empréstimo de créditos deve ser evitado. Para os grupos de agricultores familiares canadenses o grau de sociabilidade dentro da região é quantificado pelo círculo de amigos e pelo tempo de permanência no local. Para esses indivíduos sua identidade profissional é de que são trabalhadores da terra.

Nos países do Sul, como o Brasil e a Tunísia, a compra da terra é colocada em primeiro lugar, a propriedade fundiária é o elemento organizador indispensável à vida agrícola, diferente do que acontece em outros lugares, onde a compra da terra é uma questão secundária. No Brasil a agricultura foi gerada dentro do contexto da monocultura para exportação, aqui ela nasce em meio à precariedade. As cidades, que surgem próximas

ao meio rural, abrigam as funções administrativas e burocráticas e servem, em alguns casos, de moradia. O caráter atrasado da industrialização, o êxodo rural, o crescimento do desemprego e do subemprego são fatores constantes na vida dessas populações. No Cariri paraibano a parceria, o arrendamento e a morada se mostram como as soluções mais utilizadas para complementar a falta de terras próprias, tendo como sistemas de produção a criação extensiva de gado e agricultura de subsistência, o tipo de produção faz com que a forma do trabalho também varie. Somente o que não pode ser conservado é vendido. Já no Leme, município do estado de São Paulo, a meação é sistema de produção mais comum. Em ambos prevalece a diversidade de lógicas produtivas.

A variação desses modelos faz visualizar a variedade de tipos dessa forma de exploração agrícola. A diversidade e a sobrevivência dessas explorações é, em grande medida, devido à sua adaptabilidade. Tal diversidade não é consequência apenas da diversidade do meio, mas da força, da resistência e da capacidade para sobreviver mesmo quando as condições não lhes são favoráveis. Apesar de parecer correto, analisar a natureza de um empreendimento agrícola apenas pela natureza do trabalho empregado nele é demasiado simplista, assim como não é suficiente determinar tal critério a partir do tamanho da propriedade. É preciso, além disso, deixar de lado a estereotipação da agricultura familiar como a pobre e numerosa família que sobrevive a duras penas através de uma renda mínima obtida por meio das atividades agropecuárias e complementada com rendimentos externos, mas, mais importante ainda é não negar a existência dessas famílias.

Segundo Mazoyer e Roudart (2010) o agricultor familiar moderno, ao contrário do camponês tradicional, se caracteriza pela possibilidade de ter a sua mesa um menu advindo dos quatro cantos do mundo. Ao contrário da antiga, que era essencialmente poliprodutiva, em termos vegetais e animais, a agricultura familiar moderna tem a possibilidade de produzir apenas um tipo de produto e dar à produção para autoconsumo um papel limitado. Abre-se, nessa nova faceta adquirida pela agricultura familiar, a oportunidade de especialização de certas culturas alimentares, criando-se novas divisões do trabalho. Ao afirmar isso esses autores não negam a existência de uma agricultura familiar frágil e dependente de auxílios estatais, mas ressaltam que essa parcela não é a única face da agricultura familiar no mundo.

Ao tratar da agricultura familiar não devemos presumir que estamos falando apenas de produções pequenas, sem nenhuma estrutura organizativa, apesar desses grupos existirem e serem uma importante parte da agricultura familiar no Brasil. Existe sim uma

parcela da agricultura familiar que produz pensando nos critérios agroecológicos, que gera empregos e diversifica sua produção. Entretanto não acreditamos que essa parcela corresponda aos números fornecidos pelo Censo Agropecuário de 2006, que gera 80% da ocupação no setor rural e que produz cerca de 70% dos gêneros básicos consumidos pelos brasileiros.

De maneira geral, a cristalização do conceito de agricultura familiar em torno de um tipo ideal que deve, obrigatoriamente, possuir características singulares abriu espaço para a marginalização dos indivíduos que não incorporam essa forma de fazer agricultura familiar, atualmente aceita como a correta, mas que, ainda assim, são agricultores familiares. Muller (2007) reforça que não são apenas os formuladores das políticas públicas os responsáveis pelos problemas conceituais em torno das políticas públicas geradas para a agricultura familiar, mas os próprios estudiosos do tema estariam acomodados aos conceitos estabelecidos, além disso, Neves (1997) coloca que:

Aturdidos pela imensa possibilidade de associação e inebriados pelo caráter cômodo (mas também incômodo) das classificações, que consideram a parte pelo todo, isto é, as formas de inserção dos membros produtivos como critério classificador de uma forma especial de produzir na agricultura, os autores entram em acordo sobre a polaridade agricultor full time e agricultor part-time. (p. 9)

1.3 POBREZA E INSTABILIDADE: OUTRAS FACETAS DA AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar no Brasil é marcada, na maioria das vezes, por uma condição de vida difícil e precária, evidenciadas pelas dificuldades de comercialização e acesso à mercados, assim como pela expropriação de uma série de direitos, como direito à saúde e condições de vida digna, através do acesso médico-hospitalar, saneamento básico, direito à moradia, alimentação de qualidade e em quantidade suficiente. A falta desses direitos os torna vulneráveis às condições de vida a que os próprios agricultores estão sujeitos (CASTRO, 2011). A antogonia aqui está no fato da fome estar presente em um grupo de indivíduos que deveriam ter a possibilidade de garantir de forma direta a produção de seus próprios alimentos.

As raízes dessas desigualdades remontam, principalmente, mas não apenas, das modificações no padrão técnico das atividades implementadas no campo. Diferenças de produtividade entre os estabelecimentos agrícolas amparados pelas inovações tecnológicas trazidas pelas Revoluções Agrícola e Verde e os estabelecimentos que dispõem apenas de ferramentas manuais é de 500 para 1 atualmente, mesmo assim, em média 60% dos agricultores de regiões como a África, a Ásia e América Latina ainda trabalham com ferramentas manuais, limitando sua produtividade e conseqüentemente a garantia de sua sobrevivência. Segundo pesquisadores da área o empobrecimento e o êxodo rural desses agricultores ainda não chegaram a níveis estáveis, e tendem a aumentar com o tempo (MAZOYER e ROUDART, 2010). Somado a isso, o inchaço das cidades aumenta os índices da pobreza urbana, já que as altas demandas de força de trabalho alavancam a desvalorização da mão de obra e diminui os salários pagos, conduzindo esses indivíduos à uma subsistência.

A modernização conservadora da agricultura no Brasil trouxe problemas ainda maiores para os produtores familiares, um dos pensamentos que circulavam sobre ela era que apenas os grandes produtores poderiam gerar essa modernização. Para Nazareth Wanderley (2009): “A concentração de terras foi e continua sendo a peneira social que distingue os que serão ou não reconhecidos como capazes de promover o desenvolvimento.” (p.11). A carência ou a insuficiência de recursos terminou por descaracterizar esses agricultores familiares como tal e a condição de produtor tornou-se sinônimo dos resultados de sua produção, levando a afirmação de que no Brasil a modernização pode ter modernizado muito, mas não modernizou os agricultores familiares, aos quais faltam, acima de tudo, escolaridade para sustentar um modelo calcado em conhecimentos científicos e racionalizados. Nesse sentido Florestan Fernandes (2009, p. 128) afirma que no meio rural o peso do estudo é morto, não há o interesse em buscar educação, o mais importante é trabalhar na roça. Concluindo que “Está mais do que patente que não sairemos do marasmo econômico e político sem transformarmos, de forma profunda e geral, o nosso sistema de ensino.” (FERNANDES, 2009, p.128). Essa modernização conservadora da agricultura cristalizou a relação superior do proprietário sobre o produtor, tornando a agricultura familiar mais pobre a sua primeira vítima. Uma outra conseqüência foi a diferenciação social, o que tornou a existência de categorias sociais diferentes no meio rural, tanto em relação às visões de mundo quanto aos modos de produção e de vida. A grande capacidade de adaptação por parte da agricultura familiar à contextos distintos acentua ainda mais tais diferenciações.

No mesmo contexto, mesmo que em circunstâncias distintas, o Estatuto da Terra, aprovado em novembro de 1964, através de um acordo de cavalheiros firmado entre o Estado e os grandes proprietários tinha como objetivo estimular as empresas rurais de forma a promover tanto o aniquilamento dos minifúndios, quanto dos latifúndios aberrantes, nesse contexto da política agrícola deu-se amparo à propriedade da terra e não a necessidade dela. Tal Lei desconsiderou que, para que se faça uma mudança de fato nas condições econômicas e sociais das camadas mais pobres da agricultura familiar é necessário primeiro que haja uma ressignificação da reforma agrária, assim como a eliminação da renda da terra e que lhes seja dada a possibilidade de autonomia, entre outros fatores (WANDERLEY, 2009).

A questão fundiária ainda é um problema que persiste no Brasil para Nazareth Wanderley (2009). Segundo ela, na política brasileira as leis não são suficientemente efetivas para garantir a regulação da chamada renda da terra, os minifúndios não podem suprir as necessidades da família, gerando pauperização de uma população ativa economicamente e a formação de uma população de “assalariados da terra”. A formação dessa população é o que, ainda hoje, possibilita a existência produtiva dos latifúndios, que mesmo possuindo um grande índice de tecnificação, ainda necessita de braços capazes para gerir o negócio, dessa forma, “A reprodução, nesses termos da propriedade da terra só é possível porque ela se fundamenta na existência de uma numerosa classe de trabalhadores não qualificados e pauperizados.” (WANDERLEY, 2009, p. 57).

No Brasil foram contabilizados 5,175 milhões de estabelecimentos agropecuários em 2006, sendo que 84% desses são classificados como familiares, de acordo com a definição legal de agricultura familiar. Além disso, os dados do IBGE (2006) mostram que mesmo ocupando apenas um quarto da área total dos estabelecimentos pesquisados, a agricultura familiar é responsável por 38% do valor da produção, ou seja, R\$ 54,4 bilhões desse total. Mesmo tendo se apropriado de uma área menor, e por isso mesmo cultivando em menores proporções, a agricultura familiar seria responsável por garantir a segurança alimentar do país, produzindo os alimentos da cesta básica consumida pelos brasileiros.

Esses são indivíduos que vivem no limite da sobrevivência e só o fazem graças à sua constante adaptabilidade. Para Candido (1989) “Para conseguir a estreita margem de lucro que lhe permite sobreviver, o pequeno sitiante e o parceiro se veem obrigados a reduzir drasticamente a satisfação das necessidades.” (p. 181). Abre-se, aqui, a possibilidade de existência de categorias de agricultores que equilibram uma infinidade

de formas de garantir a sua permanência no campo e viabilizar sua condição de produtores agrícolas. Esses estabelecimentos não deveriam existir sob uma lógica racional dominante, entretanto, eles existem mesmo assim.

Por outro lado, no Brasil, o índice de indivíduos que sofrem com alguma forma de insegurança alimentar é de cerca de 30,2%, sendo que 5,8% da população convive com o pior tipo de insegurança alimentar¹⁵. Quando se refere a população rural em situação de insegurança alimentar esse número sobe para 40,2% e pelo menos 8,4% de sua população está em situação de insegurança alimentar grave. No Nordeste esses números pioram bastante e pelo menos 40,3% de sua população convive com algum tipo de insegurança alimentar. Sendo que 9,2% da população nordestina sofre da forma mais grave de insegurança alimentar. A Paraíba é responsável por 41,3% de domicílios que convivem com algum tipo de insegurança alimentar (IBGE, 2009).

No Brasil uma alimentação ideal envolve o consumo de alimentos produzidos localmente¹⁶, mas a concentração de terras nas mãos de poucos proprietários é um dos fatores que levaria a deterioração alimentar, assim como o baixo índice de famílias que fazem cultivo de hortas e pomares, levando esses indivíduos a se abastecerem nos mercados¹⁷. O aumento do consumo de produtos industrializados pelas famílias agriculturas da zona rural (TEXEIRA e GOMES DA SILVA, 2008) demonstra não apenas a influência dos produtos industrializados, mas que essas famílias estão buscando no mercado produtos que elas mesmas poderiam produzir se tivessem a possibilidade de execução da agricultura. Tal fato pode estar transformando a organização dos valores do que é saudável e seguro para se comer no campo. Pesquisa realizada por Texeira e Gomes da Silva (2008), em algumas regiões do Nordeste brasileiro, conta que 52% dos entrevistados obtém do supermercado os produtos que irão compor sua alimentação, na Paraíba essa porcentagem é um pouco menor, 46%. A questão da penosidade pode estar

¹⁵ A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 2009 tomou por base para a verificação da segurança/insegurança alimentar no país o questionário EBIA, o mesmo questionário utilizado pelo presente trabalho. Segundo os critérios do EBIA existiriam três tipos de insegurança alimentar: a leve que é “Preocupação ou incerteza quanto ao acesso aos alimentos no futuro; qualidade inadequada dos alimentos resultante de estratégias que visam não comprometer a quantidade de alimentos.” A moderada: “Redução quantitativa de alimentos entre os adultos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre os adultos.” E a forma mais grave de insegurança alimentar que se refere à “Redução quantitativa de alimentos entre as crianças e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre as crianças; fome (quando alguém fica o dia inteiro sem comer por falta de dinheiro para comprar alimentos).” Essas definições podem ser encontradas em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/seguranca_alimentar_2004_2009/pnadalimentar.pdf

¹⁶ Temática trabalhada por Josué de Castro (2011)

¹⁷ Texeira e Gomes da Silva (2008)

diretamente relacionada à esses números, na lógica de cada grupo familiar os custos de produzir determinados produtos são levados em consideração na hora da decisão final, se é muito custoso, tanto financeira como temporalmente, a compra pode se mostrar como uma escolha mais adequada.

A pesquisa citada revelou que 94% das famílias afirmaram fazer três refeições diárias. Porém esses números estão mascarados pela omissão em assumir para um estranho a vulnerabilidade alimentar da família. Nessa mesma pesquisa verificou-se a pouca variedade dos alimentos utilizados na alimentação diária e uma forte tendência de subestimação da produção para autoconsumo. Assim, foi mostrada também a precariedade da dieta alimentar dessa população no que diz respeito à quantidade e qualidade dos alimentos oferecidos ao grupo familiar, já que segundo os pesquisadores foi encontrada na fala dos entrevistados a dúvida em relação a quantidade de alimento disponível e sua suficiência para todo o grupo familiar; Afora isso, foi percebido que a dieta relatada não supriria as necessidades básicas daquelas pessoas no que diz respeito aos nutrientes, vitaminas e calorias necessárias às suas rotinas de trabalho, o que se configura como “fome oculta” segundo Castro (1946/2005 apud TEXEIRA 2008).

A questão principal é como criar condições que favoreçam o aproveitamento de recursos, de forma a diminuir a dependência e por isso mesmo aumentar a autonomia. Nesse contexto, Arilson Favareto e Paulo Seifer (2012), apoiam a discussão sobre as formas de se exterminar a pobreza, e por isso mesmo a fome no Brasil, propõem ações que poderiam mudar a realidade do rural pobre brasileiro. Segundo esses autores, ao proporcionar a descentralização das atividades econômicas, o incentivo à conexão entre as áreas rurais, a valorização da economia do mundo rural, e a paridade entre as regiões urbanas e rurais, entre outras ações, alcançaríamos uma relação de equidade entre as duas regiões, não apenas em termos econômicos, mas em qualidade de vida.

De toda forma, apesar da valorização crescente das formas de agricultura ditas familiares, não devemos buscar extremos, pensar, por um lado, que a agricultura familiar é uma lógica de produção restrita ao autoconsumo, isolada da sociedade global e alijada do uso de técnicas mais avançadas de produção, ou uma agricultura plenamente capaz de viabilizar a autonomia dos sujeitos, que o crédito e as políticas destinadas aos agricultores são suficientes para torná-los completamente independentes do mercado, nem muito menos que a produção obtida pela agricultura familiar é atrasada e sem qualidade para o mercado. Este trabalho pretende questionar o que tem sido exposto sobre a agricultura familiar, para isso nos fazemos as perguntas: em que tipo de agricultura familiar estariam

inseridos os agricultores da Serra do Maracajá? Como a produção realizada por estas famílias legitimariam o discurso gerado sobre a agricultura?

CAPÍTULO II

CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PUXINANÃ E DO SÍTIO SERRA DO MARACAJÁ – LÓCUS DA PESQUISA

A caracterização, tanto do município de Puxinanã quanto do Sítio Serra do Maracajá, se faz necessário para que possamos compreender o *lócus* de onde emergem as evidências que justificam o caráter multifacetário da agricultura familiar e que nos leva a adotar o termo pluralizado agriculturas familiares. Isso será feito através da elaboração de um perfil dos agricultores familiares situados na área da pesquisa e, obtido com auxílio de indicadores gerais adotados *a priori*. É importante ressaltar que a construção desse perfil não tenciona, em nenhum momento, uma padronização ou uniformização dos denominados agricultores familiares, nem do Semiárido, nem do Brasil, contrariamente, pretendemos mostrar que tal generalização não pode ser realizada facilmente. O objetivo desse capítulo é apresentar o espaço empírico da pesquisa para tentar identificar elementos capazes de explicar as aproximações e os afastamentos em relação ao conceito de agricultura familiar utilizado/adotado para a formulação das políticas públicas.

2.1 – CARACTERÍSTICAS DA MICRORREGIÃO

O Município de Puxinanã está inserido na microrregião de Campina Grande, que integra à mesorregião do Agreste Paraibano. 08 municípios fazem parte da microrregião de Campina Grande, sendo eles: Puxinanã, Campina Grande, Boa Vista, Fagundes, Lagoa Seca, Massaranduba, Queimadas e Serra Redonda. Esta microrregião possui 519.883 habitantes e uma área total de 2.124,8 km². O clima predominante é tropical semiárido (IBGE, 2013). A microrregião possui um PIB de R\$ 4.136.044.000 e PIB *per capita* de 6.099, 32. Em anos de chuvas regulares a média pluviométrica anual é de 760 mm, já em anos de seca essa quantidade reduz para 370mm (IBGE, 2008).

2.2 – CARACTERÍSTICAS DO MUNICÍPIO

O Sítio Serra do Maracajá está localizado na zona rural do município de Puxinanã – PB, distante 121 km da capital João Pessoa. Foi povoado a partir da construção de uma barragem em 1924, com a chegada de trabalhadores que decidiram constituir moradia no

local. Puxinanã, que era distrito da cidade de Campina Grande, passou a fazer parte de Pocinhos, nessa época um município recém criado. É apenas em 1961 que Puxinanã deixa a tutela do município de Pocinhos e se torna um município emancipado. Atualmente possui uma população de 13.386 habitantes e densidade demográfica de 177,81 habitantes por Km². No que tange às suas características físicas o município possui uma área que abrange cerca de 74km²¹⁸, inseridos na unidade geoambiental do Planalto da Borborema, com uma altitude variando entre 650 a 1000 metros acima do mar. Em seu relevo predominam vales profundos, estreitos e dissecados, tendo a fertilidade dos solos classificadas entre média e alta¹⁹. O município de Puxinanã limita-se com os municípios de Pocinhos a oeste, Montadas ao norte, Campina Grande ao sul e Lagoa Seca a leste, além disso, limita-se também com São José da Mata, distrito de Campina Grande que é também a via de acesso mais utilizada para chegar à Serra do Maracajá, a rodovia PB 115.

Da população total, cerca de 67,3 % vive no campo, caracterizando-o como um município rural (IBGE, 2013). Possui 23 escolas sendo 20 municipais e 3 estaduais, além da Escola Agrícola, de gestão municipal. Possui também 13 estabelecimentos de Saúde Pública Municipal e uma sede da Prefeitura. Além disso, há duas agências bancárias localizadas no centro da cidade, sendo uma do Banco do Brasil e outra do Bradesco. Não possui cartório eleitoral. O principal acesso ao município, como já fora dito, se dá pela PB 115, que corta também o distrito de São José da Mata, no momento da pesquisa essa se encontrava em péssimas condições.

A população rural com mais de 60 anos representa 8% da população total e cerca de 5% da população total com mais de 18 anos nunca frequentou escola. Possui 952 estabelecimentos agropecuários, desses 833 familiares e 119 não familiares. Esses estabelecimentos somam um total de 5.014 hectares. O pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários com mais de 14 anos totalizou 2.962 pessoas (IBGE, 2011).

O município apresentou um IDHM no ano de 2011 de 0,617, e PIB total de R\$ 60.247 no ano de 2012, o detalhamento correspondente a cada setor que compõe o PIB total segue no quadro 1:

¹⁸ Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais.

¹⁹ Os dados foram retirados do Projeto Cadastro de Fontes de abastecimento por Água Subterrânea, disponível em: <http://www.cprm.gov.br/rehi/atlas/paraiba/relatorios/PUXI150.pdf>. Acessado em: 21/03/2014

QUADRO 2 - Produto Interno Bruto do município de Puxinanã no ano de 2012

(em reais)

Valor adicionado bruto da agropecuária a preços correntes	5.979
Valor adicionado bruto da indústria a preços correntes	6.821
Valor adicionado bruto dos serviços a preços correntes	45.785
Impostos sobre produtos líquidos de subsídios a preços correntes	1.661
PIB a preços correntes	60.247
PIB per capita a preços correntes	4.610,96
PIB total	60.247

Fonte: IBGE 2012

O indicador que mais contribui para a composição do PIB do município vem do setor de serviços, correspondendo aproximadamente 76% do valor total, já o setor agropecuário é responsável por apenas 10% do valor total do PIB do município.

A cidade possui três feiras semanais (ver fotos abaixo): a Feira de Gado, que acontece a margem da PB 115, onde são comercializados tanto animais de pequeno porte, como galináceos, quanto animais de médio e grande porte, a exemplo de caprinos, ovinos, suínos e bovinos, esses são comercializados por agricultores de Puxinanã e região; a Feira Central ocorre na principal rua na cidade, Rua Rio de Janeiro, nela são encontrados legumes, verduras, cereais, além de roupas e acessórios para casa, entre outros; além dessas acontece a Feira de Troca, onde é possível vender ou trocar artigos, em sua maioria usados, que vão desde eletrodomésticos, eletroeletrônicos, bicicletas e outros artigos de utilidade doméstica. Essa última feira não dispõe de local fixo para acontecer, mas em geral ocorre em pontos centrais da cidade. Todas as feiras ocorrem às segundas. A cidade possui vários mercados de pequeno e médio porte, que abrem durante toda semana e possibilitam aos moradores adquirirem alimentos e outros artigos, além de produtos industrializados. No centro também é possível encontrar um comércio voltado para equipamentos eletrônicos, confecções, açougues, entre outros.

FIGURA 1 - Feira de Gado do Município de Puxinanã - PB



Fonte: Emilly Marques. 15/12/2014

FIGURA 2 - Feira Central do Município de Puxinanã - PB



Fonte: Emilly Marques. 15/12/2014

FIGURA 3 - Feira de Troca do Município de Puxinanã - PB

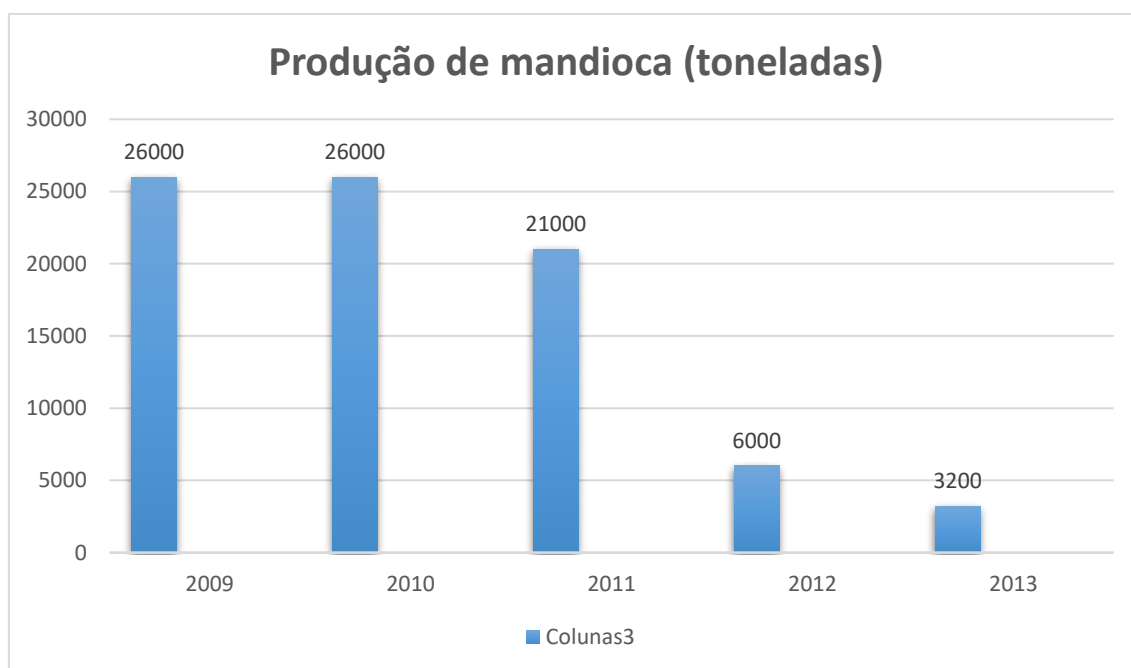


Fonte: Emilly Marques. 15/12/2014

2.2.1- Produção agrícola do município

Nas últimas duas décadas²⁰ o município apresentou produção de abacate, algodão herbáceo, banana, batata inglesa, batata doce, castanha de caju, côco-da-baía, feijão, goiaba, laranja, mamona, mandioca, manga, milho, tangerina e tomate. Considerando os últimos cinco anos os produtos mais cultivados foram batata doce, feijão, mandioca, milho e tomate. Nesses anos a cultura da mandioca foi a que mais se destacou, atingindo o auge de sua produção no ano de 2009 e 2010, quando chegou a 26.000 toneladas, já no ano de 2013 foi registrada a maior queda na produção, chegando apenas a 3.200 toneladas (ver gráfico 1).

GRÁFICO 1 - Produção de mandioca no município nos últimos cinco anos²¹



Fonte: IBGE (2009, 2010, 2011, 2012 e 2013)

No ano de 2013, ano em que realizamos a pesquisa em campo, a produção de mandioca no município foi reduzida quase pela metade em relação ao ano anterior, com um valor de 3.200 toneladas, nesse ano a produção do município correspondeu a 2,3% da

²⁰ IBGE 1990 - 2010

²¹ Utilizamos os últimos cinco anos por julgar ser suficiente para o leitor compreender o potencial produtivo do município em anos mais recente, mas também para demonstrar a variação da produção em anos com e sem estiagens prolongadas.

produção de mandioca na Paraíba, que foi de 135,052 toneladas, enquanto a produção nacional foi de 21.484.218 toneladas. No que diz respeito à origem (familiar ou não familiar) dessa produção no município temos os seguintes dados para o ano de 2006 (ver Quadro 3):

Quadro 3: Produção de mandioca (em toneladas) no município de Puxinanã por tipo de produção

Puxinanã - PB	Total	375
	Familiar - tipo A	27
	Familiar - tipo B	83
	Familiar - tipo C	37
	Familiar - tipo D²²	208
	Agricultor não familiar	20

Fonte: Censo Agropecuário de 2006

Segundo os dados relativos ao ano de 2006 a produção de mandioca no município vem majoritariamente da produção familiar, entretanto o maior responsável por essa produção é o agricultor familiar do tipo D (com 58% de toda a produção familiar), justamente aquele que se encontra em melhores condições financeiras quando comparado aos demais produtores familiares.

No quadro 4 apresentamos os itens de lavoura temporária²³ mais produzidos no Município nos últimos cinco anos, sendo esses a batata doce, o feijão, o milho e o tomate (ver Quadro 4):

Quadro 4 – Lavoura Temporária (em toneladas) – Puxinanã (PB)

	2009	2010	2011	2012	2013
Batata-doce	300	600	500	400	320
Feijão (em grão)	1.150	300	420	50	1.120
Milho (em grão)	240	120	240	10	240
Tomate	300	350	300	40	60

Fonte IBGE 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013

²² As classificações utilizadas pelo Censo Agropecuário de 2006 tem como referência o Pronaf, ambos se baseiam no conceito de agricultura familiar que consta na Lei 11.326, denominada de Lei da Agricultura Familiar. As separações desses agricultores familiares em subtipos: A, B, C e D foram realizadas pelo Pronaf, tendo como parâmetro a renda da família, o intuito dessa separação foi a de organizar os tipos de investimentos a serem oferecidos para cada família de acordo com a tipologia em que a mesma se encontra. Infelizmente o único parâmetro de podemos inferir a partir dessa tipificação é a renda da família, ou a origem do sítio, no caso dos agricultores do tipo A, que se refere àqueles oriundos de reforma agrária.

²³ Os dados fornecidos pelo IBGE já realizam uma pré caracterização dos cultivos como lavoura permanente ou temporária.

O feijão é um produto básico na dieta alimentar do brasileiro, e principalmente no Nordeste²⁴, porém nos anos de seca, 2010, 2011 e 2012 a produção do feijão no município de Puxinanã foi fortemente impactada, voltando a aumentar no ano de 2013, apesar de ser este um ano castigado pelas secas, mas com índices pluviométricos um pouco mais elevados que nos anos anteriores.

Como lavoura permanente destaca-se no município de Puxinanã, no ano de 2013 as seguintes culturas (ver Quadro 5):

QUADRO 5 - Lavoura Permanente - Itens mais produzidos (toneladas)

Abacate (Toneladas)	14
Banana (cacho) (Toneladas)	30
Castanha de caju (Toneladas)	8
Goiaba (Toneladas)	32
Laranja (Toneladas)	25
Manga (Toneladas)	24
Tangerina (Toneladas)	16

Fonte: IBGE (2013)

A dependência de chuvas para assegurar a produção agrícola faz com que esta atividade seja ainda mais sazonal, ou seja, quanto maior for período de estiagem, menor será a produção, esse dado confirma a extrema dependência de recursos hídricos dos agricultores do município, tornando instável a produção agrícola.

2.2.2- Atividade pecuária no Município

Com relação à atividade pecuária no município de Puxinanã nos últimos cinco anos observa-se que a criação de bovinos se destaca dentre os animais de grande porte. Ao contrário da produção agrícola, que mostrou queda significativa desde 2009, com uma recuperação parcial em 2013, a bovinocultura vem aumentando gradativamente, com exceção do ano de 2012. No município essa atividade está voltada principalmente para a pecuária de leite, no ano de 2013 foram produzidos 410 mil litros de leite, o que corresponde à R\$ 451.000.00 mil reais. A criação de galinhas também teve um aumento gradativo nos últimos cinco anos, chegando no ano de 2013 a 400.000 mil unidades (ver

²⁴ A importância do feijão na dieta alimentar dos agricultores familiares em questão será analisada no capítulo seguinte.

quadro 6), sendo que no ano de 2013 foram produzidos 105 mil dúzias de ovos de galinha gerando um valor de R\$ 420.000.00 mil reais (IBGE 2013):

QUADRO 6 - Atividade Pecuária no Município nos Últimos 05 anos (cabeças)

		2009	2010	2011	2012	2013
Puxinanã - PB	Bovino	3.398	3.405	4.000	3.650	4.268
	Suíno - total	1.455	1.350	1.270	1.180	800
	Caprino	800	810	750	700	600
	Ovino	885	890	840	800	1.000
	Galináceos - total	368.960	369.000	338.000	317.000	400.000

Fonte: IBGE 2009,2010, 2011, 2012 e 2013

2.3 – CARACTERIZAÇÃO DO SÍTIO SERRA DO MARACAJÁ

Com o intuito de mapear a origem do Sítio Serra do Maracajá nos dirigimos ao 1º Cartório de registro civil da cidade de Puxinanã, lá fomos encaminhados para o Cartório Ivandro Cunha Lima, 1º cartório de registro da cidade de Campina Grande, onde mais uma vez fomos encaminhados, dessa vez para o cartório de registros da cidade de Pocinhos, apesar dessa peregrinação não conseguimos obter nenhuma informação cartorial que pudesse esclarecer sobre a origem do Sítio. Passamos a buscar informações a respeito da origem do Sítio Serra do Maracajá na técnica da história oral.²⁵ Depois de algumas consultas, recorreremos aos moradores mais antigos do lugar, buscando agendar algumas entrevistas até que conseguimos marcar com o Senhor Luís Honorato dos Santos, filho de Cecília Maria da Conceição e de João Honorato dos Santos, residente no Sítio Serra do Maracajá há 80 anos, tendo adquirido o mesmo através da herança de sua mãe. Luís encontra-se atualmente casado com Lindalva Maria da Conceição e é pai de sete filhos. Ele nos informou ter sido o seu avô, Manuel Pedro de Alcântara, o dono de toda a região que hoje é denominada de Serra do Maracajá, com exceção de dois sítios localizados no centro da Serra, os quais pertenceram por muitos anos à família Cassimiro, mas que ao longo dos anos passaram por outros proprietários. Segundo o seu Lu, como

²⁵ Nesse momento a utilização da história oral foi decisiva, visto que a mesma nos permite entender os processos que compuseram certos acontecimentos através de entrevistas com os indivíduos que os viveram, mostrando-se como um banco de dados vivo. Nesse contexto, passamos a questionar os moradores da Serra do Maracajá que residiam ali há mais tempo com o intuito de descobrir informações acerca da origem do Sítio, encontramos com o senhor Ricardo dos Santos que nos indicou seu tio, Luís Honorato, como alguém que saberia nos relatar as informações requeridas.

todos o chamam, seu avô adquiriu aquelas terras ainda jovem. Apesar de desconhecer de que forma se deu a aquisição das mesmas, afirmou lembrar do avô, Seu Manoel, como um homem já idoso, que teria falecido quando seu Lu tinha apenas seis anos. Seu Manuel plantava e criava gado, tinha meeiros e alguns moradores²⁶ que o ajudavam, já que havia “muito cercado” para cuidar.

Após a morte do seu Manoel Pedro, em 1940, as terras passaram para 11 herdeiros, que segundo seu Lu receberam cada 11,5 quadros de 50²⁷, mais meia quadra correspondente ao sítio principal onde seu avô residiu, o que equivale a 13,3 hectares, aproximadamente, para cada herdeiro. Seu Lu assinala que naquela época, quando os registros de terras eram raros, os herdeiros envolvidos na medição das terras sempre distorciam os números, de maneira que, no final, pudessem herdar um lote maior que os demais, essa “sabedoria”, como o mesmo denomina, era uma prática comum na época. Seu Lu afirma que é um dos três únicos descendentes originais que ainda possuíam terras na Serra do Maracajá, todos os outros se desfizeram de suas propriedades com o passar dos anos e mesmo aqueles que permaneceram, em períodos mais difíceis ou com a chegada da época das secas, acabaram por vender partes de seus sítios. Atualmente o Sítio Serra do Maracajá possui 303 hectares, divididos entre 80 propriedades, tendo sido a maioria adquirida através da herança.

A Serra do Maracajá recebeu esse nome devido à altitude e a presença marcante do gato-maracajá²⁸. O Sítio é formado por estabelecimentos familiares, num total de 80, cujos moradores, agricultores familiares denominam de sítios, e corresponde a um conjunto de 94 famílias, com propriedades que variam de 0,5 ha até 120 ha, com uma média de 6,6 hectares por estabelecimento familiar. O Sítio possui duas casas para fabricação de farinha, sendo uma particular e outra de uso comunitário, um posto de saúde, que recebe um médico uma vez ao mês e um Grupo Escolar de gestão municipal. O acesso ao sítio é dificultado pelas condições da rodovia PB 115²⁹, principal acesso à Serra do Maracajá, assim como também pelas estradas de terra que recortam o sítio, que

²⁶ Nesse caso entendemos por *moradora* a família agricultura que reside e trabalha em sítios de outrem. Esse fato pode acontecer diante de vários contextos, o mais comum é que o proprietário do sítio resida em outro local, ou, como no caso citado, quando a propriedade é extensa, fazendo com que o proprietário designe alguém para cuidar de toda a propriedade ou de parte dela. Geralmente as famílias *moradoras* aceitam trabalhar nessa condição por não possuem um sítio próprio.

²⁷ Segundo Seu Lu cada quadro de 50 equivale a 50 braças, enquanto cada hectare equivale a 45 braças, em conversão 1 quadro de 50 corresponde a 1,11 hectares.

²⁸ Gato-maracajá: felino de pequeno porte cuja pelagem assemelha-se a da onça.

²⁹ No mês de fevereiro, após o término da pesquisa, deu-se início a reconstrução da PB 115 a partir de incentivo do Governo do Estado e do Governo Federal.

se desmancham no primeiro sinal de chuva, tornando-se um lamaçal transponível apenas para os que transitam a pé. O acesso ao local só é possível por veículo particular, já que não há nenhuma empresa de ônibus que faça o trajeto, entretanto o ônibus escolar, de propriedade da prefeitura municipal de Puxinanã, cruza o sítio de segunda a sexta pela manhã, levando os estudantes para a zona urbana, e a tarde, trazendo-os de volta, além disso, a prefeitura disponibiliza um ônibus as segundas feiras, para que essa população possa se deslocar para a feira da cidade, retornando por volta das 11h da manhã.

Nos anos em que não há estiagem o período de chuvas inicia-se em março, sendo o dia 19 de março, dia de São José, um marco para esses agricultores familiares. Havendo chuva nesse dia alguns começam o trabalho nos roçados imediatamente, mesmo os que deixam o início da plantação para abril veem a chuva no dia de São José como um indicativo de que o inverno será generoso. A regularidade das chuvas nos meses de abril e maio é muito importante, pois o período de chuvas dura em torno de 03, 04 meses, indo até julho, e para que as famílias tenham êxito em suas plantações é preciso iniciar as lavouras algumas semanas após a queda das primeiras chuvas de inverno, já que o milho leva pelo menos 100 dias para colher e o feijão leva cerca de 90 dias do plantio até a colheita³⁰, não levando em conta o tempo da limpa, corte e preparo para que a terra esteja em condições de plantio.

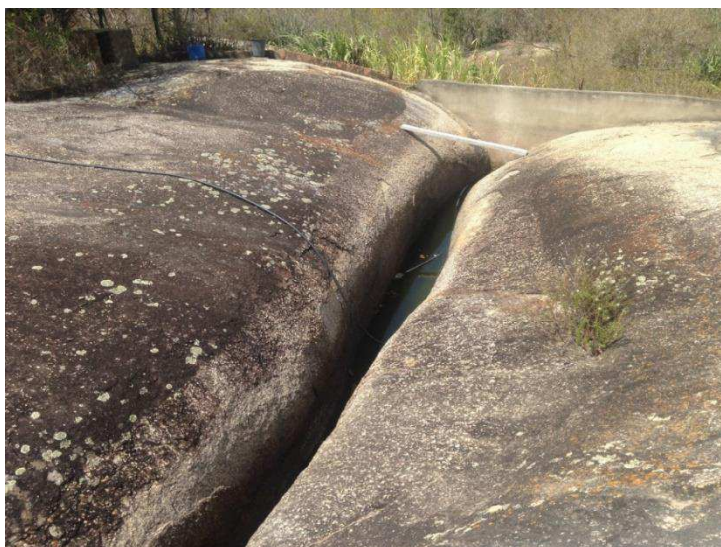
O Sítio Serra do Maracajá tem em sua composição espacial um grande número de rochas, cuja dimensão varia enormemente, que caracteriza todo o entorno, bem como os municípios que a circundam. Como o subsolo é rico em rochas de baixa permeabilidade (denominadas cristalinas), a formação de aquíferos subterrâneos é bastante limitada, a penetração da água no subsolo é também dificultada pelo regime de chuvas rápidas e fortes, porém inconstantes³¹. Essas rochas possuem uma faceta em relação à sua utilidade para a população, de um lado, servem de reservatórios naturais para água da chuva, que é escassa na maior parte do ano, a exemplo do ano de 2014. Em anos como este a chuva que deveria ser abundante nos meses de maio, junho e julho cai modestamente e até mesmo à água de beber se torna difícil. O papel desses reservatórios naturais é de extrema importância, pois se tornam um meio fácil e com baixo custo para captar água da chuva. A preocupação com a quantidade de pedras na Serra do Maracajá foi repetida e assinalada

³⁰ Há variação do tempo de colheita de acordo com o tipo semente plantada.

³¹ Dados obtidos em: <http://www.bibliotekevirtual.org/simposios/8SBCMAC/8sbcmac-a054.pdf>.

por muitos dos interlocutores durante a aplicação dos questionários. Contudo, o excesso de pedras na área do Sítio também pode dificultar outras atividades como assinala uma das entrevistadas, quando indagada sobre o tamanho da área destinada à agricultura: *“Aqui é difícil encontrar lugar até pra fazer casa, quem dirá pra plantar? As casas que nós temos são todas em cima das pedras, porque senão não sobra nada pra agricultura.”*.

FIGURA 4 - Tanque sobre pedra (1)



Fonte: Emilly Marques. 15/12/2014

FIGURA 5 - Tanque sobre pedra (2)



Fonte: Emilly Marques. 15/12/2014

FIGURA 6 -Residência de Agricultor no Sítio Serra do Maracajá Edificada Sobre Pedras



Fonte: Emilly Marques. 15/12/2014

A dificuldade de acesso à água ameaça a reprodução das famílias, além disso, faz com que os agricultores fiquem suscetíveis aos interesses dos políticos locais, que em épocas de seca fazem da água uma espécie de moeda de troca. Os chamados carros-pipa trafegam de um lado para o outro e as pessoas afirmam que votam em *fulano ou ciclano* porque esse, ou aquele trouxe água quando esta acabou. Essa necessidade os deixa a *mercê* do pior tipo de político, os aproveitadores, para os quais quanto mais pobres e necessitados forem os eleitores, melhor. No entanto os “favores” não se limitam à água, incluem remédios, exames médicos e vários outros. A falta de chuvas limita o trabalho na agricultura e para esses agricultores familiares, que possuem pouca ou nenhuma alternativa de acesso à água é quase impossível produzir em anos de seca. Em anos “bons” de inverno ainda é possível conseguir o feijão no prato, mas em anos de seca, como os atuais, os agricultores lançam mão de outras estratégias para gerar renda, a fim de garantir a sobrevivência do grupo doméstico.

Na Serra do Maracajá a paisagem é composta pela vegetação típica da caatinga, que cede lugar à casa de morada dos sitiantes, assim como a área destinada aos roçados. Os pés de caju e as mangueiras são espécie que dão colorido a essa paisagem no período de estiagem, quando normalmente só se pode ver o amarelo escuro de uma vegetação seca e retorcida. No entanto, quando chega o período das chuvas é possível ver uma série de mudanças, não apenas na vegetação, nas principalmente no rosto dos agricultores familiares que ali residem, o inverno significa bem mais que cisterna cheia e gado gordo,

significa fartura e promessa de melhores condições de vida. No inverno, mesmo que as chuvas não sejam abundantes, não falta quem plante milho e feijão, aqui e acolá batata, macaxeira e mandioca, que logo estarão no fogão ou armazenadas em depósitos para serem consumidas ao longo do ano, sem dúvida, para esses agricultores o acesso à água é fundamental para garantir a sobrevivência do grupo e trazer um pouco mais de alegrias em suas vidas.

2.3.1 – Infraestrutura dos domicílios e das áreas produtivas

Em relação à casa de moradia, 48,1% das famílias responderam que residem em casa de alvenaria construída após a formação da família, tendo o mesmo resultado para os que afirmaram residirem em construções de alvenaria já existentes na área no momento de formação da família. É fraca a presença de casas de taipa, mesmo aquelas reformadas posteriormente, tendo um valor somado de 2,4% do total das respostas fornecidas. As casas, em sua maioria, se localizam próximas às estradas de terra que ligam os sítios, sendo distantes umas das outras. A maioria delas não possui bens básicos como água encanada, ou rede de esgoto, e são simples na forma e no acabamento, tetos baixos e paredes tingidas pelo tempo, raramente possuem mais de dois quartos e um banheiro dentro da casa, um alpendre com um par de cadeiras, galinhas ciscando e algumas crianças brincando no terreiro. Todas as residências possuem pelo menos um aparelho televisor, sendo esse o responsável pela distração no período da tarde e à noite. Liquidificadores, geladeiras e fogões são também itens indispensáveis, presentes em todas as residências, mesmo assim o fogão à lenha permanece na rotina dessas famílias agricultoras, se constituindo em uma alternativa que ajuda a diminuir os custos, uma vez que nem sempre há recursos para a compra do gás de botijão. Outros eletrodomésticos como micro-ondas e cafeteira são vistos como itens de luxo, por isso só as famílias de poder aquisitivo mais elevado os possui, o mesmo acontece com os computadores. Algumas famílias no Sítio já possuem internet via rádio, tendo o acesso à esse serviço se iniciado no ano de 2012. Todas as casas possuem acesso à energia elétrica. Os chiqueiros para a criação de galinhas são muito comuns e localizam-se sempre nos fundos da casa, já os currais para a criação dos animais de maior porte são mais raros e encontram-se sempre mais afastados da casa.

Os sítios dispõem de fruteiras³² distribuídas aleatoriamente por todo o terreno, com exceção das áreas destinadas para o plantio. O espaço destinado para as culturas temporárias, como milho, feijão etc., ficam vazias a maior parte do ano, logo depois da colheita espera-se o milho e feijão secarem, para que possam ser retirados e destinadas para a alimentação animal. As únicas áreas destinadas às culturas permanentes, com exceção das fruteiras, são usadas na plantação do capim. Todos os sítios possuem pelo menos um tanque natural e uma cisterna, esses serão responsáveis pelo armazenamento da água que será utilizada pela família durante todo o ano. Os poços são raros, não só pela falta de lenções subterrâneos que os abasteçam, segundo nos foi relatado, mas principalmente pelo pouco poder aquisitivo que essas famílias possuem para investir na construção desses.

Quando se subtraem as áreas onde se localizam as casas, onde predominam as pedras e os tanques sobre pedra pouco resta para o cultivo, visto que o tamanho dos sítios é, em média, de 6,6 hectares, dessa forma toda área cultivável é utilizada por essas famílias, de modo que tenta-se aproveitar todo o terreno da melhor maneira possível. Apenas um sítio possuía trator, sendo que esse pertence a um empresário de Campina Grande - PB, cuja família não se dedica à agricultura e o trabalho realizado em seu sítio é totalmente não-familiar. Para preparo da terra a prefeitura disponibiliza um trator, mas a demora da chegada desse faz com que os moradores aluguem um trator com dinheiro próprio, de forma que não percam o tempo de iniciar seus plantios.

Os jardins não são comuns, apesar de uma ou outra família cultivar suas plantas em jarros, seja por prazer, ou com intuito de embelezar um pouco mais a frente das casas. A maior parte dos sítios é cercada, mas ainda é possível encontrar aqueles que não possuem cercamento, seja por opção ou por falta de recursos para fazer cercas. Essa população não tem um atendimento médico satisfatório, muito menos infraestrutura para saneamento básico, desconhecem os problemas em se consumir água sem o devido tratamento, entre outras questões. Mesmo assim afirmam sempre que as coisas estão melhores do que eram no passado, segundo relatos a mortalidade infantil já não se faz tão presente quanto antes e é possível pensar no futuro das crianças com mais esperança.

³² É comum encontrar mangueiras, cajueiros, goiabeiras, laranjeiras, limoeiros, acerolas, pitombeiras, sirigueleiras, coqueiros, jabuticabeiras, entre outras fruteiras.

2.4 – PERFIL DAS FAMÍLIAS AGRICULTORAS DO SÍTIO SERRA DO MARACAJÁ

No que se refere à religião percebemos que a maior parte das famílias se autodeclaram católicas, apesar dos evangélicos também já apresentarem um número significativo. Como esse dado não fora pedido no questionário inferimos tal informação apenas pela percepção durante as atividades em campo. Um crucifixo na parede da sala, ou mesmo a escolha de vestes específicas, a exemplo das saias mais compridas, ou o corte do cabelo etc., símbolos como estes foram lidos como indicativo da afiliação religiosa das famílias. Existe também na área do Sítio um templo religioso de denominação católica, não havendo outros de outras religiões. Na Serra não é realizada nenhuma festa de padroeira. As famílias sitiantes reconhecem como padroeira Nossa Senhora do Carmo, padroeira da cidade de Puxinanã.

A única entidade política, sindical ou associativa encontrada no Sítio foi a Associação de Moradores da Serra do Maracajá, liderada por Pedro de Araújo Tota, cuja influência no grupo é bastante insignificante, visto que apenas 4 famílias afirmaram fazer parte da mesma, no entanto o senhor Antônio afirmou com veemência que mais de 30 famílias faziam parte da Associação, cuja sede, está localizada em uma “puxadinha” na casa do próprio senhor Antônio. Na sede da Associação estão algumas máquinas de costura industrial, segundo ele manejadas pelas donas de casa da Serra no fabrico de panos de prato, um projeto custeado pelo Cooperar. A fraca participação da Associação na vida nos moradores ficou evidenciada quando interrompemos uma reunião informal no terreiro de um dos moradores, na ocasião em que fomos fazer uma entrevista com um dos agricultores e, chegando na residência havia alguns outros sitiantes que falavam da formação de uma nova associação. Comentavam que precisavam de uma associação que realmente tivesse impacto e trouxesse mudanças, pela qual valesse o esforço, o senhor Antônio Araújo, o mais animado de uma turma de quatro outros sitiantes, não media esforços para nos impressionar, passando a ideia dessa nova associação.

Nos dias de semana as famílias costumam ficar em seus sítios, não havendo muita movimentação nas estradas que ligam os Sítios. As mães de família e donas de casa estão sempre lidando com a rotina e os afazeres domésticos, enquanto as crianças brincam ou ajudam com pequenos serviços, como alimentar as galinhas, ou buscar água nos tanques, que sempre ficam próximos às residências. As crianças ainda frequentam a escola pela manhã, sendo levadas por seus pais ao Grupo Escolar, localizado bem no meio

da Serra, enquanto as mais velhas, a maioria adolescentes, se dirigem à escola no horário da tarde, essas são deslocadas até o centro da cidade por um ônibus da prefeitura.

Nos finais de semana é possível perceber mais agitação, alguns membros, ou mesmo toda a família se dirige ao centro da cidade para passear ou visitar seus familiares, enquanto outras permanecem, mas não abrem mão de incrementar o almoço e receber visitas. Nesses dias escutamos sons altos dos rádios nas casas e sentimos aromas variados das carnes que serão servidas no almoço. As motos, muito comuns aos moradores do sítio, passam num *zum-zum-zum* constante levando e trazendo seus moradores ou suas visitas, até mesmo o fluxo de carros, que costuma ser reduzido durante a semana, aumenta. Essa movimentação perdura até o anoitecer, depois que o sol se põe a Serra do Maracajá volta a adormecer no seu silêncio costumeiro. Entretanto, apesar do silêncio e da impressão de tranquilidade os moradores do Sítio não se sentem seguros e os motivos para isso são vários, os assaltos aos moradores são constantes, sejam no centro de Puxinanã ou mesmo no próprio Sítio, sendo aposentados e pensionistas as principais vítimas, mas não apenas esses. Segundo relato dos sitiantes que constantemente vivenciam tomada de motos por assalto, de forma que as famílias se mostram sempre desconfiadas com estranhos e não abrem suas portas para pessoas que não conheçam.

Só lembrando aplicamos 81 questionários em um universo de 94 famílias residentes no sítio. A maior parte dos domicílios é formada por famílias nucleares. 17,3% do total dos domicílios são chefiados por mulheres. A idade média do chefe de família é de 58 anos, tendo em média quatro anos de estudo. Percebemos durante a pesquisa que nos estabelecimentos em que há pessoas mais idosas são estes os que mais se dedicam ao trabalho na terra, e também os que mais se orgulham desse esforço. Esses indivíduos estão muito convictos que o trabalho na roça, plantando, cultivando e colhendo os dignifica, mesmo que seja só “*limpar um matinho*” ou mesmo “*criar um gado qualquer*”, fazem o possível dentro de seus limites, mas insistem em continuar na lida.

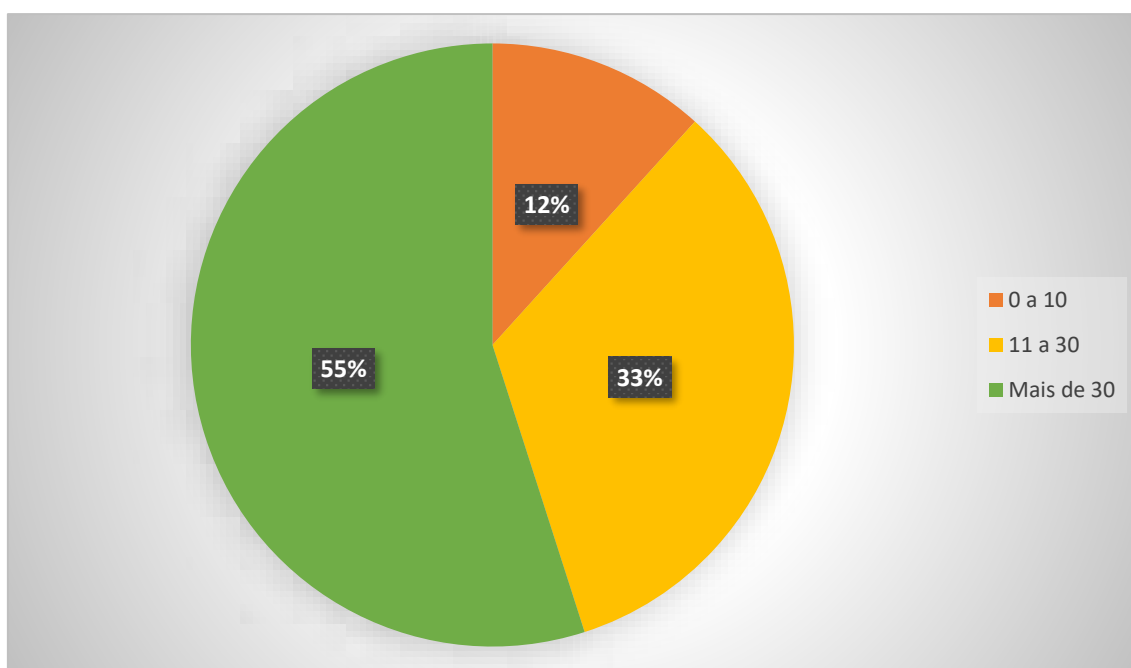
Já a escolaridade entre os maiores de 18 anos³³ é de aproximadamente cinco anos de estudo. De forma geral, os anos de estudo não variam significativamente depois dos 18 anos, apesar das oportunidades oferecidas atualmente serem maiores que em décadas anteriores, ainda persiste o desestímulo em continuar os estudos, os jovens desistem de estudar ainda cedo e começam a trabalhar, alguns trabalham alugados nas vizinhanças,

³³ Consideramos para o cálculo de escolaridade apenas os maiores de 18 anos visto que, na maior parte dos casos, os menores de 18 anos ainda estão concluindo sua formação escolar e a inclusão desses indivíduos no cálculo citado tenderia a diminuir o resultado final, apresentado um falseamento dos dados.

outros como serventes, ou no que conseguirem ganhar algum trocado, a impressão que tive é que dessa forma eles deixam de ser uma boca a mais para alimentar e se tornam um meio para conseguir o sustento da família, entretanto demonstram vergonha ao revelar que estudaram pouco e mais ainda quando o assunto é a escolaridade dos filhos. Obviamente existem famílias que incentivam os filhos a estudarem, mas essas correspondem às que dispõem de melhores condições financeiras, ou mesmo as famílias mais jovens, nessas o estudo é uma obrigação e um orgulho para toda família.

A distribuição de faixa etária entre os moradores do Sítio se dá de seguinte maneira (ver Gráfico 2):

GRÁFICO 2 – Faixa etária da população (em anos)



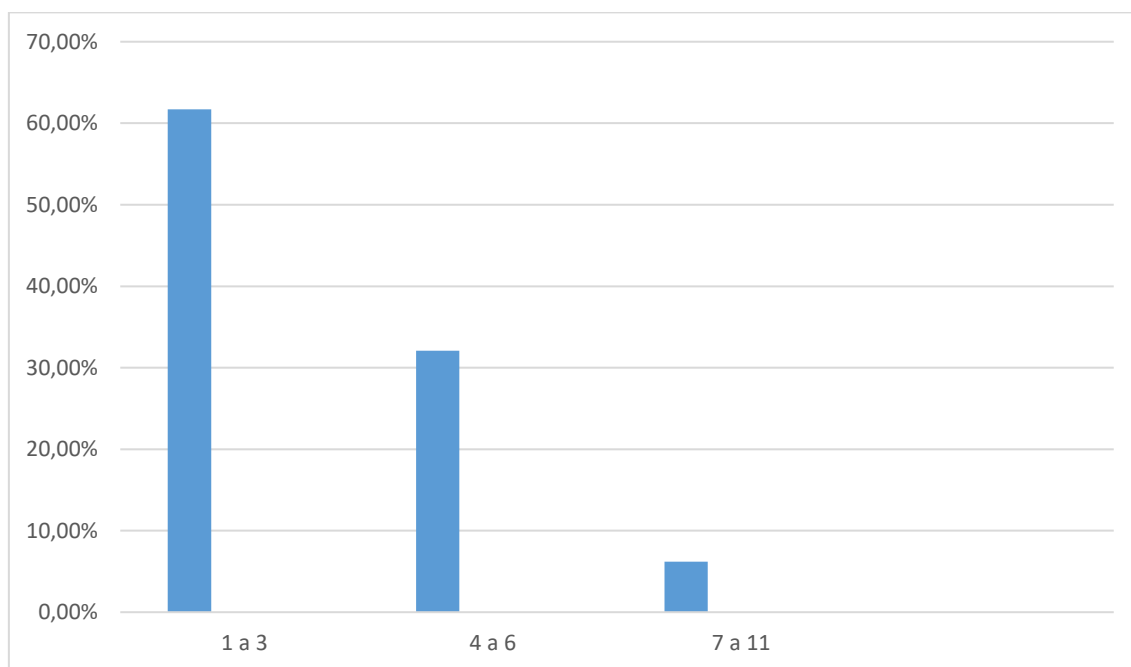
Fonte: Emilly Marques, 2013.

É possível observar a predominância de indivíduos acima dos 30 anos, essa situação pode ser explicada por diversos fatores, tanto por parte dos serviços de atenção à saúde com as ações voltadas para o planejamento familiar, quanto devido ao consequente envelhecimento da população, quanto ao fator migração, que leva os filhos a migrarem em busca de melhores condições de vida, trabalho, renda etc, o que em alguns casos pode significar um retorno posterior ao local de origem, ou mesmo uma migração definitiva, já que o estabelecimento familiar é limitado e não comporta todas as novas famílias nucleares a serem formadas. Em geral a migração cabe aos filhos jovens. O

reflexo de envelhecimento dessa população também aparece na previdência social, em 74% dos domicílios há pelo menos um indivíduo em idade legal de³⁴ se aposentar, o que conseqüentemente influencia a variável *renda*.

Já a distribuição de indivíduos por domicílio ocorre da seguinte maneira (Ver Gráfico 3):

GRÁFICO 3 – Habitantes por domicílio no Sítio Serra do Maracajá



Fonte: Emilly Marques, 2013.

É interessante perceber que o número de indivíduos por domicílio é relativamente baixo. Esse dado pode ser explicado pelo fato de que, tradicionalmente, cada domicílio representa uma família nuclear, apenas em 11,1% dos domicílios afirmou-se ter mais de uma família nuclear, além disso, estatisticamente ao longo dos anos tem havido uma diminuição da mesma³⁵. Esse dado também rebate uma leitura do senso comum de que as famílias nas áreas rurais são quase sempre formadas por um grande número de indivíduos. Por outro lado, é importante ressaltar que o baixo número de indivíduos por residência implica também em menor quantidade de braços para o trabalho. A disposição insuficiente de mão de obra somada à um contexto em que a mecanização praticamente inexistente resultará numa produção pouco suficiente. Para lidar com isso esses agricultores

³⁴ Segundo o artigo 48º da Lei Nº 8.213, de 24 de julho de 1991, a aposentadoria por idade será devida ao segurado que, cumprida a carência exigida nesta Lei, completar 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e 60 (sessenta), se mulher.

³⁵ O número de fecundidade caiu de 2,38 em 2000 para 1,90 no censo de 2010 (IBGE, 2010)

se vem obrigados a lançar mão de estratégias que se adaptem as necessidades da família, um exemplo delas é o aluguel de trabalhadores rurais.

O tempo médio de moradia das famílias na Serra do Maracajá é de 27,3 anos. Dentre os moradores do Sítio 61,7% afirmaram nunca terem morado em outro local antes, em relação àqueles que afirmaram já terem morado em outro local 59,4% responderam que vieram de regiões próximas ao sítio, dentre elas Pocinhos, São José da Mata, Campina Grande ou mesmo regiões pertencentes ao município de Puxinanã. Por isso, é possível afirmar que esses indivíduos têm uma tradição na agricultura que os antecede, são filhos, netos e muitas vezes bisnetos de agricultores que já residiam na Serra do Maracajá ou nas proximidades. As respostas que fazem referência a porque vieram residir no Sítio é relativamente vasta, entretanto o resultado mais significado refere-se a resposta *por causa da família* - 28,1% dos informantes. (Ver Quadro 7)

QUADRO 7: Motivação para morar no Sítio

Por que decidiu vir morar na Serra do Maracajá?	Frequência	Percentual válido
Por causa da família	9	28,1
Por motivo de trabalho	5	15,6
Por indicação de alguém	1	3,1
Porque é o lugar de origem	5	15,6
Porque recebeu herança	5	15,6
Outros motivos	3	9,4
Por gostar do ambiente rural	3	9,4
Não sabe ou não respondeu	1	3,1
Total	32	100,0
Missing	99	
Total	81	

Fonte: Emily Marques, 2013.

As respostas ligadas ao retorno por questões relacionadas à família se destacam em relação às demais. Se somadas as respostas *por causa da família, porque é o local de origem e porque recebeu de herança* tem-se um percentual de 59,3% do total das famílias que fizeram parte da pesquisa. A preferência por residir em áreas rurais também aparece, evidenciando que o rural é também uma escolha de vida, já que esses indivíduos optaram por viver no campo ao invés da cidade. Em 43,2% das famílias³⁶ entrevistadas foi respondido que todos os membros da mesma residem no sítio ou adjacências, dentre aqueles que responderem ter algum membro da família residindo em outros locais em 97,8% dos casos os membros eram os filhos. Dos familiares que residem fora do sítio, 39% residiam no momento da pesquisa em estados do sudeste. Levando em conta que 61,7% das famílias nunca moraram em outro lugar é possível afirmar que no Sítio Serra do Maracajá prevalece o apego à tradição familiar, mesmo para aquelas famílias que se mudaram em algum momento. 64,7% dos chefes da família já residiam na Serra do

³⁶ Mesmo que o foco dos questionários tenha sido os *domicílios* adotamos o termo *família* para nos referir aos resultados obtidos com os questionários, visto que, em termos estatísticos, cada domicílio representa apenas uma família.

Maracajá antes de formarem uma nova família, enquanto para as mães esse valor é de 47,9%. Os pais e mães das famílias, oriundos de outras áreas rurais, foram respectivamente 22,1% e 24,7%. Aqueles que não tendo origens familiares no campo saíram da cidade para constituir moradia no sítio é numericamente insignificante.

2.4.1 Agrupando os agricultores da Serra do Maracajá

Dentro do mosaico de agricultores familiares que identificamos no Sítio Serra do Maracajá tentamos organizá-los dentro de uma tipologia, desenhada por nós e a partir de características e situações que produzem semelhanças, mas também que os diferencia, ou seja, que os aproximam e os distanciam, especialmente quando os comparamos frente às características definidoras da agricultura familiar, segundo a literatura que pauta o debate das políticas públicas³⁷. Correndo o risco de delimitar e/ou homogeneizar os diversos sujeitos agricultores familiares. Aceitamos o desafio de propor essa tipologia com o intuito de facilitar a visualização e o entendimento do leitor acerca dessa realidade específica e da relevância da nossa questão de pesquisa. É importante esclarecer mais uma vez que a construção desses perfis não tenciona uma generalização, propõe, no entanto, elencar as características desses agricultores familiares encontrados, esse exercício é também uma tentativa de expandir o próprio conceito/noção de agricultor familiar presente nos discursos oficiais.

Agricultor familiar parcialmente integrado

A família em que se enquadra nesse tipo é mais jovem e com um nível de escolaridade maior³⁸, está mais aberta às novas tecnologias e possui relativa autonomia para produzir. Envolve-se mais com sindicatos, participa mais enfaticamente das políticas públicas para a agricultura familiar e recebe assistência técnica. Não demonstra preocupação com uma produção orgânica, nem com a preservação do ambiente, apesar de conhecer tais questões. Valoriza as atividades voltadas para a pecuária, uma vez que essa é sua atividade mais lucrativa. Desenvolve atividade pecuária de maneira organizada, possui um número significativo de animais, quando comparado aos demais agricultores

³⁷ A exemplo de MENDRAS (1969); LAMARCHE (1993); WANDERLEY (2009); GUANZIROLI e CARDIM (2000).

³⁸ Geralmente o nível médio completo.

familiares do Sítio. A agricultura é uma atividade secundária em seu cotidiano. Utiliza tanto mão de obra familiar, como não familiar. Os produtos obtidos na agricultura não são comercializados, no entanto a produção pecuária vai prioritariamente para o mercado. Tem como objetivo assegurar a reprodução do grupo familiar, podendo, ou não, exercer atividades não agrícolas remuneradas de forma a complementar a renda da família, o que faz com que sua estratégia de geração de renda seja diversificada. Sua dependência do mercado, enquanto comprador dos produtos que compõe sua cesta básica é alta, já que a produção agrícola é modesta.

O caso mais enfático desse tipo de agricultor foi a família de Carlos, cujo grupo familiar é formado por ele e sua esposa (ele com 22 e ela com 20 anos). Ambos nascidos na Serra do Maracajá, com o ensino médio completo, tem uma criação de mais de 80 porcos e uma área de 04 hectares, recebem assistência técnica e já participam de Políticas Públicas, a exemplo do Pronaf B, Carlos trabalha informalmente como motorista levando e trazendo alguns moradores da Serra para uma fábrica em Campina Grande no ônibus da própria empresa, como essa atividade é exercida apenas no começo da manhã e no final da tarde faz-se possível sua dedicação às atividades dentro do sítio durante o restante do tempo, contando, para isso, com o auxílio de sua esposa. Dedicam-se a agricultura nos períodos chuvosos como forma de consumir verdes o milho e o feijão, mas não tem pretensão de expandir as atividades agrícolas.

Agricultor familiar não integrado

Esse agricultor familiar produz os itens mais básicos de sua dieta alimentar, muito embora não consiga se livrar da dependência dos mercados para garantir a segurança alimentar do grupo. Dedicam-se a maior parte do seu tempo às atividades dentro do sítio. O trabalho realizado em seu sítio ocupa exclusivamente a mão de obra familiar. Pelo fato de ser proprietário do sítio possui liberdade para decidir sobre o que produzir, no entanto tem pouco ou nenhum nível de escolaridade, nunca acessou nenhuma política pública, ou programa social, salvo em alguns casos cuja participação se limita ao Garantia Safra e/ou bolsa família. Não conhece os debates sobre conservação do meio ambiente e produção de orgânicos. Realiza atividades remuneradas nas propriedades vizinhas na tentativa de complementar à renda para assegurar a sobrevivência do grupo familiar. Não possui estratégia produtiva organizada, nem diversificada e não se insere no mercado como produtor.

Com este perfil encontramos mais de uma família, dentre elas a família do senhor Severino Barbosa e sua esposa Nalí Barbosa (ambos com idade próxima aos 60 anos e sem nenhum nível de escolaridade), a família é composta por vários filhos e netos que ajudam nas atividades do sítio. Seu Severino trabalha nos sítios dos vizinhos, já que seus 4,5 hectares não produzem para assegurar a manutenção do extenso grupo. Além disso, trabalha como meeiro em um sítio próximo ao seu, mas mesmo com a sua pequena produção somada ao que consegue na meação ainda precisa comprar o feijão, o item mais básico da sua alimentação e para o qual dedica a maior parte de suas terras cultiváveis; além do feijão produz ainda milho, macaxeira, mandioca e batata doce. Toda a produção é destinada exclusivamente ao consumo da família. Possui apenas uma vaca leiteira, que serve para suprir as necessidades do grupo. Seu Severino e a esposa possuem um orgulho imenso ao se afirmarem como agricultores, e mais orgulho ainda em afirmar que são filhos e netos de agricultores, “*um povo trabalhador*”, como nos foi afirmado. A família é beneficiária do Bolsa Família e já acessou o Seguro Safra.

Agricultor familiar parcial

Geralmente esse agricultor dedica a maior parte de seu tempo à atividades remuneradas fora do sítio, não enxerga na agricultura a possibilidade de conseguir o sustento da família embora possua autonomia para produzir, considera a atividade agropecuária extremamente arriscada, mas planta pelo prazer de adquirir os alimentos por suas próprias mãos, é também um agricultor por tradição. A mão de obra utilizada é a familiar. Não vende sua produção, portanto não se insere nos mercados enquanto produtor.

Dentre os exemplos desse tipo pudemos encontrar uma família formada pelo pai, mãe (ambos com 21 anos) e uma criança de 4 anos, que viviam numa área de 2,5 hectares. O pai trabalhava durante o turno da noite em uma fábrica de calçados em Campina Grande e afirmava que não perdia a oportunidade de plantar seu milho e feijão quando chegava à época, para isso, muitas vezes deixava de dormir, plantando durante todo o dia e trabalhando na fábrica durante a noite, fato que narrou com orgulho. Vivem nas terras do avó do pai da família, que devido à idade já não planta mais. Essa família, talvez mais do que as outras já citadas, teria a chance de deixar o ambiente rural e mudar para a cidade, não o faz, no entanto, por vários fatores: seja pelo fato de possuírem um apego ao rural, e mais especificamente ao sítio onde nasceram e onde criam a filha, seja pela

segurança/economia que o sítio proporciona, uma vez que no sítio não gastam como aluguel ou contas de água, entre outras benesses que lhes conferem um pouco mais de conforto econômico.

Agricultor familiar simbólico ou por tradição

Esse tipo de família agricultura é aquela que não planta, não cria, nem exerce qualquer atividade agropecuária. Se auto declara agricultores por serem filhos e/ou netos de agricultores familiares, herdaram de seus familiares certa *ética* de agricultor familiar. Tem apego aos aspectos simbólicos e característicos dos espaços rurais (terra, vento, ar livre, água, silêncio, vizinhança) e conhecem todo o “saber fazer” necessário às atividades agropecuárias, escolhem permanecer junto aos familiares, onde nasceram e se criaram, de forma que não conseguiriam se adaptar ao cotidiano do ambiente urbano. Geralmente vivem numa área herdada de seus pais/avós, ou com eles, caso ainda estejam vivos.

O caso mais enfático desse tipo foi o de uma família nuclear, constituída pelo pai, mãe e duas crianças pequenas, a casa da família estava localizada no sítio dos pais da mãe, com 05 hectares. Quando questionamos sobre a principal atividade da família, a mãe, que foi quem nos concedeu as informações, respondeu ser essa a agricultura, no entanto não havia ninguém na família que exercesse alguma atividade agropecuária, a mãe se dedicava às atividades domésticas, o pai trabalhava como pedreiro e as crianças se dedicavam apenas aos estudos. Quando confrontada com esses dados a mãe da família replicou: *“nós que moramos, nascemos e nos criamos aqui na roça somos agricultores”*. Pertencer a esse mundo de forma plena e com confiança tornava aquela família agricultora, mesmo que eles não exercessem a atividade de plantar ou criar. O que queremos informar aqui é que o sentimento de pertencimento associada ao conhecimento do “saber fazer” é, para esses indivíduos, condição suficiente para caracterizá-los como agricultores, mesmo que não se enquadrem em alguns dos critérios adotados pelas Políticas Públicas.

CAPÍTULO III

“A GENTE AINDA PLANTA UMA COISINHA” – ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS DOS AGRICULTORES FAMILIARES NO SÍTIO SERRA DO MARACAJÁ - PB

3.1 – ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS DOS AGRICULTORES FAMILIARES NO SÍTIO SERRA DO MARACAJÁ: CENÁRIOS DE TRABALHO

Nesse terceiro e último capítulo dedicado à apresentação e análise das estratégias produtivas desenvolvidas pelos agricultores familiares do Sítio Serra do Maracajá tem o objetivo de trazer as evidências de que há outros tipos de agricultura família e que apresentam, na realidade empírica, formas e lógicas de organização produtivas muito diversas, que vão além do tipo ideal formalmente afirmado pelos estudos da FAO/INCRA, pelos documentos da SAF/MDA, e reafirmado pelos critérios que orientaram o Censo Agropecuário de 2006. Para os agricultores da Serra do Maracajá o acesso a terras agricultáveis, à água e ao crédito ainda é um problema a ser superado. Enquanto a mídia oficial veicula um agricultor familiar preocupado com o meio ambiente, com a produção de orgânicos e provedor dos produtos da cesta básica no Brasil, a realidade de muitos agricultores no semiárido nordestino é que estes não conseguem obter em seus sítios nem o suficiente para prover o próprio grupo familiar. Nossa pretensão é apresentar esse mosaico variado de agricultores percebendo quais características desse conceito persistem e quais características os afastam do que chamamos aqui de agricultor familiar “tipo ideal”³⁹.

O conteúdo do capítulo abordará os seguintes aspectos: descrição e análise dos elementos que compõem o cenário de trabalho dessas famílias - caracterização dos estabelecimentos familiares, tamanho da área, condições de acesso à água, descrição das atividades produtivas, condição de comercialização dos produtos, trabalho e renda não agrícolas, relação entre produção e consumo das famílias agricultoras e crédito,

³⁹ Para fins desse trabalho estendemos como o “tipo ideal” de agricultor familiar aquele agricultor que se enquadrar na Lei 11.326, Lei da Agricultura Familiar e, que guardam semelhanças com as características reafirmadas pela literatura (MENDRAS, 1969 e WANDERLEY, 2009), que são: autonomia relativa face à sociedade global, importância dos grupos domésticos, sistema econômico de autonomia relativa, sociedade de interconhecimentos e função decisiva dos mediadores entre a sociedade local e global.

assistência técnica e formas de associação. Por fim, faremos um esforço de refletir sobre o potencial de segurança alimentar e nutricional das famílias do Sítio Serra do Maracajá.

3.1.1 – Caracterização dos estabelecimentos familiares e das condições de produção

Como já o dissemos, no Sítio Serra do Maracajá o tamanho dos sítios varia entre 0,5 e 120 hectares, sendo que a área média dos estabelecimentos é de 6,6 hectares. Onde é possível concluir que pelo tamanho desses estabelecimentos familiares é muito inferior ao critério tamanho da área prescrito no conceito tipo ideal de agricultura familiar que informa às políticas públicas, ou seja, os estabelecimentos do tipo familiar não podem ultrapassar 04 módulos fiscais⁴⁰, todavia no município de Puxinanã um módulo fiscal tem no máximo 16 hectares. Em suma, a realidade é que essas famílias dispõem de uma quantidade de terras muito inferior ao que seria necessário, segundo a legislação, para um agricultor viver com dignidade se quisesse viver exclusivamente explorando a agricultura ou à pecuária em seu estabelecimento. Por outro lado é interessante perceber que tanto os agricultores familiares aqui retratados, cujos estabelecimentos possuem cerca de 6,6 ha, quanto aqueles que certamente estão situados em outras áreas (regiões, estados e municípios), cujos os estabelecimentos chegam a 64 ha, são abrigados pelo mesmo guarda-chuva que é a Lei da Agricultura Familiar, isso significa que em tese adota-se uma mesma métrica em termos de direitos e deveres para agricultores com possibilidades muito diferenciadas de garantir sua reprodução social.

Dentre as famílias entrevistadas 74,1% afirmaram ser proprietárias, 23% são filhos de proprietários que construíram moradia nas terras dos pais e das 81 famílias, 04 residem na Serra do Maracajá mas na condição de caseiros e moradores, o que soma 2,9% do total de famílias. Esclarecemos que o objetivo da pergunta não era identificar se o grupo familiar tinha a posse legal do estabelecimento, mas saber qual era a condição de propriedade e trabalho das famílias agricultoras. Comumente, diante desse questionamento, os entrevistados rebatiam com outra pergunta: “*É se a gente tem a*

⁴⁰ O módulo fiscal varia em cada município com base no Decreto nº84.685 de 06 de maio de 1980. Art. 1º o Módulo Fiscal de cada Município previsto no parágrafo segundo do Art. 50 da Lei 4.504, de 30/11/64, com a nova redação dada pela Lei 6.746, de 10 de dezembro de 1979, e calculado na forma do art. 4 do Decreto nº84.685, de 06 de maio de 1980, será o constante da tabela anexa. Art. 2º A presente Instrução entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário. (Para mais informações ver:

http://www.incra.gov.br/media/institucional/legislacao/atos_internos/instrucoes/instrucao_especial/IE20_280580.pdf . Acessado em: 06/02/2015.

escritura, porque isso a gente não tem não”. No cotidiano das famílias ter um documento de posse, a escritura não parece ser um dado relevante, contudo quando se tratar de acessar algum benefício, a exemplo do Garantia Safra, Pronaf ou mesmo a aposentadoria, ter ou não um documento que comprove a regularidade da propriedade da terra pode fazer diferença, especialmente para dar início aos trâmites burocráticos.

Ser ou não proprietário do seu estabelecimento possibilita aos agricultores organizar a vida com um pouco mais de autonomia, uma vez que estes podem o gerenciar o tempo de trabalho e escolher quais estratégias produtivas adotar. Nessa condição a família tem a possibilidade de escolher o que plantar, como e quanto plantar, assim como, decidir sobre o que será comercializado, consumido, doado ou trocado, diferentemente dos agricultores que estão sujeitos⁴¹ à condição de moradores, rendeiros ou meeiros. Dispor de certa autonomia, especialmente em relação ao que produzir é fundamental para orientar o grupo familiar, articular as ações de modo a otimizar a composição da renda familiar, o tempo de trabalho e a distribuição de tarefas e obrigações. Além disso, ser proprietário do seu sítio é um aspecto que projeta segurança na permanência dos indivíduos em determinado local, já que, por si só, possuir uma terra para morar e trabalhar já representa capital econômico e simbólico importantes. A propriedade da terra projeta nessas famílias a possibilidade de serem donos de seus próprios corpos, de ter a liberdade para administrar o seu tempo, A importância de ser dono do seu sítio se revela na narrativa do senhor Severino Barbosa:

Emilly: O senhor morava com seu pai?

Severino: Quando eu casei?

Emilly: Sim

Severino: Não, morava no que é dos outros... (demonstrando desprezo)

“Morar no que é dos outros” representa está subordinado a vontade dos outros, como assinala José de Araújo, outro morador da Serra, que reside no sítio herdado de sua mãe:

“E cada um tem seus lar de viver né? Minha mãe como foi pra falecer, ela me entregou isso aqui. Ela disse: José, tu foi criado mais eu, nunca me abandonou pra nada, aqui... faça de conta que aqui é seu.

⁴¹ No texto *Sujeitos e Libertos*, Afrânio García (1998) mostra que estar *sujeito* a condição de morador, caseiro, etc, é estar, também, sempre sujeito às vontades do proprietário, essa relação, que é de dominação, implica uma dependência do morador em relação às decisões que envolvem as condições de trabalho, associabilidade, participação na vida social e política, daquele grupo comunidade (Para mais informações ver: GARCÍA, 2009).

Ninguém aqui vai mandar em nada, só você mesmo. Porque os outros já tem os cantos deles...” (José de Araújo, 57 anos, agricultor)

A propriedade da terra traduz segurança, deixa transparecer um cálculo de vantagens que não pode se expressa em nenhuma equação matemática, a exemplo do que relata Dona Isaura Araújo:

Isaura: É, aí eu não quero sair daqui nunca não, e os filhos ficando ao redor da gente...

Emilly: Ah, é...

Isaura: Aí a gente vai sair? Pra deixar os pobres aí?

(...)

Emilly: Por que tem gente que diz logo né, “quando eu me aposentar vou embora pra rua.”

Isaura: “Vou embora daqui”. É, mais minha fia em não penso nisso não. Negócio quando você chegar na rua só vai queimar com gás, e aqui não, se tiver o gás eu cozinho, e se não tiver eu cozinho. (...)Porque eu tenho a lenha.

Emilly: É, pois é. Mais acha muito difícil viver no sítio?

Isaura: Eu acho não minha fia. (...) Sabe porquê? Difícil já teve. Que não tinha energia. Quando nós viemos pra aqui não tinha energia, não tinha ônibus. Tudo isso já tem agora né? Tudo isso tem agora, nosso filho tem uma motozinha, se for preciso qualquer dia... tá no fim do dinheiro eu boto mais gasolina, eu vou pro Doze, pra Puxinanã. Tá muito fácil agora, difícil teve. Antigamente era tudo com a luz de gás, nera? Luz de gás... sem que agora tá difícil por que ainda não tem aposentadoria ainda em casa né? (...) Aí do mesmo jeito que a gente tinha que comprar o gás, tem que ter o dinheiro pra pagar energia né? (...)Mas, eu não acho nada difícil não, a pessoa tando com saúde...

Observa-se que D. Isaura registra na sua narrativa a percepção das mudanças ocorridas nos últimos anos, como acesso à energia elétrica e aumento do poder de compra, relata ainda a vontade de continuar em seu sítio e de permanecer como agricultora, mesmo depois de começar a receber a previdência social. Ou seja, a vontade e a satisfação em permanecer no sítio justifica-se por uma racionalidade que envolve a economia de certos gastos, mas também o apego a valores como morar próximo aos parentes e deixar um legado para as próximas gerações do grupo.

Infraestrutura dos sítios e condições de produzir

No que diz respeito à infraestrutura, às condições necessárias para viabilizar à produção 97,5% das famílias afirmaram possuir ferramentas de trabalho, essas se

resumem a pás, enxadas, foices, carroças de mão etc. Sendo que 76,5% dos entrevistados não possuem carroça de tração animal e 60,5% das famílias entrevistadas afirmaram que em seus estabelecimentos não há nenhum tipo de maquinário ou ferramentas de mão⁴², além disso, em todos os demais estabelecimentos os entrevistados afirmaram possuir pelo menos uma máquina ou equipamento de trabalho, essa diz respeito à máquina forrageira.

O fato de não terem acesso a equipamentos e maquinários modernos não implica necessariamente que os agricultores familiares da Serra do Maracajá sejam improdutivos, mas é preciso assinalar que em uma região cujas características edafoclimáticas são bastante adversas não dispor de equipamentos, máquinas e tecnologia para desenvolver suas atividades faz com que a vida destes agricultores seja ainda mais difícil, impedindo, inclusive que se tornem diversificados, modernos e autônomos.

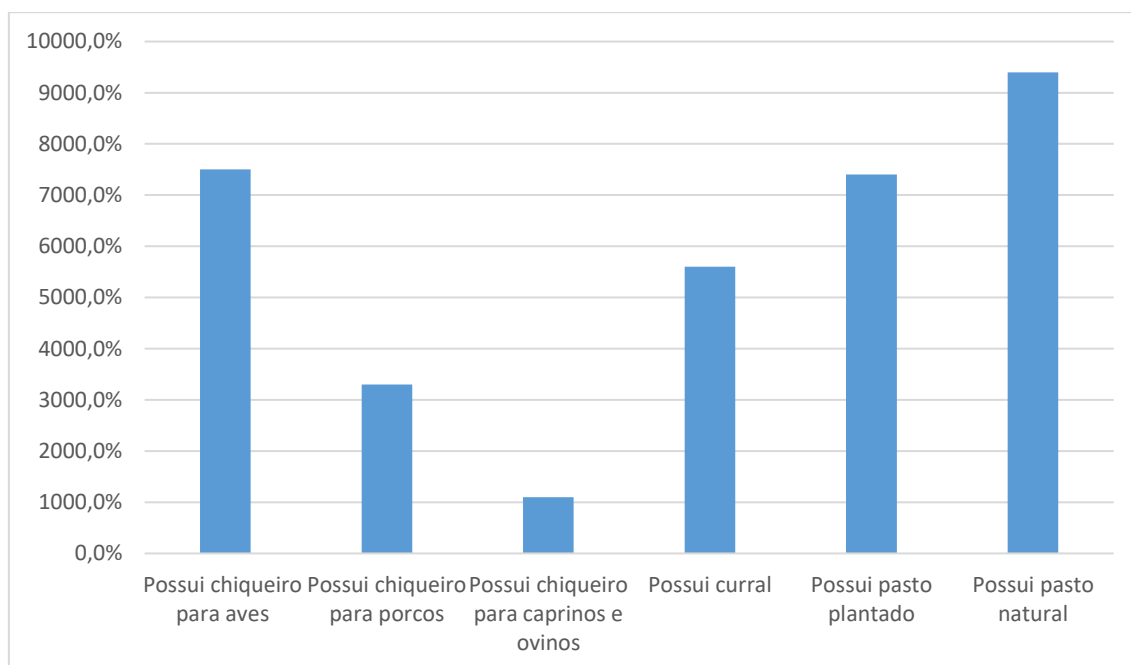
No que se refere ao acesso a sementes para plantio 81% das famílias entrevistadas afirmaram que as sementes utilizadas por eles são obtidas a partir da reserva que fazem da produção do ano anterior e, de modo bastante artesanal, logo após à secagem desses grãos e o armazenamento é feito em silos. As sementes utilizadas não passam por nenhum processo de seleção ou melhoramento genético, por outro lado, o fato deles próprios adquirirem as sementes para plantar implica dizer, que, ao menos nesse aspecto, essas famílias não mantem uma relação de dependência com agentes externos.

As famílias moradoras do Sítio Serra do Maracajá criam galináceos, caprinos, ovinos, suínos, asinos, equinos e bovinos. A criação de galinhas é a mais comum no Sítio, cerca de 70% das famílias criam galinhas; 44,4% praticam a pecuária bovina, já a criação de asininos/equinos é praticada por 21% dessas famílias. A criação de caprinos e ovinos é bastante inferior às espécies já mencionadas, somando essas duas espécies contamos que apenas 13% das famílias realizam a criação desses animais. A pecuária exercida pela maioria das famílias não é realizada de forma sistematizada, os animais não são diferenciados por raça, não recebem ração especial, se alimentando de capim a maior parte do ano e na falta dele recebem palma forrageira, ou milho e/ou torta quando a família tem condições para isso. Nem sempre há um criatório próprio que comporte a criação dos mesmos e esses agricultores não exercem a pecuária tendo em vista um mercado específico, no momento da decisão da venda, procuram por interessados dentro do próprio Sítio ou vendem a atravessadores.

⁴² Apenas um estabelecimento dentre os 81 que foram alvo da pesquisa afirmou que possuía trator, sendo este um dos dois únicos no Sítio Serra do Maracajá cuja gestão trabalho não é familiar.

O gráfico a seguir informa a infraestrutura que as famílias dispõem para desenvolver a atividade pecuária:

GRÁFICO 4 – Infraestrutura para atividade pecuária



Fonte: Emilly Marques, 2013.

É possível identificar que a infraestrutura para desenvolver atividade pecuária nesses estabelecimentos é bastante modesta, contudo, isso não significa que não exista criação animal, mas que a maior parte das famílias não têm condições financeiras que possibilite construir criatórios. Outra razão consiste na falta de interesse de algumas famílias para investir na pecuária. Quase 80% dos entrevistados afirmaram possuir em seu estabelecimento chiqueiro para galinhas, esse número pode ser explicado pela facilidade de construção de um pequeno criatório para esse animal, assim como em virtude do valor desses animais para o consumo, especialmente quando se trata das chamadas galinhas de capoeira, que possuem, entre outros atributos, um sabor bastante diferenciado se comparado ao chamado frango de granja. Considera-se ainda o alto poder de aproveitamento deste tipo de galinha na dieta alimentar das famílias, em tese há outros fatores que incentivariam a criação desses animais, uma vez que o capital necessário tanto para iniciar, quanto para manter as atividades pecuárias é consideravelmente elevado.

O maior problema relatado aqui é que na época de prolongada estiagem os agricultores não dispõem de pasto para alimentar os animais, principalmente os de maior

porte, como equinos e bovinos, o que faz com que os agricultores vendam os animais por um preço abaixo do valor que eles realmente teriam, ou gastem muito tempo/dinheiro procurando soluções alternativas com o intuito de alimentar sua criação, como a compra de ração ou capim, no entanto os recursos investidos para alimentar um animal em períodos de seca torna-se inviável para esses agricultores, levando-os a vendê-los por um preço muito abaixo do valor investido, deixando os agricultores desapontados com a atividade pecuária. O exercício da pecuária não é puramente uma forma de gerar rendas, mas é também uma maneira para garantir reservas, já que esses animais constituem uma poupança para situações de emergência, assim, muitas vezes é a criação animal um indicativo da situação econômica e do contexto no qual esses agricultores estão inseridos (GARCIA e HEREDIA, 2009).

A quantidade de estabelecimentos que possuem pasto plantado ou natural é elevada. Em quase 100% dos estabelecimentos há pastos naturais para alimentação animal. A disponibilidade de pasto poderia incentivar o exercício de atividades relacionadas à pecuária, no entanto, boa parte desse pasto seca durante o período de estiagem, diminuindo bastante seu volume, chegando a desaparecer e reaparecendo apenas quando as chuvas retornam, este aspecto da inconstância das chuvas termina por tornar a atividade pecuária bastante arriscada para essas famílias agricultoras, que dependem das boas⁴³ condições do clima para obter resultados positivos desse tipo de arranjo.

Acesso à água

Em relação ao acesso à água pode-se afirmar que este é um bem valioso para essa população, já que não há nenhum tipo de abastecimento regular no sítio, em 82,7% dos domicílios a água para beber vem das cisternas, 16% em tanque natural, em ambos os reservatórios esta água é captada através das chuvas e armazenada, 1,2% bebem água mineral. Já a água para o gasto⁴⁴ vem majoritariamente dos tanques naturais, ou seja, 84% das famílias fazem uso dessa fonte de obtenção de água. Não há em nenhum estabelecimento um reservatório destinado à irrigação, como também não foi mencionado

⁴³ Tomamos o termo “boas condições do tempo” para fazer referência a ciclos de maior equilíbrio entre o período de chuvas e estiagem.

⁴⁴ Denominamos para gasto a água utilizada nas atividades diárias, como cozinhar, tomar banho, lavar roupa, entre outros.

pelos nossos informantes se haveria algum programa ou iniciativa pública, voltada para a resolução do problema de escassez de água para a produção. Não dispor de reservatórios que assegure água para plantar e criar dificulta e, em alguns casos, até inviabiliza as estratégias produtivas dessas famílias. As estiagens cíclicas no Nordeste do Brasil, em particular no semiárido é um fenômeno secular, que ainda limita as possibilidades de desenvolver estratégias produtivas ligadas à agricultura, ou à pecuária, para a grande parte dos agricultores familiares, os quais permanecem dependentes e vulneráveis dos períodos de inverno, o que em muitos casos explicaria a não disposição das famílias agricultoras do Sítio Serra do Maracajá para investir em atividades agropecuárias.

3.2 – O CENÁRIO DAS ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS E DE GERAÇÃO DE RENDA

Como já mencionamos para as famílias da Serra do Maracajá a agricultura é a principal atividade produtiva e geradora de renda, dentre as respostas obtidas dos informantes há uma variedade de atividades desenvolvidas pelas famílias agricultoras, entre as que são produtivas e geradoras de renda destacamos (ver tabela 1):

TABELA 1 – Principais atividades produtivas desenvolvidas no Sítio Serra do Maracajá

Tipo de atividade	Frequência	Porcentagem
Agricultura	49	60,5
Pecuária	5	6,2
Serviço/Comércio	10	12,3
Outras atividades	17	21
Total	81	100

Fonte: Emilly Marques, 2013.

Por questões práticas foram agrupadas as respostas onde eram fornecidas como atividades principais a agricultura, pecuária, comércio/serviços e outras atividades. Somando todas as respostas em que a agricultura ou a pecuária aparecem tem-se 66,7% do total das famílias. Isso significa que nestes a agropecuária é a principal atividade do grupo familiar. 33,3% das famílias agricultoras não exercem atividade agrícola ou pecuária, ou não consideram essas atividades um meio importante de obtenção de renda. Fica evidente ainda que a atividade pecuária é pouco expressiva, enquanto uma atividade produtiva para as famílias agricultoras do Sítio Serra do Maracajá. Pode-se inferir, ainda que sejam dados que precisariam ser confrontados com outros, que a importância das

atividades agrícolas e pecuárias propriamente ditas para estas famílias não condiz, por exemplo, com os discursos oficiais que fazem referência a um agricultor familiar socialmente engajado, produtivo e devotado às atividades agrícolas ou pecuárias. Na fala de Raul Idalino, um dos agricultores do Sítio ao narrar detalhes da sua trajetória de vida, deixa transparecer os valores e interesses que explicam sua relação com as atividades desenvolvidas na sua pequena roça. Nascido e criado no sítio de sua mãe, onde atualmente reside, mudou-se para São Paulo aos 17 anos em busca de melhores condições de vida, retornando depois dos 50 anos, sobre o trabalho na agricultura seu Raul relata:

Emilly: Mas o senhor não planta nada não?

Raul: Não. As vezes... planta esse roçadinho aqui pertinho, mais só pra comer verde né?

Emilly: Não gosta muito da agricultura não?

Raul: Num tem futuro...

Emilly: Num tem futuro?

(risos)

Raul: Tem não. O cara (em referência a ele mesmo) for pagar pra fazer uma terra, quando lucrar não dá pra pagar o que o cara trabalhou.

(...)

Emilly: E o milho das galinhas? É daqui ou o senhor compra?

Raul: Não, eu compro também.

Emilly: Compra de fora né?

Raul: Compro.

Emilly: Mas compra daqui dos vizinhos ou...?

Raul: Puxinanã.

Emilly: Puxinanã, da feira é?

Raul: Eu compro na na... na casa que vende ração né? Porque ele já tem que vir moído...

A fala do senhor Idalino é exemplar do fato de que há tipos diversos de *agriculturas familiares*, uma vez que mesmo tendo este agricultor migrado e vivenciado outras experiências de vida e trabalho, retornando depois ao sítio, faz um cálculo de que trabalhar na roça não é vantagem, não produz ao final os resultados esperados. Todavia, dentro da mesma comunidade encontramos agricultores cujos valores que os prendem ao trabalho na terra são outros a exemplo do Sr Severino Barbosa, 62 anos, casado, que tira o sustendo da sua família da agricultura, apesar de considerar que esta é uma atividade “*sofrida*” reafirma que gosta de plantar:

Emilly: O senhor planta muito ainda?

Severino: Planto, eu gosto de plantar, num é? Agora eu tomo conta daquele terreno lá, de seu José (em referência a meação) (...) Esse ano eu bati dez sacos de feijão, só não posso vender porque é tudo pro consumo de casa né?

Ainda analisando os elementos que aproximam ou afastam os agricultores da Serra do Maracajá das características tipo ideal de agricultura familiar, voltamos a narrativa do senhor Raúl Idalino, que se afasta do conceito tipo-ideal de agricultor familiar, um agricultor que não está inserido no mercado, ao menos em relação aos produtos obtidos da agricultura, e por isso mesmo não contribui para a segurança alimentar do país. A expressão utilizada “*só para comer verde*”, utilizada por ele, denota que o que ele produz é minimamente para a subsistência de sua família, uma vez que não produz nem mesmo o milho necessário para alimentar as galinhas, mas mesmo assim se define como agricultor. Esse embaralhamento de grupos de famílias que apresentam características diversas sob uma mesma denominação, só reforça o pouco conhecimento real que se tem da chamada agricultura familiar no Brasil.

Durante à aplicação dos questionários alguns agricultores, mesmo não realizando nenhuma atividade agropecuária, afirmaram que a atividade principal na composição da renda da família é a agricultura. Supomos para o momento que esta afirmação se deve ao fato de que para a maioria desses indivíduos um dos elementos constitutivos da identidade de agricultor é o local de moradia – uma vez que com exceção de uma família, que apenas trabalhava no sítio, todas as outras residiam no próprio sítio – por conseguinte morar no Sítio autoriza esses agricultores a fazer uma relação direta com o trabalho na agricultura, mesmo quando o sustento da família já não advém mais da terra. Essa relação fica perceptível em um trecho da fala do senhor Raul Idalino:

“Aí depois que eu cheguei aí... eu botei um negocinho aí né? Aí eu digo: pra criar alguma coisa, tem de criar né? Mora no sítio...” (Raul Idalino, 53 anos, agricultor)

O fato de mudar para o sítio e de lá residir até hoje faz com que esses agricultores se sintam como tendo uma obrigação moral de desenvolver alguma atividade agrícola ou pecuária, já que, para muitos, áreas rurais seriam tradicionalmente destinadas para criar ou plantar. Essa é uma espécie de associação entre lugar de vida e trabalho, de sociabilidade e confiança, de memórias e histórias etc. Outra referência interessante é que o fato de Seu Idalino ter migrado e ter retornado, situação comum às famílias agricultoras do semiárido nordestino, imaginamos que o dispositivo do “saber fazer” acaba sendo um potencial para o trabalho e a vida como agricultor e que pode a qualquer momento ser mobilizado.

3.2.1 – Formas de cultivo

O sistema de cultivo predominante é a policultura⁴⁵, as famílias do Sítio Serra do Maracajá plantam milho, feijão, mandioca, macaxeira e batata doce, geralmente o milho e o feijão ocupam a mesma área, a associação desses dois gêneros é estratégica, já que o feijão, cujo pé é menor e mais frágil cresce apoiado aos pés de milhos, sempre mais altos e robustos, sem que um prejudique o outro, aqueles que também se dedicam ao plantio da mandioca, macaxeira e/ou batata doce o fazem em uma área distinta da área destinada ao milho e feijão, contudo os plantios de mandioca, macaxeira e batata doce coexistem em um mesmo espaço. Essa associação de cultivos é um exemplo do “saber fazer” herdado no curso da vida dos grupos de família, os quais desenvolvem as estratégias produtivas baseadas na tradição.

3.2.1.1 – Produtos cultivados

Os agricultores familiares da Serra do Maracajá cultivam basicamente os produtos que Garcia e Heredia (2009, p. 233) denominam de *lavouras para o gasto*, ou o que Cândido chama de “triângulo básico da alimentação caipira” (CANDIDO, 1989, p. 64) que são milho, feijão e mandioca, nesse caso são acrescentamos a macaxeira e a batata doce. Cerca de 82,72% das 81 famílias entrevistadas plantam milho, já o feijão é cultivado por 87,7%. A batata doce é cultivada por apenas 19,8%, e a mandioca e a macaxeira são cultivadas por 22,2% de todas as famílias que afirmaram exercer algum tipo de cultivo. Quase nenhuma família planta hortaliças. Esses números informam que a maioria dessas famílias não possui uma produção diversificada já que o plantio está concentrado em apenas 2 produtos, feijão e milho.

Segundo Neder (2014), de forma geral, as plantações da tríade milho, feijão e arroz tem impacto positivo no emprego de mão de obra e as plantações de outros gêneros que não os alimentícios teriam impacto negativo nas culturas alimentares, além de gerarem alimentos e, em tese, garantirem a segurança alimentar nacional. Esse autor afirma que:

⁴⁵ Policultura consiste no cultivo de diferentes gêneros em um mesmo espaço com diferentes modos de organização e uso da terra (WANDERLEY, 1996).

Constatou-se neste trabalho que, na maioria dos estados analisados, a cana-de-açúcar e a soja substituíram culturas alimentares e áreas de pastagens plantadas. Este padrão apresentou algumas especificidades em cada estado, mas em linhas gerais foi este o direcionamento do processo de substituição de culturas nos períodos analisados, intensificando-se no segundo período – de 2006 a 2009. (p.355)

Na realidade da Serra do Maracajá os plantios mais expressivos são de milho e feijão, sendo que em 63% das famílias afirmaram que em seus estabelecimentos a área⁴⁶ plantada de feijão se sobrepunha às áreas dedicadas aos cultivos dos demais gêneros, já o milho apareceu em primeiro lugar em 24,7% do total de estabelecimentos. Mesmo tendo o milho uma dupla função, tanto pode ser consumido, como vendido, podendo ainda ser utilizado na composição da ração para aves, caprinos, ovinos ou suínos, o feijão é o ingrediente mais básico na alimentação desses indivíduos, o que explicaria a predominância desse produto. Além disso, o preço do feijão é superior ao preço do milho, o que compensaria caso haja excedente e disposição para colocar o produto a venda no mercado. Esse dado nos levaria a conjecturar sobre as preocupações dessas famílias com o suprimento dos alimentos que compõem a dieta básica, não há como precisar que elas produzam levando em conta os critérios adotados para avaliar insegurança alimentar e nutricional. O plantio do feijão também pode ser uma estratégia para se defender um pouco das oscilações do mercado, já que em anos anteriores os agricultores informaram terem sofrido muito com a alta do preço do feijão, comprometendo tanto o orçamento das famílias quanto à dieta dessas famílias.

3.2.2 – A atividade pecuária na Serra do Maracajá

A criação animal no Sítio compreende as seguintes espécies: galinhas, bovinos, asininos, equinos, caprinos, ovinos e suínos. No que diz respeito às atividades pecuárias constata-se que das 81 famílias entrevistadas 41 respondeu que possuía algum tipo de criação de animais de maior porte (caprinos, ovinos, suínos, bovinos etc) no momento da pesquisa, o que representa 50,6% do total. Em relação ao sistema de criação adotado em

⁴⁶ Como os agricultores não sabiam responder com exatidão a quantidade em hectares dedicada ao plantio de cada cultura, pedimos que enumerassem do maior para o menor, em quantidade de terra que os olhos podiam registrar, ocupadas com os cultivos, dessa forma pudemos saber quais espécies são mais cultivadas.

nenhum dos estabelecimentos a pecuária é feita de modo intensivo, 4 das 81 famílias que fizeram parte do universo da pesquisa praticam uma pecuária de maneira mais sistemática⁴⁷, em um desses estabelecimentos possui criação de bovinos, em outro destaca-se a criação de suínos, um terceiro cria ovinos e o outro na criação de galinhas para abate. A criação de galinhas é a mais comum no Sítio, cerca de 70% das famílias criam galinhas em seus sítios, o questionário utilizado para obter os dados da pesquisa revelou que na Serra do Maracajá há cerca de 1173 galináceos. Os agricultores apostam na criação de galinhas, porque, além da carne a galinha ela também produz os ovos, ambos os produtos fazem parte da dieta alimentar das famílias e 04 delas afirmaram que comercializam tanto as galinhas quanto os ovos.

Com relação à pecuária de grandes animais constatou-se que a criação de bovinos se destaca da criação de animais de outras espécies, 44,4% das famílias praticam a pecuária bovina, totalizando de 175 cabeças de gado, em segundo lugar vem a criação de asininos/equinos, com 21%, num total de 22 animais. A criação de caprinos e ovinos é bastante inferior às espécies já mencionadas, apenas 13% das famílias possuem animais, correspondendo a 22 e 100 cabeças respectivamente. Os números, talvez guardem relação com certa herança da tradição que a bovinocultura tem na região, 75% das famílias que exerciam atividade pecuária, no momento da pesquisa, afirmaram que aprenderam a criar animais com os pais e 95% das famílias, informaram ter iniciado na pecuária com a criação de gado. Daqueles estabelecimentos que desenvolvem atividade pecuária 62,2% está voltada para a bovinocultura leiteira e 65,8% para a bovinocultura de corte.

Apesar das adversidades climáticas, secas prolongadas e altas temperaturas, é notória a afinidade das famílias com a criação de gado bovino. Contudo, em relação à criação de outros animais, por ser um animal de grande porte e que demanda cuidados sanitários e nutricionais (ração, compostos, vacinação etc), tratos que por vezes custa caro para um agricultor familiar, especialmente em períodos de estiagem, quando não há mais pastagem natural. Há bastante controvérsia em relação à viabilidade da pecuária como estratégia produtiva e de geração de renda para a agricultura familiar. Os trabalhos de Nunes (2011) e Meneses (2014) inferem que nos últimos anos o semiárido nordestino tem experimentado um processo de (re)pecuarização, sendo esta uma alternativa rentável para as famílias agricultoras, entretanto, no Sítio Serra do Maracajá não constatamos essa tendência, uma vez que o rebanho encontrado no sítio é pouco expressivo.

⁴⁷ Entendemos que tais criações são orientadas por uma lógica que envolve investimentos em animais de raça e uma quantidade de animais superior aos demais rebanhos.

3.3 – TRABALHO, BRAÇOS E RENDA

No sítio Serra do Maracajá, as famílias agricultoras contam com até 02 membros do grupo familiar envolvidos diretamente nas atividades agrícolas e/ou pecuárias, entretanto, a mão de obra potencialmente disponível⁴⁸ para o trabalho é em média de 03 indivíduos por domicílio. Nesse sentido, é possível inferir que há também pelo menos um indivíduo em cada domicílio que desenvolve alguma atividade não-agrícola. Esse dado é revelador de que cada vez mais surgem outras oportunidades de ocupação para os indivíduos agricultores ou filhos destes, sejam oportunidades de emprego, sejam de estudos.

A existência de pelo menos um dos membros do grupo desenvolvendo uma atividade fora do sítio, faz deste indivíduo, de um lado uma mão de obra em potencial, uma espécie de força de trabalho reserva; de outro lado, ter alguém gerando uma renda de uma fonte não-agrícola diminui a insegurança do grupo, tendo em vista os problemas da escassez de água, a falta de tecnologia e assistência técnica, assim como de crédito, entre outros, todos fatores que elevam os riscos das atividades agropecuárias.

Considerando a tese de que as áreas rurais são espaços de vida e trabalho, mesmo que em situações específicas esses espaços venham perdendo as características que os identificam como lugar de trabalho e produção, mesmo assim são espaços valorizados pelos atributos naturais que lhes são próprios. Na Serra do Maracajá encontramos grupos familiares que abandonaram por completo as atividades na roça, mas não deixam o campo como local de residência; é comum ouvir as pessoas que são aposentadas falarem com orgulho e saudosismo do sabor que tem o feijão e o milho que eles mesmos plantaram, ou seja, é como se deixassem de trabalhar na agricultura, mas não abandonassem a *ética* de agricultor.

Outras rendas não agrícolas são, também, citadas como importantes na geração da renda das famílias, em 21% dos domicílios a aposentadoria aparece como a principal fonte de geração de renda da família, somada à resposta *agricultura/aposentadoria* esse valor sobe para 34,6%, tal dado revela a importância da previdência social para à

⁴⁸ Para esse cálculo utilizamos como referências as pesquisas de HELFAND, Steven M.; MOREIRA, Ajax R. B.; JUNIOR, Edward W. Bresnyan. (2014), que consideram como adultos os maiores de 14 anos e como ½ adulto os que se encontram abaixo dessa idade, sendo indiferente nesse caso homens e mulheres.

agricultura familiar, em particular no Sítio Serra do Maracajá auxiliando de maneira vital a reprodução do grupo, como nos fora relatado pelo senhor Severino Barbosa:

Emilly: E nessa vida de agricultura o senhor já passou por muito aperreio?

Severino: Demais! Pelo amor de Deus, passei aperreio demais. A gente pobre né? Olhe, eu vim... eu vim melhorar mais um pouquinho, depois de um ano pra cá, porque eu me aposentei né? Aí as coisas melhorou mais um pouquinho, é apertado mais a gente passa né? De um jeito ou outro a gente passa né?

Emilly: Pior era sem... sem...

Severino: Era, mais graças a Deus chegou o tempo de se aposentar, nos se aposentamos, o dinheiro da mulher é só de remédio, que ela é doente, sabe? Doente dos ossos. E o meu é pra fazer a feira, dá pra passar o mês apertado...

Segundo a fala do senhor Severino, sem a aposentadoria a reprodução da família estaria em risco, é com os rendimentos advindos da aposentadoria que a família pode comprar remédios e outros produtos que não consegue obter através da agricultura. Na expressão “*fazer a feira*”, que consta no relato acima fica evidente a alteração no poder de consumo da família antes e depois da aposentadoria. Além disso, o benefício da aposentadoria funciona como uma espécie de investimento, auxiliando na melhoria dos próprios sítios, fazer uma cerca, comprar algum equipamento, ração etc. A aposentadoria para muitas dessas famílias está longe de possuir o significado que é dado na cidade, já que continuam a desempenhar normalmente suas funções no sítio, as famílias vêm na aposentadoria um incremento adicional na composição da renda familiar. O fato das famílias do Sítio buscarem outras atividades e meios para complementar renda, não significa que não desejem permanecer trabalhando na terra, mas que face às dificuldades enfrentadas para sobreviver da agricultura outras atividades acabam ganhando destaque no cotidiano das mesmas.

Organização do trabalho, o tempo e o projeto familiar

Sobre a organização do tempo e a distribuição de responsabilidades entre os membros do grupo familiar e relacionadas ao trabalho e a geração de rendas dentro e fora do sítio, identificou-se que o chefe de família se dedica prioritariamente à agricultura em

86,7%⁴⁹ das famílias, já a pecuária é uma atividade exercida por ele em 22,9% das famílias. Atividades como, caça, pesca e extração vegetal não obtiveram valores significativos. Em relação à mãe de família observou-se que esta dedica a maior parte do tempo à agricultura em 90,5% dos domicílios, sendo o restante do tempo dividido entre o cuidado com os quintais, a criação de aves e a pecuária. Já em relação às atividades desenvolvidas pelos filhos a agricultura aparece como a atividade que ocupa a maior parte do tempo, uma realidade para 73,3% das famílias, o resto do tempo fica dividido entre o cuidado com os quintais, a criação de aves e a pecuária.

Diferentemente do pai, a mãe e os filhos se dedicam a uma série de outras atividades, essa divisão de tarefas tem a intenção de poupar essa força de trabalho das atividades que exigem um maior desgaste físico, a exemplo do trabalho pesado na roça. Sendo assim, o trabalho da mãe e dos filhos, principalmente das filhas mulheres é deslocado para outras atividades de menor desgaste. No entanto essa divisão pode ser posta de lado em certas ocasiões, quando se faz necessário uma reorganização dessa lógica de trabalho familiar, seja em decorrência da ausência de um ou mais membros ativos, em momentos de colheita, quando é necessário fazer rapidamente esse trabalho afim de não perder parte da produção, ou mesmo no plantio, para potencializar o aproveitamento das chuvas. Essa flexibilização do trabalho se torna mais difícil para a agricultura familiar não capitalizado, já que o trabalho desempenhado pelos membros menores, por exemplo, geralmente apresenta uma produtividade inferior aos outros membros das famílias, sendo necessário a contratação do “trabalho alugado”. É importante ressaltar, além disso, que a pecuária tem aqui um papel notadamente secundário, com ênfase para o exercício da agricultura, segundo o relato dos próprios agricultores. Isso não quer dizer simplesmente que a agricultura seja uma atividade mais rentável e mais atrativa em relação às outras atividades descritas aqui, ou que os grupos estejam preocupados em suprir a demanda de alimentos do país, outros fatores podem influenciar as escolhas dos indivíduos em priorizar, ou não à agricultura como atividade geradora de rendas.

São inegáveis as mudanças em termos de acesso à infraestrutura, equipamentos coletivos e programas sociais que às populações do campo tem se beneficiado nos últimos 20 anos. Contudo, por razões diversas ainda persistem casos de extrema pobreza no

⁴⁹ Todas os dados relacionados às atividades rurais desenvolvidas no sítio se referem às famílias que afirmaram desempenhar alguma atividade agropecuária.

campo, são famílias que não conseguem ter aos mínimos necessários⁵⁰ à sobrevivência do grupo familiar, especialmente obter através do trabalho na agricultura. Assim ainda prevalece como meio de acesso à renda o trabalho de condição, caracterizado como meação⁵¹. Nesse sentido pudemos encontrar quatro famílias agricultoras da Serra do Maracajá que ainda fazem uso da meação como forma de complementar suas produções, na fala dos agricultores que se utilizam dessa estratégia pudemos perceber algumas das dificuldades informadas por essas famílias:

(Planto) De meia. Porque aqui é pouco, é um hectare de terra com pedra com tudo. Mas de todo jeito aqui é bom, porque no de meia você só tem direito de comer quando partir e aqui não. Choveu eu já vou plantando né? (Isaura, 52 anos, agricultora)

No relato acima percebemos que apesar da meação ser uma alternativa viável para algumas famílias os problemas enfrentados nessa relação de produção são vários, desde a submissão aos momentos do plantio, que são estipulados pelos proprietários do sítio onde o trabalho é realizado, até a espera que o aquele que trabalha tem de enfrentar para receber sua parte, já que é apenas no final na colheita que as partes recebem os frutos da colheita, essa espera, que não ocorre quando o agricultor é proprietário do sítio, fragiliza a renda e a dieta alimentar da família que emprega o trabalho, pois o roçado que é realizado na meação não pode ser utilizado em um momento de crise.

Além disso, encontramos um percentual de 17,3% de famílias que afirmaram ter algum membro que “trabalha alugado”, como diaristas nas terras dos vizinhos, dentro ou fora do Sítio Serra do Maracajá. As famílias cujos membros estão submetidos ao trabalho alugado ou à diária se inscrevem nos grupos que apresentam a pior situação financeira, com renda per capita de R\$ 208,00 reais mensais, quase metade da média do sítio, que é R\$ 352,00 reais mensais *per capita*⁵². Além da baixa remuneração proporcionada por essa

⁵⁰ Os mínimos vitais e sociais, segundo Antônio Cândido (1989), se referem aos mínimos necessários para suprir as necessidades alimentares mais básicas de um indivíduo ou grupo, sejam eles a manutenção biológica do corpo, mínimo vital, ou mesmo mínimos necessários para festividades, rituais de passagens etc., mínimos sociais. A aquisição desses mínimos envolve esforço físico e rito.

⁵¹ A meação tratada aqui diz respeito a condição de trabalho na qual o indivíduo que realiza o trabalho em uma terra dá ao proprietário metade ou meia parte do produto auferido mediante pré-acordo, que envolve área e produtos a serem cultivados.

⁵² Todos os valores que se referem à renda dessas famílias agricultoras foram obtidos a partir da auto declaração dos próprios agricultores, que tomam como base os recursos que tem acesso em dinheiro, excluindo o autoconsumo.

condição de trabalho importa ressaltar que para obter esse recurso é preciso trabalhar todos os dias da semana, não havendo trabalho não há não há ingresso de dinheiro.

A precariedade dessa condição de trabalho se caracteriza pela não cobertura de direitos trabalhistas, ao controle das horas trabalhadas, segurança etc., assim como, seguro-desemprego, entre outros. Esses são uns dos mais marginalizados da agricultura familiar e a desvalorização da mão de agricultores fazem parte da massa que temos denominado de miseráveis do campo. São indivíduos que possuem apenas a terra e mais nenhuma outra condição de investir na sua própria área. No momento da pesquisa constatamos que a diária acordada variava entre R\$ 30,00 e R\$ 40,00⁵³ reais pagas por no mínimo oito horas de trabalho, sendo o fornecimento das refeições previamente acordado entre as partes. O trabalho alugado, ou pago na forma de diária, geralmente é um trabalho penoso e cansativo, realizado praticamente na “força do braço”. A precariedade que envolve essa relação de trabalho facilita para que agricultores que dispõem de uma condição um pouco melhor se utilizem dessa forma contratação de mão de obra para poupar mão de obra de membros do próprio grupo familiar. Esse rearranjo no interior do grupo que conforma as *agriculturas familiares* só persiste em virtude das desigualdades e diferenciações diversas que colorem o meio rural brasileiro.

3.3.1 – Comercialização dos produtos

As famílias agricultoras da Serra do Maracajá, como já assinalamos nas páginas anteriores, dispõem de uma produção agropecuária, porém com produtividade insignificante, o que talvez explique a inexistência de formas de comercialização mais organizadas, sistemáticas etc. Sendo vendidos apenas os produtos que não são consumidos pela família. A venda, comercialização de algum produto acontece raramente, mas quando ocorre a negociação (compra e venda) é feita entre os próprios agricultores da Serra do Maracajá. Já com os produtos de origem pecuária – carne bovina, leite, frango e ovos -, ou mesmo os próprios animais o comércio é mais frequente, sendo os produtos comercializados no próprio Sítio, nas feiras de Puxinanã ou entregues aos atravessadores.

Um processo de comercialização que merece certo destaque é a venda do leite, que segue praticamente o mesmo modelo da comercialização da pecuária de corte, o

⁵³ Excepcionalmente pode-se chegar até a R\$ 50,00 reais.

diferencial é que esse comércio é ainda mais instável, já que o consumo do leite é bastante elevado na própria comunidade, cerca de 80,8% das famílias consomem o leite produzido no próprio Sítio. O fato de o leite de gado ser sensível às condições de conservação/resfriamento, requerendo certa infraestrutura para o armazenamento poderia explicar as dificuldades relacionadas ao desenvolvimento e expansão do comércio desse produto.

3.3.2 – Rendas não agrícolas

As famílias que residem no Sítio Serra do Maracajá são beneficiários dos programas de transferência de renda do governo federal, em especial o Bolsa Família e o Seguro Safra, muitas vezes essas são as únicas fontes de renda segura que as famílias dispõem. Somando os percentuais das famílias beneficiárias dos diferentes programas temos que 43,2% de domicílios que recebem pelo menos um desses programas. Em relação ao Garantia Safra muitos agricultores afirmaram que para receber esse benefício tem de relatar que produziram em seu sítio uma quantidade inferior à real, isso fica marcado na fala dos agricultores José Araújo, 57 anos, e sua esposa Isaura Araújo, 52 anos:

Emilly: Agora o Garantia Safra salva muita gente né?

Isaura: Salva minha fia, salva.

Emilly: Tira quanto mais ou menos? Depende da...

Isaura: Cento e ... pronto, esse ano de 2013 vai ser... o primeiro mês vai ser 140,00, e do segundo mês em diante vai ser 155,00.

Emilly: E é? Aí já tiraram isso?

Isaura: Não saiu ainda não, vai começar agora em novembro

Emilly: Não saiu ainda. Aí vai de novembro até... são quantos meses?

Isaura: Seis meses.

(...)

José: É uma ajuda boa esse Seguro Safra.

Emilly: É. Aí como é? Só tira em ano de seca é?

Isaura: É, é. A gente que trabalha, se não lucrar muito, porque se a gente for dizer, seu Zé, que nós lucremos cinco, seis sacos, a gente não pode dizer isso, senão não vem.

Emilly: Senão não vem?

Isaura: É, se eu lucrar seis sacos eu tenho que dizer que lucrei três de meia, que é três pra mim e três pra mulher né?

Emilly: Pois é.

Isaura: Se nós for fazer a vontade do governo não vem nada não.

Tendo em vista que essas famílias não conseguem garantir plenamente sua sobrevivência através da agricultura elas lançam mão de todas as estratégias possíveis,

até mesmo manipular os valores relativos à produção para poder ter acesso ao benefício, apesar de ser uma quantia relativamente pequena, para as famílias beneficiárias representa 06 meses com mais tranquilidade de segurança para os que recebem o Garantia Safra, esperança de ter a mesa um pouco mais cheia.

Em relação à outras rendas não agrícolas, quando somamos todos os itens em que aparecem as respostas *aposentadoria e programas assistenciais do governo* temos um percentual de 87,7% que recebem tais benefícios. Em outros casos o assalariamento em setores de comércio ou serviços é uma alternativa positiva de geração de renda, dado que ocorre em 28,4% das famílias entrevistadas, considerando que o assalariamento informal muitas vezes não é mencionado. Em 45,7% das famílias pelo menos 01 membro do grupo exerce alguma atividade não-agrícola remunerada, em 59,5% dos casos eram os filhos e em 32,4% dos domicílios eram os pais que desempenhavam essa atividade. Em geral, quando se trata de empregos no comércio ou no setor de serviços público ou privados, os locais de trabalho são Campina Grande ou Puxinanã.

A renda monetária autodeclarada⁵⁴ dessas famílias varia entre R\$ 100,00 reais e R\$ 5000,00 reais, com uma média de R\$ 1181,84 reais mensais por domicílio. Já a renda *per capita* é R\$ 352,00 reais mensais. É importante ressaltar que a chamada renda familiar é composta por diferentes fontes e atividades, a exemplo da venda da castanha de caju entre os meses de novembro e janeiro. A composição da renda dessas famílias deixa transparecer a diversidade das estratégias agrícolas e não agrícolas mobilizadas para garantir a sobrevivência do grupo familiar.

3.4 – PRODUÇÃO E CONSUMO

Como já foi dito, em nenhuma das famílias entrevistadas encontramos agricultores que possuíssem uma atividade produtiva organizada em função do mercado. Em 28,4% dos domicílios foi respondido que o destino da produção agropecuária era o consumo e a venda, sendo o consumo o objetivo principal, ficando para a comercialização apenas o que não seria consumido pelo grupo familiar. Nos outros 63% a produção ficaria toda para o consumo da família. Percebemos também que em 8,6% dos domicílios não existe nenhum tipo de atividade agropecuária. Nesses domicílios os integrantes ou trabalham nas cidades circunvizinhas e não dispõem de tempo para plantar ou criar, ou não possuem

⁵⁴ Trabalhamos com a renda per capita sendo esta composta por todos os ingressos relatados pelos informantes, porém sem contabilizar o autoconsumo.

interesse, nem possuem recursos para pagar alguém para trabalhar na sua roça, fato que ocorre principalmente entre os mais idosos, ou os que padecem com problemas que afetam à saúde.

Faz parte das relações de vizinhança no Sítio as trocas de alimentos, uma prática de reciprocidade⁵⁵ que se assemelha à dádiva. Em geral os vizinhos agradam uns aos outros com leite, fava, feijão verde ou jerimum, ovos, macaxeira além de comidas já prontas como as comidas típicas de milho, pamonha e canjica em épocas de colheita, ou mesmo bolos e outros pratos regionais em épocas de festa. Essas trocas são uma forma de reforçar os laços de amizade entre as famílias e vem de uma tradição cujo alimento simbolicamente nutre as amizades, sendo essa uma forma de cativar aqueles que participam de suas vidas.

3.5 – ACESSO À SERVIÇOS, ASSISTÊNCIA TÉCNICA, CRÉDITO E FORMAS DE ASSOCIAÇÃO

O acesso aos serviços comunitários é restrito no sítio Serra do Maracajá, que conta apenas com um posto e um grupo escolar. O posto de saúde é simples e não conta com nenhuma infraestrutura além da sala de atendimento. Para ele são designadas duas funcionárias, que devem revezar os horários e promover atendimento das 8hs às 17h, no entanto as mesmas não possuem capacitação técnica na área de saúde, portanto, se algum morador precisar de um atendimento de emergência deverá de deslocar até o centro da cidade de Puxinanã. É nesse posto que um médico realiza uma visita mensal, sobre a qual os moradores devem ser previamente avisados pela agente de saúde designada ao sítio, já que o dia não é fixado pela prefeitura, é também a agente de saúde quem deve avisar sobre as campanhas de vacinação e seus respectivos dias, tanto humana como animal. Já o Grupo Escolar Municipal atende as crianças assim que entram em idade escolar e quando as mesmas completam a educação infantil tem de ser deslocadas para a cidade para que completem seus estudos, esse deslocamento é feito através do ônibus escolar.

Em relação à assistência técnica foi respondido que apenas 12,3% das famílias receberam ou recebem algum tipo de assistência técnica agrícola, todas as outras nunca receberam nenhuma assistência desse tipo. Entre aqueles que responderam receber esse

⁵⁵ A lógica da reciprocidade faz parte do cotidiano dessas famílias, fazendo referência à práticas solidárias, essa “hibridização” como coloca Sabourin (2007a), é uma das formas de inter-relação desses agricultores e é marcada por laços de proximidade, além de valores de solidariedade e economia solidária.

serviço, em 90% essa fora realizada pela Emater e apenas 10% pela Conab. Apenas 9,9% dessas famílias agricultoras estava ligada à algum tipo de associação ou cooperativa, dentre eles 57,1% se referiam à Associação dos Moradores da Serra do Maracajá, 28,6% ao Clube de Mães e 14,3% à Conab. Estivemos na casa do presidente da Associação dos Moradores da Serra do Maracajá durante a aplicação dos questionários, apesar desse afirmar que a maioria dos moradores da Serra seriam participantes da Associação, apenas quatro famílias, incluindo a dele, afirmaram de fato fazer parte da mesma. Em sua casa pudemos encontrar uma série de máquinas de costura industrial, segundo ele essas seriam utilizadas para que as mulheres moradoras do sítio fabricassem panos de prato, mais que a produção estava parada por não ter conseguido efetuar a venda da última remessa de panos por motivos burocráticos, o que estaria impedindo o giro de capital para a compra de nova matéria prima para a fabricação desses.

Apenas 12,2% dos indivíduos que exerciam atividade pecuária afirmaram participar de algum programa de incentivo à essa atividade, quando questionados sobre qual era o programa foi respondido que o mesmo se referia ao Pronaf B em 100% dos casos. A assistência técnica para atividade pecuária fora fornecida em apenas 12,2% das famílias entrevistadas, em todos os casos fora realizada pela Emater. Quando se trata de financiamento para atividade pecuária apenas 36,6% das famílias já se utilizaram desse recurso, fornecido pelo PRONAF B em 75% das vezes e pela Emater nas 25% restantes. O número de famílias que recebem essas assistências/incentivos à produção agropecuária é baixo e demonstra que as políticas públicas, que são propostas para o grupo não vêm atingindo o alcance necessário para provocar algum tipo de mudança na vida desses grupos familiares.

Segundo entrevista com o gerente do escritório da Emater em Puxinanã, o Sr. Luís de Araújo Fernandes, foi-nos informado que o município acessou no ano de 2013 ao PNAE, Pronaf e Garantia Safra, desses programas o Sítio acessou apenas o Pronaf e o Garantia Safra, a explicação do gerente da Emater no município para a fraca presença dessas políticas seria a impossibilidade de muitas dessas famílias em retirar a declaração de aptidão ao Pronaf, a DAP, ele explica:

Tem que pessoas que querem por fim da força ter direito à uma DAP e ele não pode acessar de jeito nenhum essa DAP (...) a renda total do produtor 50% tem que ser da agricultura (...) a gente encontra muita gente... algumas pessoas que moram em Campina Grande, mora em São

José da Mata, que tem a terra lá e não tem direito a acessar porque tem renda superior. (...) são pessoas que produzem pouco e tem outras rendas que no final acaba passando os 50% da renda total da família. Porque a DAP, que hoje é um calo grande pra gente, a gente tá tendo dificuldade com isso né? Porque muita gente, como é um benefício ao produtor, então pelo fato da pessoa ter uma propriedade acha que é produtor rural e se enquadra dentro desse programa e as vezes não se enquadra, tem muita gente que tem propriedade, vive na propriedade mas não se enquadra, mas acha que tem direito (...) todos os programas tem as suas regras e tem que ser cumpridas (...) a gente tá identificando várias pessoas dessa natureza, pessoas que chegou pra gente e deu uma informação e disse: *olhe eu trabalho*. Realmente ele mora no sítio, trabalha na Alpargatas, trabalha na pedreira lá perto de São José da Mata... ele planta, ele planta, mas a renda que ele tem fora da propriedade é maior que a renda que ele tem na propriedade, então ele não se enquadra de jeito nenhum.

O fato de ter uma produção pequena dentro do sítio em contraposição a uma renda não agrícola maior, termina por excluir muitas dessas famílias. A renda, nessa situação se mostra como definidora daqueles que estão aptos a receber tais políticas públicas. Essa situação nos chama a atenção para existência de outros grupos de agricultores familiares que ainda não conseguiram ser apoiados por tais políticas, como por exemplo os agricultores sem-terra, moradores etc. Esse fato nos reflete o vazio epistemológico que o conceito de agricultura familiar tem gerado, favorecendo a formação de uma massa de indivíduos que simplesmente não existem aos olhos das políticas públicas.

3.6 – DIETA BÁSICA E SEGURANÇA ALIMENTAR

O debate sobre segurança alimentar e nutricional vem ganhando destaque desde o final da década de 1970 e se referia principalmente à preocupação alimentar das nações, em referência à capacidade de cada país de garantir a produção da própria alimentação, posteriormente esse debate passa a considerar mais especificamente a questão da fome em decorrência da ocorrência desse problema em vários países do mundo. Dessa forma:

Atualmente SAN é concebida como uma estratégia para o desenvolvimento social (SEGURANÇA..., 2007), e a política nacional de segurança alimentar e nutricional vem sendo construída, e em certa medida coloca em prática, através de duas componentes principais: uma componente alimentar, relacionada à disponibilidade, produção, comercialização e acesso aos alimentos, e outra nutricional, relativa às práticas alimentares (escolha e forma de prepara dos alimentos, local e frequência de

consumo alimentar) e às características quimicobiológicas dos alimentos. (OLIVEIRA, COMITRE, BERGAMASCO et al, 2011, p.482)

Entendendo segurança alimentar como a realização ao direito de uma alimentação em quantidade e com qualidade de acordo com elementos culturais e ambientais, trabalhamos com essa dimensão de maneira tangencial, ou seja, entendendo que tal indicador possibilita entender de que forma os agricultores familiares alvo dessa pesquisa organizam suas estratégias produtivas e levam em consideração o discurso segurança alimentar e nutricional.

Em média as famílias residentes na Serra do maracajá fazem 3,58 refeições por dia, sendo que 58% das famílias essas refeições correspondem ao café, almoço, lanche e jantar. 8,2% das famílias entrevistadas responderam fazer apenas duas refeições por dia e 6,1% afirmaram fazer entre cinco e seis refeições por dia. Em 85,2% dos estabelecimentos visitados as famílias afirmaram que consomem alimentos variados e saudáveis, quando questionados sobre quais seriam os alimentos considerados saudáveis surgiram várias respostas, que podem ser visualizadas abaixo (ver tabela 2):

TABELA 2 – Alimentos considerados saudáveis

		Frequência	Percentual
Válido	Frutas e/ou Verduras	29	41,9
	Feijão	15	21,7
	Produtos sem agrotóxicos	5	7,2
	Produtos fornecidos por suas terras	6	8,7
	Não industrializados	3	4,3
	Rapadura	1	1,4
	Tubérculos	2	2,9
	Aquilo que não ofende	1	1,4
	Comida feita em casa	2	2,8
	Peixe/ Frango/Carne	2	2,8
	Não sabe informar	5	7,2
	Total	69	100,0
Missing	Não se aplica	12	
Total		81	

Fonte: Emilly Marques, 2013.

As respostas mais expressivas estatisticamente se referem ao consumo de frutas e verduras como os alimentos saudáveis que compõem a dieta da família, no entanto veremos mais adiante que o consumo desses itens não se dá de maneira expressiva, o consumo de verduras é de 35,8% e de frutas 13,6%. Podemos tirar duas conclusões disso: ou esses indivíduos ocultaram esses alimentos de suas dietas, talvez pelo caráter informal do consumo deles, já que muitas vezes não se sentam a mesa para comer um caju ou uma manga, por exemplo, mas o fazem ali mesmo ao passar pela própria fruteira, ou por considerar esses alimentos saudáveis e por isso mesmo uma resposta plausível a pergunta que lhes fora feita. Não há correlação entre o consumo de verduras e legumes e o plantio de hortaliças, assim como também não há correlação significativa entre plantar hortaliças e a crença de que a família tem uma dieta saudável, ou seja, estatisticamente, aqueles que possuem horta não o fazem por acreditar que assim podem estabelecer uma dieta alimentar mais saudável, o que contraria o discurso sobre segurança alimentar, já que a maior parte das famílias acreditam serem saudáveis alimentos como frutas e verduras e produtos sem agrotóxicos, num total de 56,5%, mas não exercem esses cultivos em seus sítios, com exceção das fruteiras.

Outras respostas que chamam atenção estão *produtos sem agrotóxicos e produtos fornecidos por suas terras*, essas respostas caracterizam um tipo de pensamento acerca da temática sobre alimentação saudável que é associada diretamente ao uso de produtos químicos nos cultivos, mais uma vez longe de ser o conceito de segurança alimentar propagado entre os nutricionistas, que além de uma alimentação de qualidade, promove a ideia de uma alimentação colorida e em quantidade suficiente para suprir as necessidades básicas de cada indivíduo.

Nesse sentido, o índice de insegurança alimentar na Serra do Maracajá corresponde a quase 46% do total da população, sendo que 30,8% se refere à insegurança alimentar do tipo leve, 7,4% ao tipo moderada e 7,4% ao tipo grave. Esses números são preocupantes considerando que quase metade das famílias tem, ou teve, incerteza ou preocupação quanto à garantia das próximas refeições, e são por isso submetidos não apenas à uma degradação física em decorrência da falta de alimentação, mas também psicológica. O temor de não ter o que pôr a mesa durante as refeições, a prática de reduzir as refeições da família para, quando muito, duas refeições por dia são atitudes no mínimo inquietantes, principalmente quando no domicílio residem crianças menores, cujo desenvolvimento muito certamente será afetado pela dieta alimentar.

3.6.1 – Descrição dos alimentos que compõem a dieta básica

As perguntas a respeito da composição da dieta alimentar das famílias agricultoras foram feitas a partir da eleição dos alimentos mais consumidos em cada refeição em ordem quantitativa. Os alimentos que foram mais citados na composição do café da manhã dessas famílias foram: bolachas (56,8%), pães (49,4%), leite (38,3%), café preto e/ou com leite (37% e 35,8%), cuscuz (30,9%), laticínios (25,9%), ovos (23,5%) e bolos (17,3%). A entrada de frutas frescas, sucos e cereais varia entre baixa e nula (9,9%, 4,9% e 0%, respectivamente). A maioria dos alimentos consumidos são industrializados, com exceção do leite e ovos em alguns casos. Os carboidratos são os elementos mais presentes na maioria das dietas dessas famílias agricultoras nessa refeição.

Em relação ao almoço os alimentos mais consumidos são Feijão (100%), arroz (95,1%), carne de gado (91,4%), farinha de mandioca (77,8%), verduras (35,8%), macarrão (24,7%) e cuscuz (19,8%). É possível perceber que o feijão aparece na composição da dieta alimentar de todas as famílias entrevistadas no horário do almoço,

sendo que em 98,8% o feijão é também o alimento que aparece em maior quantidade, seguido do arroz, com 91,4%. Já a farinha de mandioca varia entre o segundo ou terceiro alimento mais abundante. Apesar da carne de gado estar presente em 91,4% das mesas dessas famílias agricultoras, ela aparece em quarto lugar no quesito quantidade. As leguminosas tem fraca presença na mesa dessas famílias, com um valor de 12,3%, assim como sucos naturais, peixes e frango, 13,6%, 14,8% e 11,1% respectivamente. A tríade feijão, arroz e farinha, complementada pela proteína da carne, é a base alimentar dessas famílias agricultoras, que demonstram além disso, a inserção dos alimentos industrializados em suas dietas, manifestada mais claramente nesse caso pelo consumo do arroz e mesmo do macarrão.

Os alimentos mais consumidos no lanche são as bolachas (45,7%), café com e sem leite (21% e 19,8%), pães (16%), frutas (13,6%) e laticínios (13,5%). Os valores se referem ao total dessa população, como nem todos realizam lanche(s) os valores se encontram mais diluídos em relação às demais refeições. Os lanches tem a característica de ser uma refeição mais rápida, contendo menos alimentos e por isso mesmo uma variedade menor desses. Nessas famílias os lanches se resumem à massas, seja dos pães ou das bolachas, acompanhada de café, seja puro ou com leite.

Já os alimentos que compõe o jantar se distribuem da seguinte maneira: sopas (62,4%), cuscuz (53,1%), feijão (27,2%), carne de gado (18,5%), arroz (17,3%), tubérculos e leguminosas (13,6%) e leite (13,6%). É possível perceber que a alimentação dessas famílias no momento do jantar é composta majoritariamente de sopas e cuscuz, mas o interessante aqui é perceber mais uma vez a presença do feijão, presente no almoço e do leite, presente também no café. As sopas são os alimentos mais abundantes em 40,7% das famílias entrevistadas, já o cuscuz é o alimento mais abundante para 29,6% das famílias, enquanto a quantidade de feijão se sobrepõe aos demais alimentos em 14,6% das refeições na hora do jantar.

De forma geral os ingredientes que compõe a dieta alimentar dessas famílias agricultoras são formados por carboidratos e alimentos calóricos, essa é, inicialmente, uma requisição do trabalho pesado que os mesmos realizam, diante de uma vida dura e desgastante. Dificilmente um prato de salada e vegetais, por exemplo, supriria as necessidades calóricas de muitos desses indivíduos. Antes de mais nada, devemos entender que os requerimentos nutricionais dessas famílias ainda estão baseados na quantidade e não na qualidade dos alimentos como seria esperado.

3.6.2 – Relação entre produção e consumo

Em diversas situações a importância atribuída à produção do feijão se destacava, visto que nos anos anteriores este produto teve uma alta significativa⁵⁶. Os agricultores percebiam que garantir o feijão significava garantir ao menos o mais básico de sua dieta, dada à importância do mesmo em refeições como o almoço, visto que consideram o almoço a refeição mais importante do dia, pois é nele que ingerem uma quantidade mais significativa de calorias. Além disso, em média essas famílias agricultoras fazem cerca de três refeições por dia, e o feijão, não raramente, está em duas delas – almoço e jantar – fica mais visível perceber a importância deste alimento para as famílias. Já a produção dos itens farinha de mandioca, fubá, tubérculos, legumes e vegetais, em tese, seriam passíveis de serem produzidos no sítio, mas não o são. A penosidade entra nesse cenário com um papel de destaque, já que a produção da farinha de mandioca e do fubá demanda tempo, trabalho, conhecimento específico e equipamentos adequados para tal, diferentemente de outros tubérculos e raízes que podem ser consumidos de forma muito mais direta. A baixa produção de mandioca no Sítio contraria a produção de mandioca no município, onde esse é o produto mais cultivado.

O caso da mandioca e por isso mesmo da farinha de mandioca são exemplos particulares nesse contexto. O consumo da mandioca, ao contrário de gêneros similares como a batata doce e a macaxeira, não pode ser feito apenas através da simples cocção. A mandioca contém uma toxina, o cianeto de hidrogênio⁵⁷, que impede que a mesma seja consumida sem preparos específicos, sendo comum o entendimento dentre os agricultores de que a mandioca teria apenas duas funções: alimentar o gado, ou ser destinada à produção da farinha. Como já fora mostrado o consumo da farinha de mandioca ocorre entre 77,8% das famílias entrevistadas, no entanto a produção desse tubérculo não acompanha esse ritmo, e apenas 22,2% dessas famílias o plantam, entretanto, como será visto a seguir, mais de 90% das famílias compram a farinha de mandioca. Percebemos esse fato já durante a aplicação dos questionários, mas apenas com a análise dos dados é que nos foi possível visualizar a discrepância entre o consumo e a produção desse produto. Como poderia o feijão ser tão valorizada e estar a produção da farinha tão esquecido? Diante desse questionamento entrevistamos o senhor Antônio José, agricultor de 67 anos,

⁵⁶ O feijão chegou a custar até R\$ 8,00 reais o quilo, os maiores picos de variação ocorreram em 2012.

⁵⁷ Para mais informações ver: Instituto Nacional de Defesa do Consumidor do Sistema Financeiro. In: http://andif.com.br/index.php?tipo=noticia&cod=572#.VGVxK_nF_KM

um dos últimos moradores da Serra do Maracajá que ainda fabricava a farinha de mandioca, dele obtivemos uma resposta que pode explicar a escassez da produção da farinha de mandioca no Sítio:

Emilly: Seu Antônio, tá acabando né? A plantação da mandioca?

Antônio José: Praticamente acabou, uma pessoa planta um pouquinho só pro consumo, porque é muito dispendioso, aí fica comprada a farinha quando fica pronta...

(...)

Emilly: E pra plantar, desde o começo, como é, dá muito trabalho?

Antônio José: Muito trabalho, tem que fazer o lerão, fofar a terra, aí vai plantando, depois vem as limpas...

Emilly: São muitas limpas?

Antônio José: São umas cinco a seis limpas pra ela ficar pronta, e aqui é um ano e meio pra ele ficar no ponto de farinha sabe?

(...)

Emilly: E o senhor já fez muita farinha?

Antônio José: Muita!

Emilly: E foi? Como é o passo a passo?

Antônio José: É uma mão de obra muito grande, tem que arrancar a mandioca, vai ter uma pessoa... duas pessoas pra carregar pra cá, aí vem a raspagem, depois tem aquele processo de moer, imprensar, vai arrochar pra enxugar a massa, depois pra um forno, tem um torrador pra mexer a farinha e é isso aí...

Logo no primeiro momento da entrevista Seu Antônio explica que o trabalho de produzir mandioca acaba por pagar a mesma, ou seja, o gasto e o trabalho necessários a produção equivalem ao preço cobrado pela farinha no mercado. Esse seria um dos motivos para que os agricultores da Serra do Maracajá não desejem mais produzir a farinha. Além disso, a facilidade de encontrar farinha de mandioca industrializada, que hoje é vendida ensacada em qualquer mercado, influencia no momento da escolha dos agricultores sobre o que cultivar. Produzir, nesse contexto se torna dispendioso o suficiente para desestimular tal iniciativa. Entretanto, como foi remarcado no segundo capítulo, a produção de mandioca ocorre de maneira significativa no município de Puxinanã. É possível que os elementos que influenciam a produção da mandioca em outros sítios distribuídos no município não estejam presentes na Serra do Maracajá, entretanto, o fato do Sítio Serra do Maracajá não acompanhar essa produção reitera nossa proposta de uma agricultura familiar heterogênea e multivariada.

3.6.3 – Consumo e acesso aos mercados

Ao questionarmos as famílias sobre a aquisição de alimentos que compõe a dieta da família obtivemos como resposta uma extensa e variada relação de produtos, visto que a quantidade de itens adquiridos pelas famílias por meio da compra no mercado era significativa, então invertemos a pergunta e passamos a questionar sobre quais alimentos não eram comprados pela família, dessa forma a questão tornou-se mais objetiva, apontando para um grau elevado de dependência das famílias em relação ao mercado e na condição de consumidores de produtos básicos que compõem sua dieta alimentar, quais sejam: feijão, arroz, farinha, leite, ovos e carne. Diante disso tivemos que apenas 11,1% das famílias compram feijão, esse é de longe o alimento de menor índice de compra, seguido pelo ovo de galinha, com 43,2% de famílias que compram tal item. A compra do leite acontece em 63% dos estabelecimentos familiares e a compra da farinha de mandioca é realizada em 90,1% dos estabelecimentos visitados. Já a aquisição dos tubérculos é efetuada em 65,4% e a de verduras e legumes ocorre em 93,8% dos estabelecimentos visitados. Todos os outros alimentos componentes da dieta dessas famílias, como arroz, fubá, carne de gado, pães, bolos, biscoitos, café e laticínios são obtidos em sua totalidade⁵⁸ através dos mercados. Na fala da agricultora Isaura de Araújo, de 52 anos podemos perceber essa fragilidade

Emilly: Mas o feijão dá pro ano todo? O que planta ainda fica aqui?
 Isaura: Minha fia, acho que não, acho que não. Porque tem eles dois, o pequenininho com um ano e quatro meses já come feijão (em referência aos netos). Essa daqui é ela, um marido e um menino, a gente com mais Isaque e Vanderlan, dá não. Lucremos, com tudo, daqui pra Maria Tota, entre cinco ou seis sacos, mas se a seca puxar a gente ainda compra.
 Emilly: E é, tem que comprar?
 Isaura: Tem que comprar.
 Emilly: Aí tem que arrumar né? tem que dar um jeitinho?
 Isaura: É minha fia, e num é. Eu tava dizendo, se eu me aposentar, num era uma benção? Porque eu já tinha da onde, quando for pra comprar já tinha uma demão né? Sem sofrer tanto, porque num tem ganho por aqui não, jeito nenhum.

A compra dos alimentos que compõe a dieta básica das famílias agricultoras ocorre em 90% dos casos nos supermercados locais e 48,1% nas feiras locais. As outras

⁵⁸ Com exceção dos laticínios que possuem 4,6% de famílias que produzem parte ou todo os laticínios que consomem, como queijos, iogurtes e coalhadas.

formas de aquisição desses alimentos não têm presença significativa, possuindo menos de 5% das respostas, lembrando que mais de uma resposta poderia ser fornecida nesse quesito. O fato de a aquisição de alimentos através de trocas com vizinhos não estar inserida nesse caso não significa que a mesma não ocorra ou não tenha importância para essas famílias, que muitas vezes não racionalizam o processo de aquisição de alimentos de forma linear e podem não informar esse tipo de aquisição alimentar por considerar esse como um presente e não meramente um escambo, o que de fato não é.

Visto que os únicos alimentos que não são comprados são feijão, leite, ovo e em poucos casos a farinha de mandioca e tubérculos/raízes implica diretamente na afirmação de que essas famílias terão que adquirir o restante dos ingredientes que irão compor suas dietas através de outras formas a exemplo dos mercados e supermercados locais, ou mesmo através de trocas entre vizinhos ou com atravessadores, o que, como foi visto anteriormente, não ocorre de forma significativa. A dependência aos mercados por parte das famílias agricultoras não é algo novo, muito menos alarmante por si só, já que nunca existiu uma agricultura familiar independente e autossuficiente, até mesmo o camponês tradicional tratado por Wolf (1976) dependia da compra de certos itens para compor a reprodução de seu grupo familiar, fossem roupas, calçados ou mesmo o sal que temperava suas refeições. No entanto, o que deve chamar atenção aqui é a grande dependência dessas famílias agricultoras aos mercados nos quais essas famílias deveriam ter condições de se inserir plenamente também como vendedoras, e não apenas como consumidoras. O fato de sua participação nos mercados estar limitado ao papel de consumidores termina por sujeitá-los a uma dependência econômica fora do estabelecimento familiar, que nesse caso são as aposentadorias, programas assistenciais do governo ou mesmo o assalariamento dentro ou fora da agricultura. A busca dessas rendas vindas de fora por si só não representa nenhum problema, mas a dependência e a falta de alternativas dadas à esses indivíduos é o dado realmente preocupante.

CONCLUSÃO

Quando nos referirmos ao termo agricultor familiar de quais atores estamos falando? O Censo Agropecuário de 2006 responderia: ao importante grupo de produtores rurais que produzem boa parte dos produtos que compõe a cesta básica do trabalhador brasileiro. Ao mesmo tempo, contra argumentaríamos que corresponde a nenhum agricultor familiar e a todos por assim dizer. A institucionalização do conceito de agricultura familiar e dos agricultores familiares faz parte do jogo institucional em que estão inseridas as políticas públicas, porém a polissemia do conceito gera uma série de problemas, como a exclusão de certos grupos e o não reconhecimento de outros, invisibilizados institucionalmente a exemplo da diversidade que compõem a agricultura familiar no semiárido nordestino. Esse não é o único problema das políticas públicas que vêm sendo formuladas para esse setor, mas também é preciso colocar que tais políticas vêm se reformulando, encontrando maneiras de superar as barreiras que lhes são postas na prática, um exemplo disso é o Pronaf Mulher, Pronaf Jovem, Pronaf Agroecologia, Pronaf Semiárido, que possibilitam que outras famílias agricultoras acessem o crédito e invistam em estratégias produtivas específicas. Entretanto não se pode negar também que é necessário buscar as falhas e as lacunas deixadas por essas políticas, enxergar o que e quem está sendo deixado de fora, e como a adoção de uma definição de agricultura familiar pode excluir indivíduos e grupos reais do acesso às políticas públicas e à cidadania.

Agricultura familiar, não é algo novo, nem de forma prática e nem como uma categoria descritiva, mas o vazio epistemológico que lhe tem sido dado faz com que a mesma assuma um papel de destaque e de transformação. Esse conceito deve passar por um alargamento que leve em consideração não apenas as categorias de renda e sim a capacidade de adaptação e de resistência dessas famílias diante das transformações. O fato do rural brasileiro não ser homogêneo enfatiza a necessidade da formulação de uma tipologia que leve em consideração as relações sociais predominantes em cada localidade. Reafirmamos, com base na vivência da pesquisa que o conceito de agricultura familiar assume a forma de um guarda-chuva, abrigando uma multiplicidade de atores diferentes que podem variar do camponês clássico ao agricultor familiar marginal, moderno, integrado etc, mas que possuem uma mesma característica em comum: exercem trabalho rural do tipo familiar. É necessário que esses indivíduos sejam não só bem entendidos, mas principalmente, que sejam ouvidos nos seus desejos, vontades e necessidades. É

necessário que o conceito de agricultor familiar perca seu vazio epistemológico e passe denominar também sentimentos, tradições, e toda uma gama de elementos subjetivos que hoje são postos de lado pela Lei da Agricultura Familiar.

O fato de haver uma parcela de agricultores familiares capazes de garantir a reprodução do seu grupo familiar através da agricultura é um sinal de esperança de que outros grupos também podem alcançar, mas essa vitória não deve apagar os problemas que vêm sendo enfrentados por outros grupos de agricultores familiares. Na conjuntura política, social e econômica brasileira ainda persistem problemas básicos como acesso à terra em quantidade e com qualidade. Esse é e sempre foi um dos grandes entraves à constituição da camada mais pobre de agricultores familiares. A questão agrária ainda é um problema a ser analisado na atual conjuntura política brasileira e funciona como um divisor de águas entre os capacitados a exercer a agricultura e aqueles que não possuem terra para exercer. Destarte, é preciso colocar que apenas a posse de terras não se configura, sozinha, como meio suficiente para concretização dessa agricultura. No semiárido nordestino as condições edafoclimáticas, às vezes de solo, de estradas etc., em geral não favorecem a realização de uma agricultura que sem tecnologia, assistência técnica e acesso ao crédito seja capaz de prover as necessidades básicas das famílias agricultoras, relegando essa agricultura familiar, que também faz parte do imenso e diverso cenário que compõem a diversidade da agricultura familiar no Brasil a um lugar marginal, econômico e socialmente.

As melhorias no rural brasileiro tem ajudado essa população a enfrentar os problemas diários, mas até então nos aparecem meramente como paliativos para problemas ainda maiores. Um exemplo dessa situação é o Programa 1 milhão de cisternas, que com certeza é uma alternativa para evitar que essa população passe sede, o acesso à essa política se deu forma homogenia, ao menos no nosso *locus* de pesquisa, mas de forma geral esses agricultores mais empobrecidos continuassem vulneráveis a escassez de recursos hídricos. Políticas como essa ainda suprem necessidades muito básicas, que dizem respeito à sobrevivência, mas não impactam de forma alguma as condições de produção dessas famílias. Muitas dessas famílias ainda estão sujeitas à subsistência, a marginalização e muitas vezes até mesmo a criminalidade e essa é uma realidade que precisa ser mudada.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOWAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: Ed. Edusp. 2007. 294 p.

ALIER, J. M. O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valorização. 2ª ed. São Paulo: Contexto. 2007. 544 p.

ALVES, Eliseu. (2003). Racionalidade dos agricultores: o que dizem os dados?. Revista Agronomia e Agronegócio. Departamento de Economia Rural – Volume 1.

ANDRADE, Manuel Correia de. (1963). As tentativas de organização das massas rurais – As Ligas Camponesas e a sindicalização dos trabalhadores do campo. In: Camponeses Brasileiros: leituras e interpretações clássicas Vol. 1/ organização Clifford Andrew Welch... [et al.] Editora UNESP, p.73-88.

AQUINO, Joacir Rufino de.; RAMDOMSKY, Guilherme F. W.; SPOHR, Gabriela. PEÑAFIEL, Adriana Paola Paredes.; RAMDOMSKY, Camila W. (2014). Dimensão e características do público potencial do grupo B do Pronaf na região Nordeste e no estado de Minas Gerais. **In:** Aspectos multidimensionais da agricultura brasileira: diferentes visões do Censo Agropecuário 2006 / organizadores : Sergio Schneider, Brancolina Ferreira, Fabio Alves. – Brasília : Ipea, 2014. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_aspectos_multidimensionais.pdf. Acessado em: 08/05/2014.

BRITO, Celestino de Oliveira. (2007). Limites para a adequação da agroindústria artesanal familiar aos mecanismos de mercado. In: Ruralidades e questões ambientais: estudo sobre estratégias, projetos e políticas. Organizadores: Alfio Brandenburg ET AL. Brasília: MDA (NEAD estudos 20).

CANDIDO, Antônio. (1989) Parceiros do Rio Bonito. São Paulo: Editora 34.

CASTRO, Josué de. (2011). Geografia da fome. 11ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CARON, Patrick; SABOURIN, Eric. (2003) Contexto e diversidade das agriculturas familiares do Nordeste Semiárido. In: _____. Camponeses do Sertão: mutação das agriculturas familiares no Nordeste do Brasil. Brasília, EMBRAPA.

CARNEIRO, Maria José. (1997). Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. In: Estudos Sociedade e Agricultura,: 70-82. Disponível em: http://cac.php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario6/arqs/Trab_completos_estado_lutas_sociais/Politica_publica_e_agricultura_familiar_leitura_pronaf.pdf. Acessado em: 29/03/2014

CASSOL, Abel Perinazzo. (2013). Redes agroalimentares alternativas : mercados, interação social e a construção da confiança, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia,

Disponível em:
<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/79442/000900224.pdf?sequence=1>.
 Acessado em 22/08/2014.

Censo Agropecuário de 2006. Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.shtm>
 Acessado em: 12/04/2013.

CHAYANOV, Alexander. V (1974). *Presentación*; Cap. 3: La organizacion de la unidad econômica campesina. Ediciones Nueva Vision. Buenos Aires.

COSTA, Fernando Bastos. (2008). *Desempenho do crédito rural na redução da pobreza*. In: *Financiamento rural: dos objetivos as escolhas efetivas*. Organizado por: Aldenor Gomes da Silva. Porto Alegre: Sulina.

DELGADO, G. da C. (2005). *A questão agrária no Brasil, 1950-2003*. Disponível:
http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/126539/mod_resource/content/2/Guilherme%20%20Delgado%20Quest%C3%A3o%20Agr%C3%A1ria.pdf. Acessado em: 11/04/2014.

DUVAL, Henrique Carmona. VALENCIO, Norma Felicidade L. S., FERRANTE, Vera Lúcia S. Botta. (2011). *Saberes e práticas alimentares de famílias assentadas*. In: *Assentamentos Rurais no século XXI*. São Paulo, INCRA.

FAFARETO, Arilson & SEIFER, Paulo (2012). *As diferentes formas de definir o rural brasileiro e algumas tendências recentes – Implicações para políticas de desenvolvimento e combate à pobreza*. In: *A nova cara da pobreza rural: desafio para as políticas públicas*. Organizado por: Antonio Marcio Buainain el AL. Brasília: IICA (Série de desenvolvimento sustentável, vol. 16)

FRITZ et al. (2008). *A insegurança alimentar no Rio Grande do Sul – uma análise comparativa entre o rural e o urbano*. Apresentado em Encontro de Economia Gaúcha (4. : 2008 maio : Porto Alegre, RS). Anais do evento. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/473.pdf> . Acessado em: 12/09/2011

GARCIA JUNIOR, Afrânio Raúl. (1998) *Libertos e Sujeitos – sobre a transição para trabalhadores livres do Nordeste*. Rev. bras. Ci. Soc. v.3 n.7 São Paulo jun. Disponível em:
http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=230:rbc-07&catid=69:rbc&Itemid=399. Acessado em: 12/02/2014.

GARCIA JUNIOR, Afrânio Raúl; HEREDIA, Beatriz Alasia de. (2009). *Campesinato, família e diversidade de explorações agrícolas no Brasil*. In: *GODOI, Emília Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de e MARIN, Rosa Acevedo. Diversidade do campesinato: expressões e categorias*, v. 2. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF. Pp: 213 – 244.

GASQUES, José G. et al. (2005). *Agricultura Familiar e PRONAF: análise de alguns indicadores*. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/2/504.pdf> Acesso em: 29/03/1014

GAZOLLA, Marcio. SCHNEIDER, Sergio. (2004). O Papel da Agricultura Familiar para a Segurança Alimentar: uma análise a partir do Programa Fome Zero no município de Constantina/RS. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/406.pdf>. Acessado em: 29/03/2014

GAZOLLA, Márcio. (2007) A produção da autonomia: os “papéis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. Artigo publicado na Revista Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, (UFRRJ), v. 15, p. 89-122, 2007. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/6/250.pdf> . Acessado em: 29/03/1014.

GRIZA, Cátia. (2010) As políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: um ensaio a partir da abordagem cognitiva. Revista Agroalimentar, ISSN 1316-0354, Vol. 16, Nº. 31, 2010, pags. 65-79 Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=199215829005> . Acessado em: 29/03/2014.

GROSSI, Mauro Del. (2012). Pobreza e externa pobreza no Brasil Rural. In: A nova cara da pobreza rural: desafio para as políticas públicas. Organizado por: Antonio Marcio Buainain el AL. Brasília: IICA (Série de desenvolvimento sustentável, vol. 16)

GOMES, Ramonildes Alves. (2005). A qualidade de vida das famílias no perímetro irrigado de São Gonçalo: ética e racionalidade. Tese de doutorado. UFPE – PPGS.

GUANZIROLI, Carlos E. (2007). PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. In: Rev. Econ. Sociol. Rural vol.45 no.2 Brasília Apr./June 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032007000200004. Acessado em: 11/04/2014.

JOLLIVET, Marcel (1998). A “vocação atual” da sociologia rural. Estudo Sociedade e Agricultura, n. 11, p. 5-25.

KAGEYAMA, Angela A. (2008) Desenvolvimento rural: conceitos e aplica o ao caso brasileiro. Porto Alegre. Editora da UFRGS.

KAGEYAMA, Angela A. BERGAMASCO, S nia M. P. (1990). A estrutura da produ o no campo em 1980. Disponível em: seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/download/1904/1553. Acessado em: 02/05/2014

KAGEYAMA, Angela A; BERGAMASSO, S nia M. P. P.; OLIVEIRA, Julieta Aier de. (2014). Uma classifica o dos estabelecimentos agropecuários do Brasil a partir de censo de 2006. In: Aspectos multidimensionais da agricultura brasileira: diferentes visões do Censo Agropecuário 2006 / organizadores : Sergio Schneider, Brancolina Ferreira, Fabio Alves. – Brasília : Ipea, 2014. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_aspectos_multidimensionais.pdf. Acessado em: 08/05/2014.

HELFAND, Steven M.; MOREIRA, Ajax R. B.; JUNIOR, Edward W. Bresnyan. (2014) Agricultura familiar, produtividade e pobreza no Brasil: evidências do Censo Agropecuário 2006. In: Aspectos multidimensionais da agricultura brasileira: diferentes visões do Censo Agropecuário 2006 / organizadores : Sergio Schneider, Brancolina

Ferreira, Fabio Alves. – Brasília : Ipea, 2014. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_aspectos_multidimensionais.pdf. Acessado em: 08/05/2014.

LAMARCHE, Hugues. (1993). A agricultura familiar: comparação internacional. Campinas – SP. Editora da UNICAMP.

MALUF, Renato S. (2011) Segurança Alimentar e Nutricional. Rio de Janeiro, Editora Vozes.

MAZOYER, Marcel & ROUDART, Laurence. (2010) História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DR: NEAD.

MENDRAS, Henri. (1969) Sociologia do meio rural. In: Sociologia Rural. Zahar Editores;

MENESES, Valdênio de Freitas (2014). Associativismo e caprinocultura: políticas públicas e “politicagem” no Cariri paraibano. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais - UFCG.

MÜLLER, Ana Luiza. (2007). A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil : o caso do Programa de Aquisição de Alimentos. Disponível em: http://www.ufrgs.br/pgdr/dissertacoes_teses/arquivos/mestrado/PGDR_M_62_MULLER.pdf. Acessado em: 08/05/2014

NAVARRO, Zander & PEDROSO, Maria Thereza Macedo (2011). Agricultura familiar: é preciso mudar para avançar. Brasília-DF: Embrapa informação tecnológica.

NEDER, Henrique Dantas.; FILHO, Niemeyer A.; MUNIZ, Rômulo Santos. (2014). As implicações sociais e econômicas das alterações no padrão de produção agrícola no Brasil: produção de biobustíveis, agricultura familiar, desenvolvimento rural e segurança alimentar. In: Aspectos multidimensionais da agricultura brasileira: diferentes visões do Censo Agropecuário 2006 / organizadores Sergio Schneider, Brancolina Ferreira, Fabio Alves. – Brasília : Ipea, 2014. Disponível em: [_____imensionais.pdf](#). Acessado em: 08/05/2014.

NEVES, Delma Pessanha. (1997). Agricultura familiar e mercado de trabalho. Estudos Sociedade e Agricultura. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/viewFile/103/99>. Acessado em: 02/05/2014

NEVES, Delma Pessanha. (2005) A agricultura familiar e o claudicante quadro institucional. In: XXIII Congresso de la Asociación Latino Americana de Sociología (Alas). Universidade de San Carlos, Guatemala, 29 de outubro a 3 de novembro de 2001. Comissão n° 21: Crisis, agropecuária, globalización y alternativas campesinas.

NUNES, Aldo Manoel Branquinho (2011). A (re)pecuarização do semiárido nordestino: reconversões produtivas entre agricultores familiares do Pajeú (PE). Dissertação de mestrado. Campina Grande-PB: UFCG

OBBERG, Kalervo. (1957). O campônio marginal no Brasil rural. In: Camponeses Brasileiros: leituras e interpretações clássicas Vol. 1/ organização Clifford Andrew Welch... [et al.] Editora UNESP, p.181 – 192

OLIVEIRA, Julieta Aier de. COMITRE, Valéria. BERGAMASCO, Sônia Maria Pessoa Pereira. et al (2011) Reforma agrária e segurança alimentar: do combate à fome a promoção da agricultura familiar no Pontal do Paranapanema. In: Assentamentos Rurais no século XXI. São Paulo, INCRA.

PLOEG, Jan Douwe Van Der (2010). Dez qualidades da Agricultura Familiar. Revista Agriculturas: experiências em agroecologia, Número Extra. Disponível: http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2014/02/Agriculturas_Caderno_Debate-N01_Baixa.pdf. Acessado: 25/08/2014

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. (1963). Uma categoria rural esquecida. In: Camponeses Brasileiros: leituras e interpretações clássicas Vol. 1/ organização Clifford Andrew Welch... [et al.] Editora UNESP, p. 57-72.

SABOURIN, Eric. (2007) a. Camponeses do Brasil entre a troca mercantil e a reciprocidade. Disponível em: http://www.jornaldomauss.org/periodico/wp-content/uploads/2009/06/camponeses_do_brasilprimeiras_paginas.pdf. Acessado em: 12/02/2015.

SABOURIN, Eric. (2007) b. Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula?, Sociedade e Estado, Brasília, v. 22, n. 3, p. 715-751. set./dez. 2007. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/se/v22n3/09.pdf> . Acessado em: 23/05/2014.

SOUZA, Luciano Ricardio de Santana. (2011). A modernização conservadora da agricultura brasileira, agricultura familiar, agroecologia e pluriatividade: diferentes óticas de entendimento e de construção do espaço rural brasileiro Cuadernos de Desarrollo Rural [On-line] 2011, 8 (Julio-Diciembre) : [Data de consulta: 28 / outubro / 2014] Disponível em:<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=11722041010>> ISSN 0122-1450

SHNEIDER, Sergio. (2001). A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. In: Estudos Sociedade e Agricultura, nº16.

_____. (2003). Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. RBCS Vol. 18 nº. 51 fevereiro/2003. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15988.pdf>. Acessado em: 25/05/2014

_____. (2006). A diversidade da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

_____. (2010) Reflexões sobre diversidade e diversificação – Agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. Ruris, v. 4, n. 1, p. 85-131, março, 2010. Disponível em: www.ifch.unicamp.br > Capa > v. 4, n. 1 (2010) > Schneider. Acessado em: 29/03/2014.

SCHMITZ, Heribert. MOTA, Dalva Maria da (2006). Agricultura familiar: categoria teórica e/ou de ação política?. FRAGMENTOS DE CULTURA, Goiânia, v. 16, n. 11/12, p. 907-918, nov./dez. 2006. Acessado em: 10/04/2014 . Disponível em: http://cultura.ufpa.br/cagro/pdfs/AA_selecao/2010/schmitz_e_mota_2007.pdf

SILVA, José Graziano da. (1980). O que é a questão agrária. Coleção Primeiros Passos.

TEXEIRA, Islandia Bezerra da Costa & GOMES DA SILVA, Aldenor. (2008). A realidade do padrão alimentar de famílias rurais no Nordeste. In: Financiamento rural: dos objetivos as escolhas efetivas. Organizado por: Aldenor Gomes da Silva. Porto Alegre: Sulina.

TONIETTO, Mariléia. (2007). O sentido da tradição na ruralidade contemporânea. In: Ruralidades e questões ambientais: estudo sobre estratégias, projetos e políticas. Organizadores: Alfio Brandenburg ET AL. Brasília: MDA (NEAD estudos 20).

VEIGA, José Eli da. (2002). Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Autores associados.

VELHO, Otávio Guilherme A. C. (1969). O conceito de camponês e sua aplicação à análise do meio rural brasileiro. In: Camponeses Brasileiros: leituras e interpretações clássicas Vol. 1/ organização Clifford Andrew Welch... [et al.] Editora UNESP, p.89-96

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel (1996). Raízes históricas do campesinato brasileiro. XX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. GT 17. PROCESSOS SOCIAIS AGRÁRIOS. CAXAMBU, MG. OUTUBRO 1996. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Ra%C3%ADzes%20Historicas%20do%20Campesinato%20Brasileiro%20-%20Maria%20de%20Nazareth%20Baudel%20Wanderley%20-%201996.pdf>. Acessado em: 15/02/2015.

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel (2009). O mundo rural como um espaço de vida. Porto Alegre: Editora da UFRGS

WOLF, Eric. (1976) Sociedades Camponesas. Rio de Janeiro: Zahar Ed. Segunda edição.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. (1981). Sitiantes e roceiros: a produção camponesa num contexto de pecuarização. Brasília – DF

WOORTMANN, Klaas.(1987) “Com parente não de neguceia” – O campesinato como ordem moral. In: Anuário Antropológico/87. Editora Universidade de Brasília.

WOORTMANN, Klaas. (2009/1990). Migração, família e campesinato. In: Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas. Vol. 1. São Paulo: Editora UNESP. Pp: 217 – 240.

APÊNDICE I

Questionário I

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
LABORATÓRIO DE SOCIOLOGIA APLICADA**

QUESTIONÁRIO

Número identificador: _____

A. DADOS SOBRE O DOMICÍLIO FAMILIAR

1- Família: _____ Lote: _____

2- A família mora há quanto tempo na Serra do Maracajá? _____

3- Morou em outro local antes?

() Sim () Não

Onde? _____

3.1 -Por que decidiu vir morar na Serra do Maracajá?

- () por causa da família
- () por motivo de trabalho
- () por indicação de alguém
- () porque é o lugar de origem
- () porque recebeu herança
- () Outros motivos _____

4 – A casa de moradia é uma construção do tipo:

- () Casa de taipa construída
- () Instalações de alvenaria já existentes na área
- () Inicialmente casa de taipa e depois reformada para alvenaria
- () Outro. Especificar: _____

5- Há mais de uma família na residência?

() Sim. Qual? _____ Quantas? _____

() Não

11- Qual é o tamanho da propriedade? _____

12 - Na propriedade tem:

- Chiqueiro/ aves
- Chiqueiro/ porco
- Chiqueiro/ caprinos e ovinos
- Curral
- Área de pasto natural (solta)
- Pasto plantado (capineira)
- Carroça
- Máquinas
- Ferramentas de trabalho
- Sementes
- Cisterna

12. 1- Que animais a família cria?

- Galináceos. Quantos? _____
- Bovinos. Quantos? _____ *
- Caprinos. Quantos? _____
- Ovinos. Quantos? _____
- Equinos/asinos. Quantos? _____
- Suínos. Quantos? _____
- Peixes

12. 2 - Qual a principal atividade da família? _____

12.3 – Há quanto tempo desenvolve essa atividade? _____

Informações sobre a atividade agrícola

13 - O que é plantado no roçado? Numere de acordo com a participação na área plantada e a importância referida pelo informante segundo o tamanho da área plantada:

- milho _____ feijão _____ mandioca _____ batata _____
- algodão _____ fruteiras _____ hortaliças _____
- outros. Especificar: _____

14- A família recebe algum tipo de assistência técnica para a produção agrícola?

- Sim Especificar: _____ Não

15. A família participa de algum cultivo coletivo ?

- Sim Não

16 - Qual o sistema de cultivo adotado

- rotação de culturas
- consórcio de culturas

- () monocultura
 () policultura
 () Outro. Qual? _____

C. ATIVIDADE DA PECUÁRIA

17- Exerce atividade da pecuária?

- () Sim () Não (**passar para questão 30**)

18- De que maneira começou na atividade da pecuária (bovinos, caprinos e ovinos)?
 (**podem ser marcadas 2 opções**)

- () **Aprendeu a atividade com os parentes (pais, avós etc.)**
 () Através de associação com os vizinhos
 () Aquisição de animais com recursos próprios
 () Aquisição de animais a partir de incentivos de programas (SEBRAE, etc)
 () A partir de incentivo de crédito pelo PRONAF
 () PAA- Leite
 () Outros . Especificar _____

19- Em que tipo de pecuária a família começou? _____

19.1- Sempre trabalhou com esse tipo de pecuária?

- () Sim
 () Não. (Antes trabalhava com o que? _____)

20 - Na propriedade a pecuária (bovinos, caprinos, ovinos) é voltada principalmente para: (**2 podem ser marcadas**)

- () Bovinocultura de corte
 () Bovinocultura de leite
 () Caprinocultura de corte
 () Caprinocultura de leite
 () Ovinocultura (corte)

- Caso responda as atividades ligadas a produção de leite não responder a questão 21
- Caso responda as atividades apenas ligadas a pecuária de corte não responder questão 22

21- Qual o destino da produção da pecuária de corte na propriedade? (mais de uma pode ser marcada)

- () Feira de animais. Em que cidade (s) vende os animais _____
 () Consumo próprio

- Atravessador
- Matadouro
- Frigorífico/açougues
- Supermercados
- Programa de aquisição de alimentos
- Outro. Qual? _____

22- Qual o destino da produção leiteira na propriedade?

- Feira livre
- Consumo próprio
- Venda direta na cidade
- Atravessador
- PAA- Leite
- Usina
- Outro. Qual? _____

23 –O produtor está ligado a alguma associação/cooperativa ?

- Sim . Qual? _____
Desde quando? _____
- Não

24 – Participa de algum programa de incentivo à pecuária?

- Sim. Qual (is) ? _____
- Não

25- Recebe algum tipo de assistência técnica para a atividade da pecuária?

- Sim . Especificar _____
- Não

26 - Recebeu algum tipo de financiamento para a atividade da pecuária?

- Sim . De que programa? _____
- Não

27- Quais instalações possui para a atividade da pecuária na propriedade?

(bovinos,caprinos, ovinos)

- Aprisco
- Sala de ordenha
- Curral de Manejo. (Caso tiver, perguntar se é de alvenaria)
- Cabriteiro
- Plantação de forragem

28- Como faz para alimentar o rebanho? () Ração

- Capim
- Forragem
- Silagem

29- Caso alimente com forragem informe qual ou quais espécies:

- palma
- sorgo
- buffel
- elefante
- gitirana
- capim
- feijão
- bravo
- palma
- jurema
- algaroba
- leucena

C. INFORMAÇÕES SOBRE TRABALHO E RENDA

30- Quantos membros da família trabalham na propriedade?

31- Quais atividades rurais o pai da família exerce? Numerar por ordem de dedicação

- Agricultura Pesca Caça Atividade Pecuária lenhador
- Criação de aves Cuidado com os quintais Não exerce
- Outros _____

32- O pai da família exerceu ou exerce outros tipos de trabalho além da pecuária e da agricultura?

- Não
 - Sim. Que trabalhos?
-

33- Quais atividades rurais a mãe da família exerce?

- Agricultura cultivo de horta
- Criação de bovinos ou caprinos
- Criação de aves
- Cuidado com os quintais
- Não exerce
- Outros

34- A mãe da família exerceu ou exerce outros tipos de trabalho além da pecuária e da agricultura?

- Não Sim.
- Que trabalhos? _____

35- Quais atividades rurais os filhos (crianças e adolescentes) exercem? (Pular caso não haja filhos – crianças e adolescentes em casa)

- Agricultura
- Criação de bovinos ou caprinos

- () Criação de aves
- () Cuidado com os quintais
- () Não exercem
- () Outros

36- Há contratação de mão de obra externa à família? (Caso a resposta seja não pular a X)

- () Sim Em que época? _____
- () Não

36.1- Qual a frequência?

- () Diária
- () Semanal
- () Mensal
- () Anual

37 - Quais as fontes de renda não-agrícolas que a família possui?

- () Não possui renda não-agrícola
- () Aposentadoria.
- () Programas assistências dos governo federal, estadual ou municipal.

Quais? _____

- () Salário
- () Comércio
- () Transferência de rendas privadas

38 - Algum membro da família exerce alguma atividade não agrícola remunerada?

- () Sim. Qual? _____
Onde? _____

() Não

39- Algum membro da família exerce alguma atividade agrícola remunerada fora da área familiar?

- () Sim Onde? _____
Com que frequência? _____
Qual a forma de assalariamento? _____

() Não

40- Qual o valor de renda mensal e monetária a família recebe? (Aproximado)

41- Qual o valor estimado de renda não monetária a família recebe?

D. USO DOS RECURSOS NATURAIS

42 - Onde vocês pegam água para beber?

- () Açude. Qual? _____
- () Tanque natural. Qual? _____
- () Poço. Qual? _____
- () Cisterna. Qual? _____
- () Barreiro. Qual? _____
- () Adutora

42.1- O reservatório é próprio ou comunitário? () Próprio () Comunitário

42.2 – Em caso de ser comunitário, com que frequência a família pega água para beber?

- () uma vez por semana
- () duas vezes por semana
- () três vezes por semana
- () Todos os dias
- () Outros/l.

43 - Onde vocês buscam água para gasto?

- () Açude. Qual? _____
- () Tanque natural. Qual? _____
- () Poço. Qual? _____
- () Cisterna. Qual? _____
- () Barreira. Qual? _____
- () Adutora

43.1- Com que frequência vocês buscam água para o gasto?

- () uma vez por semana
- () duas vezes por semana
- () três vezes por semana
- () Todos os dias

43.2- O reservatório é próprio ou comunitário? () Próprio () Comunitário

44 - Como a família faz para dar água aos animais?

- () Animais vão beber em açude. Qual? _____
- () Animais vão beber em tanque natural. Qual? _____
- () Família pega água de poço. Qual? _____
- () Família usa água de cisterna. Qual? _____
- () Animais vão beber em um barreiro. Qual? _____
- () Pega água da adutora

44.1- Com que frequência vocês buscam água para os animais?

- () uma vez por semana
- () duas vezes por semana
- () três vezes por semana
- () Todos os dias

44.2- O reservatório é próprio ou comunitário? () Próprio () Comunitário

Alimentação e dieta básica

45- Quantas refeições a família faz diariamente?

45.1- Quais?

46- Como se compõe o café da manhã? (Mais de uma opção pode ser marcada – enumere segundo a predominância de consumo dos alimentos)

() Café preto () café com leite () só leite () chá () suco de frutas natural
 () Laticínios () Tubérculos e leguminosas () Carnes () Ovos () Pães ()
 Cereais () Frutas () bolos () bolachas () cuscuz () Outros

47- Como se compõe o almoço diariamente? (Mais de uma opção pode ser marcada – enumere segundo a predominância de consumo dos alimentos)

() feijão () arroz () farinha de mandioca () cuscuz () ovos () carne
 de vaca () Legumes () verduras () sucos () frango/galeto () galinha
 caipira () outras fontes de proteína animal () peixe () rapadura () outros

48- Como se compõe o jantar?

() feijão () arroz () farinha de mandioca () cuscuz () ovos () carne
 de vaca () Legumes () verduras () sucos () frango/galeto () galinha
 caipira () outras fontes de proteína animal () peixe () rapadura () sopas
 () tubérculos e leguminosas () pão () outros derivados de milho () outros

49- Como se compõem os lanches?

() Café preto () café com leite () leite () chá () suco de frutas natural ()
 Laticínios () Tubérculos e leguminosas () sucos industrializados () Ovos ()
 Pães () Cereais () Frutas () bolos () bolachas () doces () cuscuz () mel
 () rapadura () Outros

50- A dieta muda durante os finais de semana?

() Sim () Não

Quais alimentos são acrescentados?

51- A dieta muda ao decorrer do ano?

Sim Não

Quais alimentos são acrescentados?

52- A família consome alimentos variados e saudáveis? Sim Não

Se sim, quais dos alimentos presentes na alimentação considera saudáveis?

53- Quais alimentos costumam ser comprados?

54- Onde são adquiridos os alimentos que a família não produz?

Feiras locais

Mercados locais

Supermercados da cidade

Através de trocas com outros agricultores e vizinhos

Trocas com atravessadores

Outros

55 – Qual o destino da produção agrícola?

Consumo

Consumo/ venda

Venda

Não produz

56 – Guarda sementes para a plantação seguinte? _____

57 – É proprietário do sítio? _____

APÊNDICE II – FOTOS

Luís Honorato em seu sítio (neto do proprietário original da Serra do Maracajá)



Fonte: Emilly Marques. 15/12/2014

Casa que pertenceu ao senhor Manuel Pedro, primeiro proprietário do Sítio Serra do Maracajá



Fonte: Emilly Marques. 15/12/2014

ANEXO I

Questionário EBIA

EBIA – Escala Brasileira de Insegurança Alimentar
--

Entrevistador:

- ✓ todas as questões da **EBIA Hoje** se referem aos **últimos 3 meses**.
- ✓ verifique no quadro de demografia se tem na família pessoas com menos de 18 anos e:
 - 0 não tem menores de 18 anos => avance na EBIA até a questão 8, observando as condições após a questão 4.
 - 1 tem menores de 18 anos que comem habitualmente na casa => avance na EBIA até o final, observando as condições após a questão 4.

Questão 132 - EBIA Hoje

1. Nos últimos 3 meses, algum morador deste domicílio teve a preocupação de que a comida acabasse antes que tivessem dinheiro para comprar mais comida?

1 Sim 0 Não 99 não sabe / não respondeu

2. Nos últimos 3 meses, os alimentos acabaram antes que os moradores desse domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida?

1 Sim 0 Não 99 não sabe / não respondeu

3. Nos últimos 3 meses, os moradores desse domicílio ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada?

1 Sim 0 Não 99 não sabe / não respondeu

4. Nos últimos 3 meses os moradores deste domicílio comeram apenas alguns poucos tipos de alimentos que ainda tinham, porque o dinheiro acabou?

1 Sim 0 Não 99 não sabe / não respondeu

Entrevistador: observar as respostas das questões 1 a 4:

- ✓ Se **todas** as respostas foram **Não** => vá para a questão 9 da EBIA se houver menor ou vá para a questão 133 se não houver menores de 18 anos na casa.
- ✓ Se **pelo menos uma** resposta foi **Sim** => continue perguntando.

5. Nos últimos 3 meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro para comprar a comida?

1 Sim 0 Não 99 não sabe / não respondeu

6. Nos últimos 3 meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, comeu menos do que achou que devia, porque não havia dinheiro para comprar comida?

1 Sim 0 Não 99 não sabe / não respondeu

7. Nos últimos 3 meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade sentiu fome, mas não comeu, porque não tinha dinheiro para comprar comida?

1 Sim 0 Não 99 não sabe / não respondeu

8. Nos últimos 3 meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade ficou um dia inteiro sem comer ou, teve apenas uma refeição ao dia, porque não tinha dinheiro para comprar a comida?

1 Sim 0 Não 99 não sabe / não respondeu

Entrevistador:

- ✓ As questões 9 a 14 são **apenas** para os domicílios que têm pessoas de **0 a 17 anos**.
- ✓ Se o domicílio **não** tiver menores de 18 anos => vá para a questão 133.

9. Nos últimos 3 meses, os moradores com menos de 18 anos de idade, não puderam ter uma alimentação saudável e variada, porque não havia dinheiro para comprar comida?

1 Sim 0 Não 99 não sabe / não respondeu

10. Nos últimos 3 meses, algum morador com menos de 18 anos de idade comeu menos do que você achou que devia porque não havia dinheiro para comprar a comida?

1 Sim 0 Não 99 não sabe / não respondeu

11. Nos últimos 3 meses, foi diminuída a quantidade de alimentos das refeições de algum morador com menos de 18 anos de idade, porque não havia dinheiro suficiente para comprar a comida?

1 Sim 0 Não 99 não sabe / não respondeu

12. Nos últimos 3 meses, algum morador com menos de 18 anos de idade deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro para comprar a comida?

1 Sim 0 Não 99 não sabe / não respondeu

13. Nos últimos 3 meses algum morador com menos de 18 anos de idade sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar mais comida?

1 Sim 0 Não 99 não sabe / não respondeu

14. Nos últimos três meses algum morador com menos de 18 anos de idade ficou um dia inteiro sem comer ou, teve apenas uma refeição ao dia, porque não havia dinheiro para comprar comida?

1 Sim0 Não99 não sabe / não respondeu

Scores para tabulação de EBIA (Pontos de Corte)

Classificação	Soma de Respostas Positivas	
	Domicílios com menores de 18 anos	Domicílios sem menores de 18 anos
S.A. (Segurança Alimentar)	0	0
I Leve (Insegurança Leve)	1-5.	1-3.
I Moderada (Insegurança Moderada)	6-10.	4-6.
I Grave (Insegurança Grave)	11-14.	7-8.